

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP



O CC do PCP reafirma a sua determinação de lutar por uma mudança de governo e de política, pelo reforço das instituições e da legalidade democrática, pela recuperação económica de Portugal, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo português, pela defesa da democracia e da independência nacional. (Pág. 3)

Grande vitória do Povo Unido em Évora

O povo de Évora votou na democracia • Vereadores da APU falam da vitória do voto popular • O que se disse em Évora durante a campanha eleitoral • A direita comenta as eleições • A UDP aliada do PPD! • Gráficos da evolução dos resultados

(Pág. 3)



Milhares de eborenses desfilaram domingo à noite pela cidade, saudando a vitória



(Pág. 5)

Grande participação da juventude na entusiástica manifestação dos Têxteis, no Porto

Em luta por todo o país as massas repudiam a política de direita

Sete dias de lutas concretizadas em paralisações nacionais e cerca de uma dezena de manifestações populares levaram à rua milhares de trabalhadores entre 15 e 22 do corrente. A contratação colectiva, a repressão nas empresas, os despedimentos e o apoio solidário aos trabalhadores da Reforma Agrária estiveram e continuam na base dessa movimentação que

interessa directamente a uma grande massa da população trabalhadora. Com características assinaláveis no reforço da unidade na acção, as paralisações, que oscilaram entre meia hora nos ferroviários e dois dias nos Correios e Telefones, envolveram o interesse imediato de 7 mil trabalhadores mineiros, 27 mil ferroviários, 40 mil dos Correios, 40

mil da Previdência e dos SMS, 200 mil metalúrgicos e 280 mil do têxtil, vestuário e similares por todo o país. Manifestações em várias localidades do Norte, Centro e Sul acompanharam a greve dos têxteis e a vaga geral de indignação e repúdio pela política de direita do Governo demitido e do que se aproxima com a promessa de tudo agravar sem nada resolver.

As tácticas da reacção para a destruição de Abril

Tem estado em foco, nas últimas semanas, a desesperada campanha reaccionária contra as conquistas de Abril e o regime democrático. Servem-se de todas as armas, a começar pelo anticomunismo; utilizam todos os meios, nomeadamente os órgãos de comunicação que a isso se prestam; deturpam, falsificam, discriminam, deitando mãos a todos os processos, desde os mais subtis aos grosseiramente primários. De um pouco de tudo isto se fala na secção "Em Foco" deste número. (Pág. 12)

Bento Caraça evocado amanhã no Palácio de Cristal

As comemorações do 30.º aniversário da morte do eminente cientista Bento de Jesus Caraça terminam amanhã no Porto com uma grande manifestação cultural, artística e política, que se realizará, a partir das 21 e 30, no Palácio de Cristal. Além de intervenções políticas proferidas por membros da Comissão de Homenagem, actuarão no Palácio de Cristal diversos artistas e grupos, designadamente a Orquestra Sinfónica do Porto, a Brigada Vitor Jara, Manuel Freire e Adriano Correia de Oliveira.

PCP promove Encontro Nacional dos Quadros Técnicos

(Pág. 6)



(Pág. 4)

Álvaro Cunhal participou nos trabalhos da Comissão Central da UEC

Reunião da CC da UEC

Editorial

ELEIÇÕES DE ÉVORA — UMA LIÇÃO

As eleições municipais de Évora, os seus resultados e consequências políticas, constituem uma instrutiva jornada de que é necessário extrair todos os ensinamentos.

Inseridos no abcesso de uma profunda crise política, no momento em que um governo demitido vai para três meses — governo a que alguns chamaram o «III Constitucional» mas que pelas suas ilegalidades, atropelos e violências melhor deveria chamar-se o «III Inconstitucional» — cede o passo a um outro governo cuja fórmula escapa «às características normais previstas na Constituição e não corresponde à vontade do eleitorado expressa nas eleições para a Assembleia da República», o certo é que as eleições municipais de domingo último, em Évora, apesar do seu carácter específico e localizado, fornecem matéria de reflexão e de experiência política que seria lástima deixar-se perder na poeira do caminho.

Desde já uma primeira e fundamental conclusão se impõe tirar das eleições de domingo em Évora: a de que as forças que quiseram alterar a seu favor a composição política da Câmara sofreram uma severa derrota, enquanto que as forças que melhor exprimem as novas realidades da vasta região alentejana obtiveram uma importante vitória.

★

A reacção e toda a direita transformaram as eleições de Évora numa batalha política de transcendência nacional.

«No Alentejo joga-se uma cartada decisiva para a democracia neste momento de crise nacional» — proclamou o sr. Sá Carneiro oito dias antes, junto do belo palácio manuelino do Jardim Municipal de Évora — «Muito da liberdade em Portugal joga-se no próximo fim-de-semana em Évora» — avançou por sua vez o sr. Meneres Pimentel.

Também o CDS e Freitas do Amaral afinaram pelo mesmo diapasão.

Mas o que é que motivou este transcendente acto político, esta realização antecipada de um acto eleitoral que normalmente só deveria realizar-se nos últimos meses de 1979?

Que razões de fundo determinaram as demissões dos vereadores socialistas e posteriormente do representante do PPD que estiveram na origem da falta de «quorum» no funcionamento da edilidade de Évora e na convocação de eleições antecipadas para o município local?

Pronunciando-se sobre os resultados, desastrosos para o PS, da eleição de domingo, o dirigente socialista Manuel Alegre considerou-os de «efeito positivo e salutar, nomeadamente o de provocar uma reflexão serena sobre as suas causas».

De facto, depois de uma decisão tão irreflectida, bem se impõe essa «reflexão serena».

Segundo as suas afirmações públicas logo após a demissão colectiva, os vereadores socialistas abandonaram a Câmara de Évora devido a «anomalias» na gestão camarária dos vereadores da APU, em particular do presidente do município, Abílio Fernandes.

A gratuidade e irresponsabilidade desta acusação estão na base do grave revés sofrido pelo PS nas eleições de Évora.

Ficou claro para a população eborense — e está hoje claro para o Povo português que seguiu interessado a pugna eleitoral de Évora — que as razões da demissão colectiva dos vereadores socialistas não assentavam em «anomalias de gestão» mas em objectivos puramente políticos de natureza anticomunista como foi afirmado por aqueles vereadores ao jornal oficioso do seu partido, a «Luta».

Também para o CDS tratava-se de liquidar a «ditadura comunista em Évora e no Alentejo» — nem mais nem menos! — e o partido de Freitas do Amaral desenvolveu toda a sua propaganda, de facto, orientada para o anticomunismo primário que tem caracterizado a inglória batalha dos derrotados dirigentes desse partido da extrema-direita legal.

A histeria da «confrontação política global com o PCPI» proclamada pelo sr. Amaro da Costa, impregnou toda a acção do CDS na eleição do município eborense. «O CDS não tem medo!» — dizia-se provocadoramente numa faixa colada pelos adeptos de Freitas do Amaral próximo do Centro de Trabalho do PCP. «Não votes no CDS e depois queixa-te!» — dizia-se em tarjetas espalhadas às dezenas de milhares nas ruas da cidade.

Não há dúvida que a extrema-direita, animada pelo anticomunismo dos ex-veredores do PS, mobilizou todos os seus recursos para se assenhorear da direcção da autarquia municipal de Évora.

A cegueira política dos dirigentes da direita e do PS não lhes permitiu ver que as «anomalias» da vereação da APU e do seu presidente se chamavam «Plano Director da Cidade»; construção de novos bairros e casas para a população eborense; obras de abastecimento de água em vias de funcionamento e o fim dos tormentos da distribuição de água ao concelho; construção de esgotos e outras obras de saneamento básico; abertura do mercado das UCPs aos pequenos e médios agricultores do concelho e outros melhoramentos; defesa intransigente da Reforma Agrária».

O que não souberam ver os dirigentes do PS e dos partidos da extrema-direita soube vê-lo com toda a clareza a população laboriosa do concelho de Évora numa extraordinária manifestação de confiança nos vereadores da APU.

É certo que o PPD, beneficiando das defecções do CDS e dos eleitores de direita do PS, aumentou substancialmente a sua votação.

Mas o PPD e o CDS somados não alcançaram mais de 27 por cento dos votos o que não lhes dá realmente para cantarem vitória.

Mas a serenidade dos componentes da lista da APU e dos partidos e organizações que a apolaram e estruturam — designadamente do PCP — a sua objectividade e atenção dada aos problemas locais e de melhoramento das condições de vida da população eborense, lhes grangearam a simpatia e o voto dos habitantes das freguesias rurais e urbanas do concelho de Évora.

A conquista pela APU (PCP e MDP/CDE) de mais votos que todos os outros partidos juntos traduz uma estrondosa vitória dos trabalhadores e dos democratas consequentes.

★

A cidade de Évora, é não só um dos principais centros urbanos a sul do Tejo como é, também, no centro da terra alentejana, o coração da zona de intervenção da Reforma Agrária.

A concludente vitória da APU nas eleições municipais de Évora não representa apenas o sancionamento popular de uma justa política autárquica de defesa dos interesses da população urbana do concelho, de equacionamento dos seus problemas mais instantes, mas também a consagração dessa grande conquista democrática do Povo português e do povo do Alentejo e do Ribatejo que é a Reforma Agrária.

No momento em que o Governo demitido de Nobre da Costa queima os últimos cartuchos da sua violência e raiva contra as UCPs, no momento em que o actual Primeiro-Ministro, Mota Pinto, decide manter em funções a acelerada equipa de grandes agrários do MAP, a grande vitória da APU em todas as freguesias rurais do concelho de Évora, vale como um grande voto de qualidade na Reforma Agrária, de repúdio contra as ilegalidades, roubos e violências ordenadas pelo MAP, contra a continuidade dos inimigos da Reforma Agrária à frente do departamento da agricultura do novo Governo de Mota Pinto.

Uma terceira conclusão fundamental se impõe então tirar do resultado das eleições municipais em Évora — a da vontade popular vitoriosa de defender a Reforma Agrária e ao mesmo tempo a da desautorização e derrota dos seus inimigos mais encarniçados.

★

Nos seus esforços desesperados para inverter a relação de forças no coração do Alentejo, a extrema-direita encontrou um aliado precioso nos grupelhos esquerdistas principalmente na UDP. Mais uma vez o papel divisionista destes aventureiros, que perderam metade do seu já reduzido eleitorado, apareceu de maneira nítida aos olhos da população laboriosa. Bastava que um quarto dos 534 eborenses enganados pela UDP votassem à esquerda, na lista da APU, para que o PPD não elegeisse mais um vereador do que na composição antecedente, ao passo que a vitória da APU teria sido ainda mais

concludente, colocando na Câmara não 4 mas 5 vereadores da sua lista, no total de sete.

É supinamente ridículo que a UDP venha depois das eleições tecer teorias sobre a questão do «voto útil». Era já uma verdade evidente que a UDP não teria possibilidade de eleger qualquer vereador da sua lista e que cada voto desviado da APU seria um frete prestado à reacção e aos inimigos da Reforma Agrária.

Uma quarta conclusão fundamental se impõe igualmente tirar dos resultados das eleições de Évora — a de que o aventureirismo esquerdista serve o divisionismo do movimento popular, constitui um instrumento da reacção contra o regime democrático, favorece a luta dos inimigos da Revolução contra os trabalhadores e os portugueses democratas e patriotas.

★

As reacções dos partidos da extrema-direita após a contundente derrota que sofreram em Évora são significativas do seu carácter mistificador.

Curiosamente o sr. Magalhães Mota, chefe do grupo parlamentar do PPD, depois de todo o empolamento dado pelos dirigentes máximos do seu partido às eleições de Évora, afirmou com a maior desfaçatez na Assembleia da República que foi o PCP que inflacionou os resultados eleitorais e que afinal «Évora... é apenas um dos 304 concelhos de Portugal»!

O órgão do partido de Sá Carneiro, «Povo Livre», não faz inflação nenhuma, não senhor, quando vaticina para as eleições de Évora em 1979... a vitória do PPD/PSD!

Também o CDS ante a sua clamorosa baixa de votação recrimina o PS por ter recusado uma coligação tripartidária contra a APU e o PCP. Conforme se viu nos resultados das eleições não somente 35 700 dos 36 985 eleitores eborenses se recusaram a votar no CDS como mesmo 487 dos seus votantes nas eleições anteriores tiveram a coragem de lhe negar o seu voto.

Daqui então uma última conclusão fundamental das eleições municipais de Évora — a de que a extrema-direita joga na calúnia, na provocação, na chantagem política, que o PS favoreceu com a sua campanha suicida, contra os eleitos da APU. Isto traduziu-se numa quebra dos três partidos — PS+PSD+CDS — de 13 725 votos nas últimas eleições para as autarquias locais em Évora para 10 526 enquanto que a APU viu subir a sua votação de 11 258 para 12 645 votos.

A verdade das eleições de Évora aí está com toda a nitidez.

Sem barreiras artificiais, sem sectarismos, os eleitos da APU continuarão a trabalhar devotadamente para melhorar as condições de vida da população eborense, para resolver os sérios problemas que afectam o concelho, em estreita ligação com todos os homens e mulheres de Évora interessados no progresso e no bem-estar da sua terra.

A sabotagem do governo demitido à construção de habitações económicas

1. As Cooperativas de habitação económica e as associações de moradores do projecto SAAL enfrentam neste momento uma gravíssima situação susceptível de provocar desastrosas consequências económicas e sociais.

2. Com efeito, agravando a já difícil situação criada pela não publicação pelo Governo das portarias regulamentadoras que deveriam ter estabelecido os esquemas e bonificações de crédito às Cooperativas de Habitação Económica, está agora a ser negada a concessão de créditos para o financiamento da habitação social, em virtude de dificuldades de tesouraria do Fundo de Fomento de Habitação que resultam directamente das restrições financeiras com que o Governo demitido pensa poder cumprir à risca as exigências do FMI.

3. Com esta orientação condenável do Governo demitido de Nobre da Costa fica seriamente ameaçado o prosseguimento da construção de cerca de 9500 fogos, o que significaria irreparáveis prejuízos para as cooperativas, para as associações de moradores do SAAL e para muitas empresas de construção civil, lançando milhares de trabalhadores do sector no desemprego.

4. O bloqueamento do financiamento às Cooperativas de Habitação Económica, por inerteza responsabilidade do Governo de Nobre da Costa, revela o profundo desprezo deste Governo pelas aspirações e necessidades populares e a sua total insensibilidade à importância decisiva de se apoiar a acção muito positiva das Cooperativas de

Habitação Económica e Associações de Moradores, viabilizando a sua contribuição para superar as gravíssimas insuficiências do parque habitacional do País.

5. Por mais subtil e persistente que seja, não há demagogia sobre a «competência» e a «eficácia» do Governo Nobre da Costa que resista à prova dos factos e à análise objectiva das suas decisões. Mergulhado na obsessão de tomar exactamente as medidas que, tendo em conta a sua situação de Governo demitido, não deveria tomar, o Governo Nobre da Costa acaba afinal por não resolver problemas para os quais, do ponto de vista legal, é perfeitamente competente.

6. As energias do Governo Nobre da Costa consomem-se única e integralmente na entrega de empresas intervencionadas

a sabotadores comprovados, na oferta de terras das UCPs e Cooperativas a agrários e no agravamento das condições de vida da população.

Está à vista que para o Governo de Nobre da Costa não contam nem a sorte de 159 cooperativas de habitação, nem os legítimos anseios e expectativas de muitos milhares de cooperantes e associados, nem os prejuízos das empresas de construção civil, nem o emprego de milhares de trabalhadores, nem os interesses nacionais.

Para o Governo de Nobre da Costa, decididamente, é o FMI quem mais ordena em Portugal.

7. Insistir numa política que, a todos os níveis e em todos os domínios da vida nacional, se revela completamente errada, é um acto de cegueira e irresponsabilidade política que só pode

trazer novas e acrescidas dificuldades ao povo e à democracia portuguesa.

Não é este o caminho que interessa a Portugal e à solução dos problemas do povo português. Lisboa, 16 de Novembro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Entretanto a Comissão Distrital do Porto do Partido Comunista Português tomou posição sobre o assunto, denunciando a ilegalidade e inconstitucionalidade do corte de financiamento às Cooperativas de Habitação Económica (CHE's) e às Associações de Moradores.

Segundo aquela nota "o recente, corte de financiamentos às Cooperativas de Habitação, quer no que respeita aos investimentos futuros, quer aos que se encontram em curso, insere-se nessa política e é uma medida inconstitucional e ilegal, que contraria decisões recentes da Assembleia da República e que não pode deixar de merecer o mais vivo repúdio de todos os portugueses".

Por outro lado "a não saída das portarias que fixam, em concreto, os esquemas e bonificações para o crédito às CHE's, dando corpo ao Decreto-Lei 268/78, e da responsabilidade do governo demitido de Nobre da Costa, aparece claramente como uma primeira medida para a paralisação do movimento das cooperativas das CHE's, significando o agravamento do já degradado parque habitacional, enormes prejuízos para as cooperativas

e para os trabalhadores da construção civil".

Entretanto, como denuncia a Nota da Comissão Distrital do Porto do nosso Partido, "as tenebrosas manobras do governo e da direita, no campo da habitação, não ficam por aqui. O seu plano é mais vasto. O recente decreto, equiparando Associações de Moradores a Cooperativas e que, de imediato, mereceu a reprovação dos moradores das zonas degradadas (...) irá concertar a justificar que os cortes de financiamento se alarguem igualmente às AM's, que assim serão paralisadas a construção e acabamento dos seus fogos e inviabilizados os projectos existentes".

Recordando que o FFH já comunicou ao Comissariado para a renovação urbana da área da Ribeira o corte do financiamento

e que esta situação pode ser alargada a operações como o PRID, as casas pré-fabricadas, e à Auto-Construção, a Comissão Distrital do Porto do PCP alerta para a gravidade da situação que atinge simultaneamente os moradores e milhares de trabalhadores da construção civil, reafirmando a sua solidariedade às CHE's, às AM's, aos moradores das zonas degradadas e aos trabalhadores da construção civil.

A concluir, o comunicado reafirma "a vontade dos comunistas para lutarem contra o corte dos financiamentos e para que sejam respeitadas as decisões da Assembleia da República e a Constituição, para que uma vez mais não prevaleçam os interesses dos especuladores, do imperialismo e do FMI, para que não sejam desprezados os interesses do nosso povo".

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 766345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2-2.º D.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central, Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Est. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 28-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

CDL Departamento de Venda Directa Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impressão na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 74 812



PUB.

À venda economia

questões económicas e sociais

EC 17

Preço: 30\$00

NESTE NÚMERO

- TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- IMPORTÂNCIA DA TEORIA DE MERCADOS PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA
- O FRACASSO DA DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

CDL a distribuição

Com a Arte para transformar a Vida

edições Avante!

UM IMPORTANTE CONTRIBUTO E PROPOSTA SÉRIA E RESPONSÁVEL DE ESCRITORES E ARTISTAS COMUNISTAS PARA A DISCUSSÃO E ACÇÃO COMUM COM TODOS OS OUTROS ESCRITORES E ARTISTAS DEMOCRATAS E PATRIOTAS PORTUGUESES

CDL a distribuição

ABC do Marxismo-Leninismo

a colecção acessível a todos

Comunicado da reunião do Comité Central

No dia 20 de Novembro realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do PCP. O CC examinou quatro problemas principais:

1.º A formação do Governo Mota Pinto, governo de direita, apoiado tal como o governo anterior pelos partidos reacccionários (PPD, CDS e outros) acentuará traços negativos da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, não resolverá nenhum dos graves problemas nacionais existentes e tenderá à instauração de uma situação fora do quadro político e da interdependência de competências que a Constituição consagra. O CC decidiu **apresentar uma moção de rejeição** na Assembleia da República.

2.º **A ofensiva contra a Reforma Agrária**, com acções ilegais, arbitrarias, violentas e brutais, atinge direitos e interesses vitais dos trabalhadores e causa imensos prejuízos à economia nacional e faz perigar a própria democracia. O CC decidiu reforçar a luta em defesa da Reforma Agrária e desenvolver o grande movimento de solidariedade para com ela.

3.º **A situação das classes trabalhadoras**, designadamente o agravamento das condições de vida através do congelamento dos salários, do vertiginoso aumento dos preços, das escandalosas desintervenções, acusa as consequências da política dos últimos governos ao serviço dos interesses do grande capital.

O CC examinou e salientou a importância das poderosas lutas de trabalhadores e democratas,

I—O Governo Mota Pinto

1. **O Governo Mota Pinto tanto pela fórmula e composição política e pessoal** (incluindo elementos abertamente reacccionários), **como pelo previsível programa e pela previsível prática governativa, é um governo abertamente de direita** e prenuncia o prosseguimento de uma política de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de ofensiva contra as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril e contra o regime democrático consagrado na Constituição.

2. O CC do PCP adverte que o novo governo, prosseguindo no fundamental a política do governo anterior **será completamente incapaz de resolver os graves problemas que Portugal defronta**, designadamente a degradação do nível de vida do povo trabalhador e das classes médias, a subida do custo de vida, o desemprego, as falências, a baixa da produção, os défices e os endividamentos externos. O novo Governo, tal como o anterior, prosseguindo a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista agravará ainda mais a situação económica do País, as condições de vida do povo, a instabilidade, as tensões e os conflitos sociais.

A experiência desastrosa da política da direita dos últimos governos mostra com evidência serem **cada vez mais urgentes um governo democrático e uma política democrática** voltados para a solução dos problemas nacionais na base dos recursos e energias do País e capazes de se oporem às ingerências, pressões e tentativas de subjugação de Portugal pelo imperialismo.

3. **A fórmula de um governo «apartidário» de pretensões «independentes»** que só como solução de recurso poderia ser admitida e que é mesmo de discutível conformidade com a segunda alternativa colocada pelo Presidente da República, **afasta-se das características normais previstas na Constituição** (papel da Assembleia da República e dos partidos) e **não corresponde à vontade do eleitorado expressa nas eleições para a Assembleia da República**. São assim postos em causa os preceitos constitucionais no referente à formação, competência e funcionamento dos órgãos de soberania.

O novo Governo não é efectivamente «apartidário». É um governo directamente apoiado pelos partidos reacccionários (PPD, CDS, PPM e outros) e levando a cabo, no fundamental, a política que estes defendem mas no qual pretendem não se comprometer directamente como partidos. Se o Governo Mota Pinto passar na Assembleia, não só são de prever novas e grandes dificuldades para

II—A defesa da Reforma Agrária

1. O CC do PCP examinou a situação decorrente da ofensiva do MAP, dos agrários, do Governo demitido de Nobre da Costa contra a Reforma Agrária.

A ofensiva contra a Reforma Agrária viola grosseiramente a Constituição e preceitos da própria lei que o Governo diz querer aplicar.

As decisões ilegais e arbitrarias do Governo, aplicadas pela violência, com espancamentos brutais de homens, mulheres e crianças constituem um verdadeiro crime contra os trabalhadores, contra a economia nacional e contra o regime democrático.

O PCP alerta uma vez mais para o facto de se tratar de uma ofensiva que visa a destruição da Reforma Agrária e sublinha que — arrancando as melhores terras, gados, máquinas, searas às UCPs e Cooperativas — o Governo está a causar prejuízos imensos à agricultura e à economia nacional.

A manutenção do anterior Ministro da Agricultura no novo Governo indica o propósito de continuar a mesma política desestabilizadora e reacccionária.

2. **O CC do PCP reclama:**

1) que seja imediatamente sustida a ofensiva contra a Reforma Agrária, cessando as acções de violência das forças militarizadas contra os trabalhadores das UCPs e Cooperativas;

O povo alentejano, como o acabaram de confirmar as eleições em Évora, está firmemente com a Reforma Agrária — realização histórica da Revolução portuguesa e parte integrante do regime democrático consagrado na Constituição.

Quaisquer que sejam as dificuldades e obstáculos, a Reforma Agrária será defendida, assegurada, e irá para diante até à sua realização completa. Assim o exigem o povo português e os interesses nacionais.

designadamente da grandiosa manifestação do dia 11 em Lisboa, de outras grandes manifestações e concentrações, de greves a que os trabalhadores recorrem em último recurso em defesa dos seus interesses e direitos vitais. O PCP continuará a apoiar firmemente as reivindicações dos trabalhadores e as suas lutas.

4.º **As eleições municipais em Évora no dia 19** onde se registou uma extraordinária vitória da APU, que alcançou a maioria absoluta, confirmam o determinante apoio do povo alentejano a uma gestão democrática nos municípios, à Reforma Agrária e à democracia.

Pela grande vitória de Évora, o CC aprovou uma calorosa saudação à organização do Partido e a todos os militantes de Évora e de toda a zona da Reforma Agrária, assim como aos democratas que se uniram aos comunistas.

A vitória de Évora testemunha a vitalidade, a confiança do movimento popular e das forças democráticas nas conquistas da Revolução e no regime democrático consagrado na Constituição.

Advertindo para os perigos das manobras e campanhas divisionistas, o CC fez um apelo à **unidade dos trabalhadores e de todos os democratas** na defesa do Portugal de Abril, na defesa dos interesses do povo e do País, na defesa das liberdades, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão e das outras conquistas da Revolução, na defesa da independência nacional.

o povo português, como se corre o risco de se institucionalizarem hábitos e normas fora do quadro constitucional. Trata-se de um perigo real para o regime democrático.

4. Para defesa das instituições e para a estabilidade e o funcionamento normal dos órgãos de soberania, o PCP, assim como contrariou certas manobras para desestabilizar o órgão de soberania — Presidente da República — assim também agora contraria certas manobras e teorizações de forças políticas tendentes a opor o Presidente da República à Assembleia da República, a retirar efectivamente a esta competências e poderes inscritos na Constituição.

Ao longo da crise o PCP expressou sempre claramente a opinião de que não considerava desejável o empenhamento directo do Presidente da República na definição da política e na acção do Governo. Os acontecimentos e a experiência reforçam esta opinião.

5. O PCP tomará na Assembleia da República a única atitude que corresponde aos interesses dos trabalhadores e do País: **a apresentação de uma moção de rejeição**.

O CC do PCP lembra uma vez mais que, na Assembleia da República, existe uma folgada maioria de comunistas e socialistas.

O CC chama a atenção para certas declarações de dirigentes do PS que levam a admitir que o grupo parlamentar do PS possa vir a «deixar passar» o Governo Mota Pinto, que é ainda mais à direita do que o Governo Nobre da Costa, contra o qual entretanto o PS apresentou uma moção de rejeição.

O PS chamaria sobre si grave responsabilidade se viesse a tomar uma atitude que permitisse a «passagem» do novo Governo.

6.º Mostrando a experiência que não parece como viável a formação de um governo democrático na base da composição actual da Assembleia da República, o CC do PCP insiste em que **a solução constitucional para a crise é a realização de eleições gerais antecipadas**.

Em tal caso, o PCP defende, como solução mais adequada para assegurar a gestão, um governo com representação dos quatro partidos com grupos parlamentares (PS, PCP, PPD e CDS) a fim de melhor garantir a isenção do Executivo na preparação e realização do acto eleitoral.

O CC chama a atenção de todo o Partido para a necessidade de dar desde já toda a atenção ao novo **recenseamento eleitoral** que começa no dia 4 de Dezembro, assegurando o desenrolar normal das operações e a inscrição do eleitorado.

2) que sejam reparados os abusos e injustiças do MAP, e restituídos às UCPs e Cooperativas as terras, as máquinas e gados que lhes foram ilegalmente e abusivamente arrancados;

3) que se inicie um real diálogo e negociação para a solução de todos os problemas relativos a transferências da propriedade e da posse das terras, instalações, máquinas e gados;

4) que sejam entregues aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores, os 700 000 hectares de terras expropriáveis segundo a lei, mas ainda nas mãos dos agrários, designadamente como compensação a UCPs e Cooperativas às quais foram retiradas terras para entregar aos agrários;

5) que seja revogada a **lei Barreto** e, enquanto isso não for concretizado, que sejam revogados os seus artigos que dão cobertura à acção discricionária e arbitrária do Governo;

6) que seja rápida e efectivamente concedido o crédito agrícola de emergência e dado o apoio necessário às UCPs e Cooperativas, assim como aos pequenos e médios agricultores;

7) que sejam revogadas as leis da cortiça e da florestação e assegurado o escoamento e preços compensadores para os produtos agrícolas.

3. **O CC do PCP saúda o grande movimento de opinião que se desenvolve em apoio da Reforma Agrária** e apela para que todos os trabalhadores e todos os democratas e patriotas multipliquem as iniciativas de apoio à Reforma Agrária, de que são exemplos expressivos a grandiosa manifestação do dia 11 do corrente em Lisboa e outras em vários pontos do País, bem como as recolhas nacionais de assinaturas que estão em curso.

III—Situação e luta do povo trabalhador

1. **As lutas dos trabalhadores actualmente em curso são uma viva expressão da degradação das condições de vida das massas trabalhadoras**, como resultado da desastrosa política dos governos PS e PS/CDS, seriamente agravada pelo Governo demitido de Nobre da Costa.

O congelamento de facto da contratação colectiva, quer pelas medidas dilatórias do grande patronato, quer pela sua recusa em se sentar à mesa das negociações; a longa vigência das tabelas salariais (23 meses nos têxteis, 28 nos CTT, 23 na construção civil, 20 na panificação e 23 nos metalúrgicos) ao mesmo tempo que o custo de vida sobe em flecha (cerca de 30% em 1977 e 22% nos 10 meses de 1978); o limite imposto pelos governos aos aumentos salariais quando o processo inflacionista ultrapassa largamente esses limites, traduzem-se numa **grave desvalorização dos salários reais dos trabalhadores** que em muitos casos anula já os progressos alcançados depois do 25 de Abril.

2. O facto de os governos **não fazerem respeitar a legislação do trabalho** em vigor, designadamente a lei dos despedimentos, constitui um encorajamento à arrogância, prepotência e procedimento ilegal do grande patronato e traduz-se num clima de repressão e perseguição nas empresas que atinge os trabalhadores em geral e tem levado ao despedimento de centenas de dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores.

3. O contínuo ataque ao sector nacionalizado, o prosseguimento da escandalosa **entrega ao patronato sabotador de empresas intervenionadas recuperadas** pelos trabalhadores, a não concessão de créditos a empresas em dificuldades, a sabotagem a medidas de reestruturação em numerosas empresas, atentam

IV—A vitória da APU em Évora

1. Os resultados das eleições de Évora representam um enorme **sucesso do PCP e dos seus aliados mais próximos, reunidos na Aliança Povo Unido (APU)**.

2. A população do concelho de Évora manifestou de forma irrefutável o seu apoio à lista apresentada pela APU dando-lhe:

1) **a maioria absoluta dos votos;**
2) **mais cerca de 1400 votos** em relação a Dezembro de 1976;
3) **um aumento de percentagem de 41,5% para 53%;**

4) **o primeiro lugar em todas as freguesias rurais e em 3 das 4 urbanas, isto é, em 13 das 14 freguesias do concelho;**

5) **4 vereadores no total de 7**, o que garante o prosseguimento da eficiente gestão democrática realizada até aqui virada para a resolução dos problemas concretos da população.

3. Os resultados das eleições de Évora constituem também **uma firme e expressiva manifestação da vontade popular de defender a Reforma Agrária e o regime democrático consagrado na Constituição**. São, ao mesmo tempo, uma severa condenação da manobra desencadeada pelo PS local e pelas forças reacccionárias para alterar a composição política da Câmara de Évora.

O principal objectivo visado pelas forças da reacção — alcançar uma maioria inspirada pelo anticomunismo e pela hostilidade à Reforma Agrária — **foi esmagadoramente derrotado**.

4. São ridículos os esforços que estão a ser feitos

V—Unidade dos trabalhadores e dos democratas

1. O CC do PCP salienta que, ante a ofensiva da reacção e a progressiva deslocação para a direita na composição e na política dos últimos governos, se torna vital para a defesa dos interesses da população trabalhadora, do regime democrático, de Portugal como nação livre e independente, a unidade dos trabalhadores, a aliança dos trabalhadores com as classes médias (pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais), a unidade de todos os democratas e patriotas.

O CC sublinha o esforço desesperado da reacção e do grande capital para dividir os trabalhadores e as suas provadas organizações de classe, a fim de quebrar a resistência à política de exploração e recuperação capitalista.

É necessário combater firmemente a nova ofensiva contra o movimento sindical unitário, as tentativas em que cooperam dirigentes do PS e do PPD na formação de sindicatos paralelos e duma central sindical divisionista.

O PCP apoia firmemente o movimento sindical unitário em torno da CGTP-Intersindical, confiante em que as manobras divisionistas serão derrotadas e os trabalhadores saberão defender a sua unidade.

2. A unidade da classe operária e de todos os trabalhadores tem tido extraordinária expressão nas inúmeras acções de massas desenvolvidas nos últimos meses por todo o País, com a participação de centenas de milhares de pessoas, em defesa e melhoria do nível de vida e dos direitos dos trabalhadores e das conquistas da Revolução.

3. O CC do PCP salienta a importância que adquirem na situação económica, social e política existente, a **organização e acção dos pequenos e médios agricultores, rendeiros, comerciantes e industriais**, todos atingidos directamente por uma política ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo.

As acções de violência, despejos e outras arbitrariedades que senhorios ricos protegidos pela lei do PPD exercem contra os rendeiros, são factores de instabilidade e de diminuição da produção agrícola, encontrando da parte destes uma resistência cada vez mais organizada, firme e decidida.

O CC do PCP, ao mesmo tempo que confirma o seu apoio à luta dos rendeiros, reclama a alteração imediata da iníqua lei do arrendamento rural do PPD.

O PCP apoia firmemente as lutas e acções de protesto contra as ruinosas imposições do FMI e do imperialismo, as quais ameaçam arrastar para a falência e liquidação de dezenas de milhares de

contra a necessária recuperação económica, põem em perigo milhares de postos de trabalho e a própria existência de numerosas empresas, e geram graves conflitos.

4. A realização coincidente de um vasto conjunto de **acções reivindicativas de massas, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores**, expressa o protesto popular contra a recusa do patronato e do Governo em satisfazerem justas reivindicações apresentadas e defendidas ao longo de muitos meses, e não qualquer operação política, como caluniosamente proclamam as forças reacccionárias.

5. **O recurso à greve e à paralisação**, que particularmente na presente situação portuguesa terá que ser decidido com grande sentido de responsabilidade, surge na quase totalidade destas lutas como a resposta adequada dos trabalhadores à atitude de sistemáticas obstruções ao diálogo e à negociação por parte do patronato e dos últimos governos. O recurso dos trabalhadores à greve e à paralisação, no uso dos seus direitos constitucionais e legais, é uma forma legítima de luta pelos seus interesses.

6. **O CC do PCP sublinha a maciça participação, a unidade, a grande combatividade e o sentido de responsabilidade e realismo de que dão exemplo os trabalhadores nas principais lutas reivindicativas em curso**.

O CC saúda calorosamente os trabalhadores em luta, expressando o firme apoio do PCP às suas justas reivindicações.

O CC do PCP proclama uma vez mais que a melhoria das condições de vida das massas laboriosas não é contrária aos interesses da economia nacional, antes representa um pressuposto para a saída da crise, para o desenvolvimento e o progresso de Portugal.

para tentar diminuir o significado da vitória da APU através do empolamento sobre o nível de abstenção. Por muito que custe à reacção, o que é seguro e certo, é que a APU sozinha teve mais votos que todas as outras forças políticas juntas.

O aumento das abstenções (aliás bem menores do que nas zonas dominadas pela reacção) significa fundamentalmente a descrença gerada pela política de recuperação capitalista, agrária e imperialista dos sucessivos governos PS, PS-CDS e do Governo Nobre da Costa. A derrota da UDP exprime o isolamento do divisionismo esquerdista e do aventurismo, mas deve acentuar-se que a UDP mais uma vez, com a sua votação, permitiu ao PPD eleger mais um vereador. A subida do PPD à custa do CDS e do eleitorado de direita do PS deve alertar todos os democratas para a necessidade de reforçar a unidade e desmascarar a política reacccionária e os verdadeiros objectivos do partido reacccionário de Sá Carneiro.

A reacção não pode invocar, como seus, votos que não teve. Contar as abstenções como votos a favor da reacção corresponde ao processo usado pelo fascismo em 1933.

5. As eleições de Évora confirmam o crescente apoio de massas, influência e prestígio do PCP e seus aliados, os sentimentos unitários do povo português, e demonstram que dia a dia se torna mais ampla e mais vigorosa a exigência popular de uma nova política, ao serviço do povo e do País, que se inspire no respeito pelo regime democrático e pelas conquistas do 25 de Abril consagradas na Constituição.

pequenas e médias empresas industriais, comerciais e agrícolas.

4. O CC do PCP faz um apelo a todos os democratas designadamente aos socialistas, para o entendimento, o acordo e a acção comum.

A resistência à ofensiva das forças reacccionárias, às arbitrariedades e prepotências dos inimigos dos trabalhadores, aos atropelos da legalidade democrática e da Constituição a partir de departamentos do Governo ou do aparelho do Estado, assim como a busca comum duma alternativa democrática para a saída da actual situação, é um dever inadiável de todos os democratas e antifascistas e de todos os patriotas.

5. O CC do PCP, ao mesmo tempo que sublinha os perigos decorrentes de uma viragem mais pronunciada à direita com a composição e o presumível programa do novo Governo, chama a atenção para os factores favoráveis à defesa e consolidação da democracia, dos direitos e liberdades consignados na Constituição, e da independência nacional.

O povo português reafirma, de maneira crescente e sob as formas mais variadas, o seu devotamento e fidelidade aos ideais libertadores do 25 de Abril, a firme vontade de defender a todo o custo as suas conquistas democráticas — a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão.

Cada dia crescem as forças da liberdade e do progresso social, cada dia cresce a sua oposição às forças reacccionárias, aos saudosistas do passado.

Estes factores são uma fonte de confiança para todos os que aspiram à liberdade, à independência e ao progresso social da nossa Pátria.

O CC do PCP sublinha que para a concretização destes objectivos existem perspectivas reais, baseadas no reforço do movimento operário e popular, na unidade do movimento sindical, no entendimento entre todos os portugueses, democratas e patriotas, na unidade e no reforço do movimento das mulheres, da juventude, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, e dos reformados.

O CC do PCP reafirma a sua determinação de lutar por uma mudança de governo e de política, pelo reforço das instituições e da legalidade democrática, pela recuperação económica de Portugal, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo português, pela defesa da democracia e da independência nacional.



Semana

15
Quarta-feira

1825 — Portugal reconhece a independência do Brasil, sua antiga colónia.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, de visita à Inglaterra, avista-se com o primeiro-ministro daquele país, James Callaghan, com uma delegação da central sindical inglesa, o Trade Union Congress, e com uma representação do grande patronato britânico. ■ Trabalhadores dos CTT, CP e mineiros paralisam. Paralisações de outros sectores de trabalho estão anunciadas até sábado, prevendo-se que englobem cerca de 650 mil trabalhadores. ■ O primeiro-ministro demitido, Nobre da Costa, afirma que o endividamento externo vai aumentar e que vamos ter uns anos de grandes dificuldades. ■ O "Diário da República" publica um diploma do Governo demitido de Nobre da Costa, no qual os membros do Governo que se deslocam ao estrangeiro têm direito a 3700\$00 por dia como ajudas de custo, o que pertaz a quantia de 111 000\$00 por mês. ■ O 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa indefere o pedido de extradição dos réus ausentes — nomeadamente os srs Barbeiro Cardoso, Rosa Casaco, Casimiro Monteiro e Ernesto Lopes Ramos. ■ Soares Louro, presidente do conselho de administração da RTP e o jornalista Fernando Balsemão reconhecem "uma certa imperfeição" na forma como a manifestação do último sábado foi noticiada no Telejornal.

16
Quinta-feira

1529 — O grande matemático e astrónomo Pedro Nunes é nomeado cosmógrafo-mor do reino

A população de Famalhão procede à obstrução da via férrea em protesto pela decisão da PCP em extinguir a estação daquela localidade. ■ A Junta Nacional dos Vinhos revela uma tendência para a diminuição da produção do vinho. ■ Os trabalhadores do sector têxtil e da Previdência paralisam em todo o país. ■ Um determinado número de competências são transferidas do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, para o vice-chefe do EMGFA, almirante Souto Cruz. ■ O primeiro-ministro demitido, Nobre da Costa, e o primeiro-ministro indigitado, Mota Pinto, encontram-se com a delegação do FML de visita a Portugal numa reunião considerada de "rotina". ■ No Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa demitem-se vários elementos dos corpos gerentes. ■ O "pc de p (ml)" desiste a favor do PS das eleições para a autarquia eborense.

17
Sexta-feira

1822 — Morre em Lisboa, com 91 anos, o escultor e estatuariário Joaquim Machado Castro, autor da estátua de D. José I no Terreiro do Paço.

Após a sua visita à Inglaterra chega a Portugal o general Ramalho Eanes que anuncia, para breve, a vinda da rainha Isabel II. ■ Em Évora, termina a campanha eleitoral para a autarquia local. ■ Num comício na Marinha Grande, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, alerta a opinião pública para o perigo da formação de um governo que considerou como "uma redenção para pior do Governo Nobre da Costa". ■ É praticamente total a adesão à greve dos trabalhadores do sector metalúrgico. ■ O militante social-democrata Barbosa de Melo confirma a renúncia ao mandato de deputado pelo PPD. ■ Na audiência do julgamento do assassino do general Humberto Delgado, o Promotor da Justiça recorre para o Supremo do acórdão do 2.º TMT e no qual este se considera incompetente para pedir a extradição dos réus ausentes.

18
Sábado

1724 — Morre em Toledo, fugido à Inquisição portuguesa, o padre Bartolomeu de Gusmão, construtor da "passarola".

O primeiro-ministro indigitado, Mota Pinto, anuncia oficialmente a composição do IV Governo. Comentando a composição do Governo o deputado comunista Carlos Brito diria no Clube dos Ferroviários: "Quase todos os ministros de quem se fala para o próximo Governo poderiam perfeitamente ter integrado um governo de Marcelo Caetano". Por seu turno, Basílio Horta, do CDS, considera o elenco "equilibrado" e que não iria "certamente, suscitar oposições de fundo do seu partido". ■ Verifica-se grande adesão à greve dos trabalhadores do sector da panificação. ■ A direcção dos Sindicatos dos Professores da Zona da Grande Lisboa manifesta a sua intenção de continuar em funções apesar das demissões ocorridas.

19
Domingo

1846 — É fundado o Banco de Portugal.

As eleições em Évora ocupam as atenções de todo o país. A APU vence folgadoamente (cerca de 53 por cento dos votos expressos) conseguindo assim quatro vereadores para a Câmara, enquanto que na gestão anterior apenas contava com três. O PS passa de três para um vereador e o PPD fica com dois vereadores quando anteriormente só tinha um. ■ Em S. João da Madeira, milhares de trabalhadores manifestam-se contra o aumento do custo de vida e em defesa da Reforma Agrária. ■ No Porto, Jorge Campinos considera o IV Governo como o governo mais à direita depois do 25 de Abril. ■ No plenário distrital de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres é aprovada a apresentação à Assembleia da República de um projecto de lei sobre a legalização do aborto. ■ No futebol, o Benfica causa sensação ao vencer o Sporting por cinco golos a zero.

20
Segunda-feira

1975 — O VI Governo Provisório auto-suspende a sua actividade.

A reunião plenária do Comité Central do PCP aprova a apresentação de uma moção de rejeição ao Governo Mota Pinto na Assembleia da República durante a discussão do Programa de Governo. O CC do PCP toma esta decisão com base na "composição, fórmula, previsível programa e previsível política" do Executivo, que acentuara, como disse o secretário-geral do PCP, "os traços negativos dos governos anteriores". ■ Os trabalhadores dos CTT fazem o seu segundo dia de greve registando-se uma adesão quase total. ■ Em Coruche cerca de cinco mil pessoas manifestam o seu repúdio pelo aumento do custo de vida e pela prática repressiva do Governo demitido de Nobre da Costa em relação aos trabalhadores da Reforma Agrária. ■ A defesa da Reforma Agrária e o fim da violência que contra ela se verifica é motivo para uma reunião pública no Teatro Vasco Santana a que assistem diversas individualidades, nomeadamente os conselheiros da Revolução, major Vasco Lourenço, tenente-coronel Pezarat Correira, comandante Vítor Crespo e ainda o general Vasco Gonçalves.

21
Terça-feira

1974 — É assinado o acordo de tréguas entre o MPLA e as Forças Armadas Portuguesas.

A Assembleia da República rejeita um projecto de decreto-lei apresentado pelo PCP com o fim de fazer revogar o decreto promulgado, em Maio último, pelo então ministro da Educação e Cultura, Subotomayor Cardia, para as Faculdades de Letras do país. ■ Ao abandonar o Governo, Nobre da Costa afirma: "É ao país que compete fazer o balanço do III Governo, mas saímos com a consciência de termos cumprido a nossa missão." ■ O fornecimento de carne em Lisboa mostra-se comprometido face à disposição dos retalhistas em venderem apenas carne congelada e a fornecida pela JNPP caso não se verifique o cumprimento por parte do Governo das margens de comercialização legais" segundo foi aprovado em reunião. ■ Em Bragança, uma reduzida manifestação protesta contra a extinção da unidade militar da cidade. ■ Segundo o Instituto Nacional de Estatística em Outubro os preços dos géneros e serviços, excluindo a habitação aumentaram 25,6 por cento em relação ao mesmo mês do ano transacto. ■ O Supremo Tribunal Administrativo por deliberação readmitiu nas suas funções a Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Distrito de Setúbal, exonerada em 1977 pelo então secretário de Estado da Segurança Social, Vítor Vasques. ■ O Conselheiro da Revolução, comandante Almeida e Costa regressa de Macau onde se deslocou com vista à nomeação do novo governador do território. ■ A informação de que o Conselheiro da Revolução, tenente-coronel Melo Antunes se deslocaria à República Popular de Moçambique é desmentida pela Presidência da República.



Os Comunistas na Assembleia da República

Évora atravessada na garganta da direita

Uma importante declaração política sobre a actual situação proferida pelo líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, e a recusa dos deputados do PS, PPD e CDS em aprovarem uma iniciativa legislativa dos deputados comunistas que constituiria a resposta que legitimamente milhares de estudantes das faculdades de Letras esperariam dos deputados que — também — os representam, foram os dois temas mais em foco nas sessões plenárias da Assembleia da República realizadas faz hoje oito dias e na passada terça-feira.

Com efeito, eram quase oito horas da noite deste último dia quando os deputados do PS, PPD e CDS se levantaram das suas carteiras e, com esse gesto, rejeitaram um projecto de lei do PCP que visava pôr fim à grave situação de indefinição que vem afectando os

estudantes e docentes daquelas faculdades, na sequência de mais uma atitude verdadeiramente antipedagógica do ex-ministro Cardia: famigerado Decreto 53/78.

O ex-ministro Cardia, agora já sentado em S. Bento na sua qualidade de deputado, mas conservando embora a paternidade moral do acto administrativo que veio lançar o caos pedagógico e a incerteza entre milhares de estudantes, não conseguiu responder direito a uma única das críticas que lhe foram dirigidas por diversos deputados do PCP. Críticas que centrando-se sobretudo na questão em apreço, não puderam deixar de ignorar a nefasta actividade, quantas vezes recheada de autoritarismo, do principal responsável do governo do PS/CDS no campo da política educacional do nosso País.

Mas se quanto ao problema das medidas de emergência relativas à reestruturação das faculdades de Letras — era este aliás o título da iniciativa apresentada pelos deputados comunistas — se pode justamente afirmar que, derrotando o projecto do PCP, os restantes deputados com assento no hemiciclo afinal mais não fizeram do que aumentar o fosso que os vai separando de uma significativa parte da juventude portuguesa, já a declaração política do camarada Carlos Brito teve o mérito de mostrar à evidência que as recentes eleições em Évora estão atravessadas na garganta da direita.

É que, partindo precisamente do resultado dessas eleições — resultado que a direita pretendia empolar caso lhe fosse favorável, mas que agora pretende minimizar e escamotear — o presidente do

Grupo Parlamentar do PCP precisou perante a Assembleia, na sequência da última reunião plenária do CC do PCP, alguns dos pontos mais importantes que, na opinião do PCP, são fundamentais para a superação da actual crise política.

A isto, os partidos da direita disseram nada, mostrando à evidência a sua adivinhada posição quanto ao governo Mota Pinto, o mais à direita após o 25 de Abril — conforme acentuaria Carlos Brito.

E não deixou de ser pelo menos grandemente ridículo o facto de o líder parlamentar do PPD/PSD, Magalhães Mota, ter pedido a palavra para dar explicações no final da declaração política do PCP e afirmado que nunca o seu partido tinha empolado o significado das eleições de Évora. Isto porque precisamente a seu lado se encontrava

sentado o seu correlegionário Menéres Pimentel, presidente da Comissão Política Nacional do PSD, que afirmou em Évora, no decorrer da campanha eleitoral e segundo noticiou o jornal da tarde dirigido por Helena Roseta, que «muito da liberdade em Portugal jogava-se no próximo fim-de-semana em Évora» (Jornal Novo, de 13/11/78, página 8).

É certo que tal afirmação não deixa de corresponder à verdade, se bem que não aos objectivos de quem a proferiu. É que, sendo a Reforma Agrária e a sua defesa uma das pedras de toque que permite avaliar a atitude de todos os verdadeiros democratas e patriotas e, para além disso, ser a consolidação do regime democrático inseparável da consolidação e defesa da Reforma Agrária — então a esmagadora vitória da APU no passado domingo em Évora

constituiu de facto uma grande jornada de luta pela liberdade porque foi uma poderosa afirmação de defesa da Reforma Agrária e de repúdio pelos ataques que contra ela têm vindo a ser desferidos.

Entretanto, na sessão da passada quinta-feira, o deputado do PCP Vital Moreira anunciou o propósito de o grupo parlamentar comunista apresentar muito brevemente na AR um projecto de lei contendo alterações à iniqua lei Barreto, sobretudo aos seus aspectos mais gravosos. Vital Moreira anunciaria tal propósito no decorrer do debate tendo em vista a concessão do processo de urgência a uma iniciativa legislativa dos deputados independentes Lopes Cardoso, Vital Rodrigues e Brás Pinto relativa também à aplicação da lei Barreto.

○ Diz o povo que presunção e água benta, cada qual toma a que quer... É é bem verdade! Atestamos nesta afirmação de um dirigente parlamentar responsável do PPD: «Se alguém tem prestígio a Assembleia da República temos sido nós e mais ninguém!». Isto disse-o o «inadiável» Sérvulo Correia, numa das sessões da passada semana. Muita presunção ou beatificação repentina à custa da «água benta parlamentar»?

○ O deputado do CDS Kruz Abecassis produziu uma curiosa descoberta numa das recentes sessões plenárias da AR: a greve dos trabalhadores da Sorefame recentemente

realizada teria sido uma greve política porque os trabalhadores... cantaram a «Internacional»! É caso para perguntar a tão descobridor deputado o que é que, os trabalhadores poderiam cantar para que a greve fosse apenas laboral...

○ Para alguns destacados dirigentes e deputados do CDS e PPD, o hemiciclo não deve passar de uma antecâmara. É que muitos deles (Freitas do Amaral, Sá Carneiro, Amaro da Costa) chegam ali muito depois da sessão começar — quando chegam! — levantam o braço para dizer que estão presentes, dois dedos de conversa com alguns dos seus correlegionários e depois, ala que se faz tarde.

Dia a Dia

Órgãos directivos do Grupo Parlamentar do PCP

No passado dia 17 de Novembro reuniu-se a Assembleia do Grupo Parlamentar do PCP, durante a qual se procedeu à eleição dos órgãos directivos para o período da 3.ª Sessão Legislativa.

O deputado Carlos Brito continua a presidir ao Grupo Parlamentar do PCP, sendo vice-presidentes os deputados Veiga de Oliveira, Alda Nogueira e Vital Moreira. Estes três deputados fazem parte do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP, que engloba ainda os deputados Custódio Gingão, Francisco Miguel, Carreira Marques, Jorge Leite, José Manuel Maia, Severiano Falcão e Vítor Louro.

No decorrer da Assembleia, os deputados do PCP procederam a um balanço da actividade desenvolvida ao longo das duas primeiras sessões legislativas, tendo constatado que de um total de 28 projectos de lei apresentados pelos deputados comunistas, 11 foram aprovados pela Assembleia da República. Entretanto, o número das iniciativas legislativas já tomadas no decorrer do primeiro mês da 3.ª Sessão Legislativa ascende a oito.

Os deputados comunistas apreciaram ainda diversas iniciativas legislativas a tomar brevemente pelo PCP, nomeadamente a apresentação de um projecto de lei sobre Comissões de Trabalhadores e seus direitos e um projecto de alterações à Lei Barreto.

Assembleia do Atlântico Norte

Terá início no próximo dia 25 de Novembro em Lisboa a 24.ª Sessão Anual da Assembleia do Atlântico Norte, organismo da NATO que integra parlamentares dos países membros desta organização militar de que Portugal faz parte.

Na sessão da passada quinta-feira, a Assembleia da República aprovou para o efeito um orçamento de seis mil contos, com a abstenção dos deputados do PCP.

Parte das reuniões, as das comissões especializadas, decorre nas instalações da

Gulbenkian, enquanto que as reuniões plenárias terão lugar na própria Assembleia da República nos dias 29 e 30 deste mês. Nessas sessões plenárias usarão da palavra, por exemplo, o secretário-geral da NATO, senhor Joseph Luns e o general do Exército americano Alexander Haig.

Assembleia à espera do Governo de Mota Pinto

A partir de ontem começou a contar o prazo de dez dias, no decorrer dos quais Mota Pinto deverá apresentar o programa do seu Governo à AR, de acordo com o artigo 195.º da Constituição.

A UEC em todas as frentes de acção e luta do movimento estudantil

● No último fim-de-semana, decorreu em Lisboa uma reunião alargada da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, na qual participou o camarada Álvaro Cunhal.

A presente situação política e as suas incidências no Movimento Estudantil; os principais problemas e preocupações da juventude estudantil; as propostas dos estudantes comunistas para o Movimento Associativo, na perspectiva da consolidação da sua unidade e alargamento, e da ampliação da sua base de apoio; o balanço do estado actual das organizações da UEC após as férias de Verão e a definição das principais linhas de acção dos estudantes comunistas para os próximos meses — foram os temas debatidos na última reunião alargada da Comissão Central da UEC, que teve lugar no passado fim-de-semana, no Centro Vitória, em Lisboa, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

A reunião analisou ainda o andamento dos trabalhos preparatórios do Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, uma importante iniciativa da UEC que decorrerá em 2 e 3 de Dezembro próximo, em Coimbra.

Tornar a UEC mais influente

Ao fazer uma apreciação do estado actual das organizações da UEC, designadamente em relação ao número de efectivos, a Comissão Central sublinhou a necessidade de desencadear um rápido esforço de enquadramento dos militantes que no início deste ano lectivo ainda não têm uma actividade assídua, e de prosseguir, desde já, o recrutamento de novos militantes para a UEC, aproveitando as condições altamente favoráveis que se sentem presentemente, motivadas pelo crescente prestígio da UEC. A Comissão Central apreçou também o desenrolar da campanha de apoio à "Linha Geral", tendo concluído que é necessário prosseguir e ampliar o esforço para uma maior divulgação da revista, dinamizando uma ampla campanha de assinaturas e a constituição de uma rede de comissões e iniciativas de apoio.

A luta pela unidade

Contribuir de forma decisiva e coerente para a unidade de todas as forças democráticas com

representação estudantil continua a ser a tarefa central do trabalho desenvolvido em todo o país pelas organizações da UEC.

Conforme salienta o documento das conclusões da reunião da Comissão Central, a procura da unidade na acção com outros sectores democráticos, designadamente a Juventude Socialista, continua a ser uma linha fundamental de trabalho. Tal unidade garante o reforço do Movimento Estudantil, reduzindo às suas verdadeiras dimensões as organizações divisionistas de direita ou do esquerdismo, assegura e fortalece a perspectiva de uma Escola e uma vida melhores no Portugal de Abril.

O desemprego e o custo de vida...

O aumento do desemprego e do custo de vida atingem com gravidade crescente a juventude estudantil. Muitas centenas de estudantes, ao terminarem os seus cursos, ficam desempregados, ou não encontram uma saída profissional, adequada às suas qualificações. Por outro lado, dezenas de milhares de estudantes do Ensino Secundário são anualmente forçados a abandonar os estudos, indo assim engrossar as fileiras de desempregados.

A redução dos quantitativos atribuídos para a concessão de bolsas de estudo, o aumento dos preços das cantinas e do material escolar, a crescente insuficiência da política de apoio social, são outros tantos factores que vêm agravar as

condições de vida e de frequência escolar da grande maioria dos estudantes.

... e as suas consequências

É evidente que esta situação, acompanhada por uma política de submissão ao imperialismo, cria condições favoráveis ao desenvolvimento de determinados modelos e concepções de vida, que encontram em certos sectores da juventude uma presa fácil. Sublinha a propósito o documento saído da reunião da CC da UEC o fenómeno da expansão da droga, a existência de um sentimento de pessimismo e descrédito, as concepções que tal advém — nomeadamente a não credibilidade de existência de uma alternativa à situação actual — são alguns dos exemplos que ilustram esse tipo de concepções.

Mudanças positivas postas em causa

Detendo-se na análise da presente situação no Ensino, o documento dos estudantes comunistas começa por denunciar: Os passos positivos dados com a reestruturação dos cursos complementares do

ensino secundário são postos em causa pela falta de condições pedagógicas e pela inexistência de infra-estruturas adequadas, pondo em perigo o funcionamento do 10.º ano unificado.

A manutenção do Ano Propedéutico, apesar da sua reconhecida e incontestável falência pedagógica, mantém a selecção arbitrária no acesso à Universidade.

Os recentes decretos e despachos relativos à reestruturação das Faculdades de Letras e Ciências geradores de situações de desorganização e caos pedagógico, profundamente lesivos das perspectivas de uma futura formação profissional dos estudantes, demonstram a natureza antidemocrática e arbitrária da reestruturação do ensino superior que se prepara nos gabinetes ministeriais, e que ameaça generalizar-se aos outros ramos de ensino.

E lê-se mais adiante:

O crescente agravamento dos problemas dos jovens e estudantes dá bem a imagem da incapacidade de uma política de direita em resolver os seus problemas, bem como todos os outros problemas nacionais. Tal política será previsivelmente agravada com a formação do IV Governo, e com o seu agravamento novos factores de preocupação se desenharam no horizonte de vida da juventude.

Salientando que não é com passividade e conformismo que a juventude estudantil aceita a aplicação de uma política que fere os seus interesses imediatos e compromete o seu futuro, a Comissão Central da UEC saúda as recentes lutas dos estudantes do Propedéutico (destacando a vitória alcançada ao obterem a revisão das tabelas de classifica-

ção dos exames), das Faculdades de Letras e do Ramo Educacional das Faculdades de Ciências.

Direcções da luta estudantil

Segundo refere o texto das conclusões da última reunião da CC da UEC, os estudantes comunistas consideram necessário impulsionar a luta estudantil nas seguintes direcções:

- Pela reestruturação democrática da Universidade, lutando contra os planos autocráticos e arbitrários do MEC, definindo propostas alternativas e formas de acção e unidade capazes de as concretizar, garantindo condições de gestão democrática das escolas do Ensino Secundário;
- Contra a continuação de uma política de selecção arbitrária no acesso à Universidade;
- Pela defesa do ensino unificado, lutando por condições de funcionamento efectivo, nomeadamente no 10.º ano unificado;
- Pela defesa de uma correcta avaliação de conhecimentos em todos os graus de ensino, designadamente a avaliação contínua no Ensino Unificado;
- Pela luta contra o desemprego e pelas saídas profissionais, desenvolvendo e alargando a novos cursos os movimentos pelo direito ao trabalho já existentes, contribuindo para a dinamização do movimento de jovens contra o desemprego.

O Movimento Associativo e a unidade

Em relação ao Movimento Associativo, a reunião da CC da UEC chegou às seguintes conclusões: O desenvolvimento recente do Movimento Associativo e os avanços da

corrente unitária são a base sobre a qual são possíveis no ano lectivo 78/79 progressos significativos que confirmem o MA como alavanca fundamental da unidade estudantil.

Confirmada a linha de diversificação da actividade associativa, valorizando a intervenção pedagógica e reivindicativa, e de cursos, a prestação de serviços, cultural e desportiva, a CC considera a consolidação das AAEE escola a escola, como linha fundamental de trabalho.

Denunciando as concepções estreitas e sectárias como aquelas que defendem uma linha de unidade partidária para as AAEE ou introduzem na prática associativa barreiras de natureza ideológica, estranhas ao carácter unitário do MA, a CC da UEC constata a possibilidade e a disponibilidade dos estudantes em ultrapassar estas barreiras, apelando ao reforço da unidade estudantil na base da defesa de interesses e aspirações comuns.

E prossegue o documento dos estudantes comunistas:

A CC constatou abrirem-se perspectivas ao reforço do trabalho associativo Federado e Nacional. Alertando para o perigo da tendência para a criação apressada de uma UNEP, tanto mais que ela hoje surge de sectores até agora autorginalizados das estruturas consagradas do MA Federado e Nacional, a CC da UEC considera possível e necessário dar expressão federada regional e nacional (nomeadamente na RIA de Lisboa e no ENDA) a frentes de trabalho como o desporto, a intervenção cultural e pedagógica e o apoio social estudantil, e melhorar o trabalho federado por ramos de ensino, o que alguns casos já teve um papel importante na dinamização de alguns processos de luta (caso da luta contra a reestruturação autocrática de Letras e do «numerus clausus» nos 4.ºs anos do Ramo Educacional das Faculdades de Ciências).

Ainda no âmbito do Movimento Associativo, a UEC considera necessária a regulamentação e estabilização das estruturas federadas por forma a garantir a participação de todas as AAEE, e uma ampla unidade do Movimento Associativo Federado e Nacional.

Considerando a próxima realização de eleições para os órgãos de gestão das escolas, a CC decidiu activar, desde já, este processo, no sentido de se promover e dinamizar em todos os estabelecimentos de ensino, a apresentação de listas da mais ampla unidade, juntamente com estudantes organizados politicamente ou não, que estejam interessados em trabalhar na defesa de um ensino democrático, na real intervenção estudantil, na definição de uma política de gestão que, através de um trabalho profundo e eficaz, garanta o bom funcionamento das Escolas.

JUVENTUDE

ÓRGÃO CENTRAL DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

JUVENTUDE

ASSIM VAMOS A JUVENTUDE

JUVENTUDE

MARCHEM PARA O ÊXITO

JUVENTUDE

À VENDA

Encontro sobre a Reestruturação do Ensino Superior

Sob o lema «A Universidade que temos, a Universidade que queremos», a UEC levou a efeito, em 2 e 3 de Dezembro próximo, em Coimbra, um Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, cujo trabalho preparatório está numa fase bastante avançada.

Todos os grupos de trabalho já concluíram os documentos, prosseguindo em todas as Faculdades a realização de diversas actividades e iniciativas para debate. A análise dos problemas relacionados com a construção da Universidade virada para o país real, para as aspirações dos estudantes e para o desenvolvimento pedagógico e científico, tem sido nota saliente quer em pequenas reuniões envolvendo sectores de trabalho, reuniões com professores, reuniões alargadas por convite e reuniões de quadros, quer no decorrer dos colóquios e «meetings» promo-

vidos nas escolas pela células da UEC.

Refira-se, a propósito, que estão marcados para os próximos dias colóquios integrados no debate preparatório do Encontro em várias Faculdades de Coimbra, no ISEP (Porto), em Ciências, Magistério e Psicologia do Porto e em Económicas e Letras de Lisboa.

Segundo sublinha uma nota agora divulgada à Imprensa pela Comissão Organizadora do Encontro «a realização de várias reuniões de trabalho nacionais, como é o caso do ISE, Letras, Arquitectura, Ciências e Saúde, tem permitido uma boa coordenação da actividade preparatória, assim como, em alguns casos, uma abordagem desenvolvida dos assuntos».

A terminar, informa a nota da organização do Encontro:

A qualidade dos documentos produzidos é desigual, tendo ainda, necessaria-

mente, de ser enriquecida pelo debate a travar. As reuniões nacionais marcadas entre os dias 24 e 28, serão grandes reuniões de balanço e de conclusão do trabalho a ser apresentado nas secções.

Avançaram-se já algumas ideias quanto ao funcionamento do Encontro, tendo-se decidido o horário do plenário e o das secções existentes, a saber: Economia, Letras, Ciências, Engenharia, Saúde, Magistério, Direito, Cursos Complementares do Ensino Secundário, a Universidade e as necessidades do país, democratização do Ensino Superior, redefinição institucional da Universidade e qualidade de ensino.

O Encontro Nacional sobre Reestruturação do Ensino Superior, é já uma realidade sentida por muitas centenas de estudantes.

Em luta por todo o país as massas repudiam a política de direita

Paralisações e greves, acompanhadas de manifestações convocadas pelo sector, como foi o caso dos têxteis no Porto, Guimarães, Covilhã, Valongo, Vila do Conde e outras localidades, em 16 do corrente, assinalaram a parte mais visível das variadas formas de luta, incluindo concentrações em vários pontos do país, durante o período de 15 a 22 do corrente. Centenas de milhares de trabalhadores lutam por interesses comuns e essenciais, que dizem respeito à sua vida diária e abarcam, por exemplo, na contratação colectiva, bloqueada pelo patronato e pelo Governo de direita, a vida económica nacional, incluindo a metalurgia e a metalomecânica, o têxtil, vestuário e similares, os correios e telefones, caminhos-de-ferro (CP), panificação, minas, segurança social e serviços médico-sociais.

Independentemente da forma de luta adoptada e descontando alguns casos de cedência às pressões, chantagens e intimidações do patronato mais reaccionário, a generalidade das acções empreendidas caracteriza-se por forte e amplo reforço da unidade a nível sindical e ao nível das empresas. O facto é bem visível nas percentagens de adesão às formas de luta, designadamente nas greves e paralisações dos metalúrgicos (entre 90 e 95 por cento com 100 por cento em grande parte das mais importantes empresas de

Lisboa, nos têxteis (85 por cento a nível geral; Covilhã, 95 por cento; numerosos casos a 100 por cento), panificação (98% em Évora, 95% em Viana do Castelo, 90% no Porto e em Setúbal, 80% em Lisboa e Leiria e 60% em Braga), nas minas (100% no Sul e 90% no Norte) nos ferroviários (98%), nos CTT/TLP (percentagem nacional superior a 80 por cento. Em Lisboa, onde estão concentrados mais de 10 mil trabalhadores: 99,9% nas centrais dos correios; 85% nas centrais telefónicas e 70% nos serviços administrativos) e mesmo na Previdência onde a participação variou muito, mas alcançou no Sul cerca de 70 por cento com forte adesão e algumas Caixas e Serviços.

Outra característica assinalável das formas de luta é o seu alcance nacional. A grande participação dos trabalhadores, mesmo em regiões e locais onde a vida sindical não tem o nível alcançado nas grandes zonas industriais e nas grandes cidades, é também um facto a sublinhar numa altura em que o divisionismo sindical pretende atacar o fundamental das conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras, sabotando a sua unidade no interesse das forças de direita, dos seus governos e do imperialismo.

Coordenação e reforço das lutas por interesses comuns

Federações e Sindicatos, filiados ou não em estruturas intermédias e na CGTP-IN, salvo raríssimas excepções, têm demonstrado a capacidade para se unirem em acções concretas e apresentaram uma frente de luta extensa e apoiada em plênários e reuniões de todo o tipo para a discussão e convocação das formas de luta mais variadas, designadamente contra o bloqueio da contratação colectiva, contra a repressão patronal, contra os despedimentos, o desemprego e pelo exercício das liberdades sindicais nas empresas.

As paralisações, greves, concentrações e manifestações são convocadas normalmente por muitas dezenas de associações sindicais. É, por exemplo, o caso dos metalúrgicos e também o dos têxteis e panificação. As formas de luta são preparadas e discutidas. As propostas de diálogo e negociação são mantidas até ao último momento. Em todos os casos que envolvem sectores inteiros e alcance nacional, a intransigência do patronato organizado é que obriga os trabalhadores a parar o trabalho. Da parte sindical e dos trabalhadores mantém-se a vontade de negociar e chegar a acordo. Mas a defesa dos interesses mais legítimos das classes trabalhadoras levam-nos a não transigir em questões essenciais, como seja a matéria salarial, que se degrada hora a hora atrojada

permanentemente pelo aumento do custo de vida.

Contra a direita no Norte do País

No Porto, como em Braga, Guimarães, Barcelos, Santo Tirso, Valongo, Felgueiras, Crestuma, Vila do Conde e Covilhã, a jornada de luta da última quinta-feira incluiu concentrações de milhares de trabalhadores.

No Porto, onde a PSP carregou sobre manifestantes provocando feridos (um protesto da União dos Sindicatos (USP) condena a «onda de violência de que os trabalhadores têm vindo a ser vítimas por lutarem pelos seus direitos»), a manifestação no dia da greve destinou-se, segundo um dirigente sindical, a «alargar a luta dos trabalhadores têxteis a outros problemas que nos afligem, como sejam os despedimentos, a repressão, a liberdade sindical e a reestruturação das empresas».

Por outro lado, a Federação dos Sindicatos do sector, depois de uma análise exaustiva do «projecto de medidas de política global a curto prazo para as indústrias têxteis e de vestuário», afirma que esse documento do Ministério da Indústria e Tecnologia se enquadra «na política económica e global dos últimos governos», na política de «cedência às exigências do FMI, na estratégia que visa a entrada de Portugal na CEE, atrelando o país ao capital monopolista internacional, num total desrespeito pela independência nacional, desprezando os recursos técnicos e humanos existentes».

Próximas manifestações nos 5 distritos do Norte

Ao mesmo tempo que se desenvolve o movimento de repúdio generalizado contra a política de direita, continuam no Norte as manifestações de solidariedade e apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária. Estão marcadas jornadas de luta nos cinco distritos nortenhos para 1 de Dezembro próximo. As iniciativas pertencem às Unões Distritais de Sindicatos. Segundo um manifesto da União dos Sindicatos do Porto, com um apelo a todos os trabalhadores e a todo o povo nortenho, para que se integre nessas grandes manifestações, elas devem constituir uma «poderosa jornada de unidade e solidariedade, que dê mais força ao protesto popular contra o aumento do custo de vida, contra a repressão patronal e os despedimentos, contra o boicote dos patrões à negociação dos CCTs e de repúdio pela violência contra a Reforma Agrária». Hoje, no Porto, um plenário distrital de dirigentes sindicais analisará a situação político-social e as manifestações do dia 1 de Dezembro.

Entre a movimentação dos trabalhadores do Norte inclui-se



Grande participação das mulheres trabalhadoras na luta dos têxteis. Imagem da manifestação no Porto

ainda, no próximo fim-de-semana, o I Encontro Distrital dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto, a II Conferência das Mulheres do Norte, no próximo

domingo, em Braga, o V Encontro de Rendeiros do Norte, organizado pelo MAFIN, também no domingo, no Porto, para assinalar o seu terceiro aniversário e de cujo pro-

grama consta a celebração de uma missa na Igreja de Paranhos, a projecção do filme «O Rendeiro», a actuação de um conjunto de música popular, de cantigas ao desafio e ranchos. De tarde, após o almoço de confraternização, realiza-se o Encontro no qual intervirão rendeiros e dirigentes do MAFIN. Esta iniciativa, que decorrerá na Faculdade de Economia do Porto, enquadra-se na luta contra os despejos e pela revogação dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da lei dos senhorios ricos.

Outras manifestações

As manifestações de repúdio pela política do governo demitido, contra a carestia, dos despedimentos e o assalto à Reforma Agrária vão continuar. Para o próximo sábado, convocadas por associações sindicais, estão previstas manifestações em Portalegre e Torres Novas.

Entretanto, decorrimos concentrações de milhares de trabalhadores, em S. João da Madeira (dia 18), no Tramagal e em Sines (dia 16), em Coruche (dia 20) e em Ponte de Sor (dia 21).

Em todas essas iniciativas de luta e solidariedade, como sublinhou um trabalhador sindicalista em Coruche, ficou bem claro «o sentido das responsabilidades e a elevada consciência de classe de que os trabalhadores e as suas organizações dão provas, contrariando as intenções das forças desestabilizadoras e reaccionárias, que procuram aproveitar o seu descontentamento e legítima apreensão, provocados pela aplicação de uma política contrária aos seus interesses e aos interesses do país».



Na Covilhã, a luta dos têxteis junta a manifestação à greve



Em S. João da Madeira, afectada gravemente no seu progresso, 12 mil pessoas condenam uma política virada contra os interesses fundamentais dos trabalhadores e do país

Os donos do automóvel em Portugal

Sob o título «Entrega total da montagem e comercialização de automóveis ao imperialismo e a grandes capitalistas portugueses», o n.º 1 do «Volante» (Boletim do Sector Automóvel de Setúbal do PCP), cujo aparecimento saudamos, escreve:

Felto ao sabor dos interesses estrangeiros e de grandes capitalistas portugueses, esta indústria e comercialização portuguesa de veículos automóveis não está a servir os interesses nacionais.

A instalação de tantas fábricas de montagem de automóveis e camiões é um exemplo bem elucidativo. Sem indústrias básicas de apoio, importando já fabricadas quase todas as peças, cabe-lhes apenas o papel de montagem dessas peças, passando deste modo a ser uma indústria na completa dependência do estrangeiro.

Na construção de veículos a motor, existiam, em 1970, 54 sociedades em Portugal. Mas 56% das receitas e 36 por cento do pessoal de todas essas sociedades pertenciam a três: Ford Lusitana (filial da Ford americana), Utic e General Motors de Portugal (filial da GM dos Estados Unidos).

De 1970 para cá, a situação sofreu alterações, devido, nomeadamente, às marcas japonesas «Datsun» e «Toyota». Não se alterou, no entanto, o traço fundamental deste ramo, no qual estão presentes todas as grandes fábricas de automóveis dos Estados Unidos, do Japão e da Europa, um ramo que é totalmente dominado por essas sociedades estrangeiras que se instalaram no nosso país, muitas vezes só e algumas vezes associadas a firmas portuguesas suas representantes.

No comércio de automóveis, tiveram os ex-grupos financeiros portugueses um grande peso.

No Banco Pinto & Sotto Mayor, (ex-grupo Champallimaud) estavam unidos os representantes de todas as marcas inglesas e alemãs. A este Banco estava ligado o grupo Emino, que, além de participar no capital da IMA e no capital da Movauto, englobava três

sociedades de venda de automóveis: C. Santos, representante dos «Mercedes», montados na Movauto; A. M. de Almeida, representante dos «Morris» e «MG», montados na IMA; e Lusolanda, representante dos «Audi» e «NSU», montados na Movauto.

O Banco Pinto & Sotto Mayor estava ligado, através de Silveira Machado, a Sociedade Comercial Guérin, que representa a «Volkswagen» e participa no capital da CPMC (Barreiros) onde os «Volkswagen» são montados.

O Banco Fonsecas e Burnay era o único representante da «Chrysler» americana.

O grupo Entreponto é o representante dos «Datsun» (Nissan Corporation, do Japão). Ao grupo Espírito Santo estava ligada a «Peugeot», através da Mocar, que montava em Setúbal, na Movauto, o «Peugeot» e o «Alfa Romeo».

No comércio de automóveis no nosso país teve e tem lugar um processo de concentração das fábricas de automóveis estrangeiras. A Volkswagen, absorvendo a Audi, NSU e Auto-Union AG, promoveu a concentração das firmas representantes: a Guérin e a Lusolanda, a primeira representante da Volkswagen e a segunda da Audi, NSU e Auto-Union AG.

Também a British Leyland Motors Corporation decidiu promover a concentração das firmas que representam as marcas que concentrou. Nesse sentido, a J.J. Gonçalves (representante do «Austin»), a A. M. de Almeida (representante do «Morris» e «MG») e a Stampor (filial da British Leyland e representante do «Triumph», «Jaguar» e «Daimler») formaram em conjunto uma firma denominada Sociedade British Leyland de Portugal-Automóveis, Importadora e distribuidora das marcas fabricadas na Inglaterra pela British Leyland Motors Corporation.

Como se vê, a montagem e comercialização de automóveis está nas mãos da Volkswagen, Peugeot, British Leyland e Nissan japonesa.

Lutas e Tarefas

● Ameaças na ECA — Na sequência da desintervenção, ordenada recentemente pelo Governo demitido, a administração da ECA-Empresa de Concentrados de Alvalade-Sado suspendeu os cinco elementos da Comissão de Trabalhadores à data da intervenção e um membro da CT em funções. Num comunicado, que mandou afixar na empresa, a administração anuncia que «cerca de 150 trabalhadores rurais sem ocupação útil a partir de Novembro» podem ser despedidos e acrescenta que, quanto «à situação social na empresa, não existem problemas». Na verdade, o despedimento em massa não constitui problema para a administração premiada pelo Governo de Nobre da Costa. Mas é um problema, e grave, para os trabalhadores e para a população de Alvalade-Sado.

Por isso, no último sábado, aqueles trabalhadores reuniram-se em plenário presidido por elementos da CT actual, do Sindicato da Indústria Alimentar, presidente da Junta de Freguesia de Alvalade-Sado e um representante dos trabalhadores suspensos, para protestarem e tomarem medidas contra a repressão na empresa e a ameaça de despedimentos. Solidarizando-se com os seis trabalhadores suspensos, o plenário repudiou a desintervenção da empresa, as suspensões arbitrárias e as ameaças de despedimento e manifestou a firme disposição de luta por parte dos trabalhadores a fim de manterem todos os postos de trabalho.

● Repressão na Abridex — Nesta fábrica de malhas (Verride, Montemor-o-Velho), com 130 trabalhadores, a administração despediu um delegado sindical e outro trabalhador por participação na greve nacional dos têxteis na última quinta-feira. A resposta não se fez esperar. Oitenta e quatro trabalhadores do turno, na própria hora em que os despedimentos eram anunciados, paralisaram o trabalho. Num plenário foi eleita uma comissão para conseguir a readmissão dos despedidos. Depois de uma reunião no MT (Coimbra) a administração aceitou readmitir o delegado, mas não

o outro trabalhador. Novo plenário. Foi votada a greve pela readmissão dos dois trabalhadores. O delegado readmitido juntou-se à luta pela readmissão imediata do seu companheiro de trabalho.

● Chapelinhos pela revisão salarial — O Sindicato dos Operários Chapelinhos de S. João da Madeira, empenhado na revisão da tabela salarial do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), apela a toda a classe para que participe nessa luta, pois os salários actuais não dão para viver. «Nós vamos apresentar aos patrões a nossa proposta de revisão da tabela salarial. Mas, antes disso, temos todos de discutir a tabela a apresentar, para que ela corresponda à vontade e às necessidades da classe», afirma o Sindicato. Chamando todos a participar nas reuniões que vai promover para esse efeito e para evitar que alguém se deixe vergar «à pressão dos patrões que procuram fazer-nos desistir da luta por um salário que permita fazer face à vida com a ameaça de desemprego», o Sindicato lembra que «a nossa unidade e a nossa mobilização são as armas de que dispomos e a única garantia de que levaremos à vitória a luta pelos nossos direitos».

Depois de avisar que «o espantilho da crise da indústria de chapelaria é usado pelos patrões para tentar dividir e fazer recuar os trabalhadores», o Sindicato dos Chapelinhos acrescenta: «A experiência de todos nós mostra que não seremos capazes de impor na mesa de negociações as nossas

posições, se os trabalhadores não estiverem unidos e mobilizados nas empresas e à volta do seu Sindicato. Por isso, apelamos a que desde já nos preparemos para dar mais uma prova da capacidade dos trabalhadores chapelinhos em se unirem, organizarem e mobilizarem para a luta contra a vida cara, a miséria e o desemprego».

● Um dirigente da CIP reprime na Carmel — Num comunicado aos trabalhadores da Carmel e à população de Ovar, a União dos Sindicatos de Aveiro e o Sindicato das Madeiras daquele distrito protestam contra as arbitrariedades cometidas pelo patrão e que se tomam «insustentáveis para os trabalhadores da empresa». O comunicado acusa o industrial, sr. Eduardo Leite, de atitudes repressivas e ditatoriais, pretendendo até proibir os trabalhadores de fumar, depois de não lhes pagar os salários e de suspender dois trabalhadores sem motivo. A União e o Sindicato das Madeiras solidarizam-se com os trabalhadores da Carmel e «apoiarão as formas de luta que se vierem a desenvolver para que seja restabelecida a legalidade na empresa».

● CGD: «A tração avança» — Num comunicado sob o título «A tração avança», o secretariado nacional das comissões sindicais da Caixa Geral de Depósitos (CGD) protesta firmemente contra o paralelo constituído num notário de Lisboa por membros da CT, cuja actuação se caracteriza «pela divisão interna (alguns dos seus

membros pediram a demissão), pelo oportunismo e tração aos interesses dos trabalhadores da Caixa». Num apelo aos trabalhadores, o secretariado, alertando contra os perigos da divisão, sublinha que «só no Sindicato, dos Bancários, corrigindo os erros de actuação dos nossos dirigentes, podemos ser efectiva e livremente representados. Estamos certos de que só mantendo a unidade com a diversidade de opiniões é possível, cada vez mais, construir um Sindicato efectivamente democrático e forte para a defesa dos nossos interesses mais elementares».

● Contra a desintervenção na Papéis Vouga — «Tal como soberam gerir e recuperar a empresa, os trabalhadores saberão responder com firmeza a mais este atentado contra os seus reais interesses, não só com serenidade de trabalho, mas também com a sua unidade, utilizando as formas de luta julgadas mais convenientes» — afirma o secretariado do conselho de Vila Feira do PCP. Num comunicado, os nossos camaradas de Vila da Feira repudiam «energicamente a decisão arbitrária e inconstitucional do governo demitido Nobre da Costa» em relação a uma empresa que «foi deixada ao abandono com mais de 100 mil contos de dívidas pelo conhecido reaccionário Manuel Couto e que foi recuperada pelo esforço heróico dos trabalhadores, atingindo só no último ano e depois de enormes despesas com reparações e pagamento de

retroactivos aos trabalhadores, um saldo positivo superior a 22 mil contos, apesar de todos os boicotes, e que este ano será largamente ultrapassado». Os trabalhadores «exigem a imediata revogação do despacho que desintervençava a Sociedade Transformadora de Papéis Vouga, com sede em São Paio de Oleiros», afirmam por seu turno, num comunicado, os Sindicatos dos Papeleiros do Distrito de Aveiro, dos Corticeiros de S.M. de Lamas e dos Metalúrgicos de Riomeão.

● Arbitrariedades e repressão em empresas corticeiras — O organismo dos corticeiros do PCF de Vila da Feira afirma que «o patronato recorre às mais abusivas formas de entrar a actividade sindical, impondo um clima de terror nas empresas». Num comunicado, aquele organismo cita, como exemplos concretos, nove casos (Facol, António Barros, Amorins, La Source de Liège, Manuel Lima, Carço, Coutos, J. Lima e A. Paulo de Amorim) onde se registam arbitrariedades e actos repressivos de patrões reaccionários. «Os casos mais desumanos, acrescenta o comunicado, são de facto o aproveitamento de menores com idade escolar o que resulta em dupla exploração, assim como os contratos a prazo, que não são pagos consoante a idade do trabalhador. Os trabalhadores comunistas corticeiros exortam todos os trabalhadores à unidade e ao reforço do trabalho sindical».

● Delegada sindical da Zendei — A Comissão de Trabalhadores da Zendei, sindicalizada da Freguesia do Torosoendo da UIC protestam contra a suspensão da delegada sindical daquela empresa, Maria Gabriela de Almeida. Exigindo a reintegração, aquelas organizações consideram a acção patronal injusta e arbitrária e salientam a solidariedade das restantes trabalhadoras da empresa, nomeadamente no encontro com os representantes sindicais, que o patrão proibiu de entrar nas instalações,

realizando-se a reunião no exterior.

● Os trabalhadores e o «pluralismo» do «Diário de Notícias» — As estruturas representativas dos trabalhadores da empresa pública «Notícias — Capital» protestam, em moção aprovada em plenário, contra «a forma discriminatória» como «Diário de Notícias» tratou a grande manifestação do dia 11 em Lisboa. Uma foto de «misses» na 1.ª página do «DN», «a boa maneira de antigamente» substitui, segundo os trabalhadores, pelos menos, a «devida chamada de atenção» para um facto tão relevante como foi a manifestação. A CT e os delegados sindicais e sectoriais da empresa consideram essa atitude um exemplo claro da «independência» e do «pluralismo» tão apregoados por órgãos de informação pagos com dinheiros públicos.

● Standard: 830 trabalhadores ameaçados de despedimento — A Secretaria de Estado da População e Emprego deverá pronunciar-se até 15 de Dezembro próximo acerca da posição dos organismos representativos dos trabalhadores da Standard Eléctrica contra a tentativa de despedimento de 830 dos seus companheiros de trabalho. De outro modo, a multinacional ITT, a que pertence a Standard, ficará com as mãos livres perante o Governo para concretizar mais uma manobra de carácter estritamente político, como advierte a CT da empresa.

● Caderno reivindicativo na Consol — Devolvida aos antigos patrões pelo MAP, a Consol, empresa de concentrado de tomate, com sede em Fortes, Ferreira do Alentejo, deve «continuar em laboração normal na defesa da economia do país e do interesse dos trabalhadores, até que seja anulada a ilegalidade cometida» afirmam os trabalhadores, reunidos em plenário, para aprovarem um caderno reivindicativo de 18 pontos entre os quais figura a opção dos trabalhadores na compra da empresa, caso venha a ser vendida.



Um momento do plenário da ECA

Comunistas preparam Encontro Nacional para os Problemas dos Quadros Técnicos

O Partido Comunista Português não pára nos seus esforços para contribuir a nível nacional para o estudo dos problemas que dizem respeito e afectam os mais amplos sectores da sociedade portuguesa, procurando encontrar colectivamente soluções e propostas construtivas em que se empenham não só os comunistas como todos aqueles que, vindos de outros quadrantes ideológicos, queiram participar.

Desta vez é um Encontro Nacional para os Problemas dos Quadros Técnicos que está em preparação, desde já suscitando a atenção e o trabalho de numerosos comunistas e recolhendo, também desde já, o contributo de muitos outros elementos a quem interessa a iniciativa.

Numa das salas do Centro de Trabalho, Vitória reuniram-se no sábado alguns dos camaradas que compõem a Comissão Nacional Organizadora, presidindo à primeira parte da reunião o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central. O exame da fase actual de preparação desta iniciativa, o debate e aprofundamento dos seus objectivos e as características e temas do Encontro, para além da tomada de medidas visando a dinamização dos trabalhos preparatórios constituíram o essencial da Ordem de Trabalhos da reunião.

Intervindo em primeiro lugar, o camarada Pedro Serra, da Co-

missão Executiva, referiu-se ao modo regular e assíduo que tem revestido o trabalho a nível central até agora desenvolvido, visando precisar e definir os objectivos do Encontro e dinamizar a participação dos vários sectores do Partido, dando conta dos vários grupos de trabalho, que integram elementos unitários, e que já produziram alguns documentos para discussão. Pedro Serra anunciou ainda que reuniões muito amplas e de grupos de trabalho foram já realizadas em algumas organizações Regionais, com especial destaque para as de Lisboa e Setúbal. Por seu lado a DORN foi referida como uma das Organizações Regionais onde o trabalho já arrancou.

Oportunidade única

O camarada Carlos Brito, que falou seguidamente, definiu o Encontro a realizar como a oportuni-

dade, única até hoje, que muitos quadros técnicos encontram de pôr os seus problemas. Abordando a constituição da Comissão Nacional Organizadora, o dirigente comunista referiu-se-lhe classificando-a como um amplo organismo que reúne uma experiência muito diversificada da situação dos quadros técnicos nos vários sectores onde eles actuam, pedindo-se-lhe o estudo e a produção de documentos e propostas e que seja a dinamizadora de iniciativas na região ou sector onde actuem os seus elementos. A Comissão organizadora, disse ainda Carlos Brito, poderá ser um foco de atracção, pelo prestígio da sua composição, em relação aos quadros que pelos seus membros possam ser contactados.

O camarada Carlos Moraes, da Comissão Executiva, apresentou depois o projecto de um documento onde se procuram definir o âmbito e os objectivos do Encontro, que debaterá um vasto e complexo conjunto de problemas e questões que afectam e interessam os quadros técnicos, tais como: emprego, situação salarial e contratação colectiva, sindicalismo e associativismo, relações com outros trabalhadores; situações sectoriais e profissionais, no aparelho de Estado cen-

tral e local, nas diversas formações económicas, etc.; a intervenção dos quadros técnicos em domínios de actividade de grande importância para a recuperação económica, o progresso e o desenvolvimento nacional.

O projecto de documento foi amplamente discutido, tendo-se registado importantes achegas para a sua elaboração final.

Ainda no mesmo ponto, questões de metodologia e calendário foram abordadas, tendo a Comissão sublinhado ser indispensável que, a exemplo de outras iniciativas do PCP, na preparação deste Encontro se promova um intenso esforço unitário inspirado por um sério espírito de abertura e cooperação com todos os quadros técnicos que desejem contribuir com o seu testemunho, a sua experiência e as suas opiniões para o enriquecimento e rigor das análises e conclusões finais do Encontro.

Finalmente, depois de ficar decidida a realização desta iniciativa para Janeiro do próximo ano, o camarada Vítor Dias, também da Comissão Executiva, abordou os aspectos de Informação e Propaganda ligados, nesta fase, à dinamização dos trabalhos preparatórios.

«De Braço Dado» Um espectáculo divertido onde também se falou de coisas sérias

Estiveram de braço dado várias formas de intervenção cultural, durante os dois espectáculos realizados no Pavilhão dos Desportos, quinta e sexta-feira passadas.

Foi o desporto, com a exibição de um grupo de jovens ginastas de uma colectividade popular e com a entrevista do não menos jovem Francisco Albino, antigo jogador de futebol do Benfica, que contou como era dantes, recordando algumas peripécias da sua carreira.

Foi a canção de intervenção que na quinta-feira passada se fez ouvir pelas vozes de Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo e de Manuel Freire e, no dia seguinte, através de José Jorge Letria, José Barata Moura, Nuno Gomes dos Santos e, outra vez, de Manuel

Freire. Canções novas ou canções que já sabíamos de cor, cantando o Portugal de 25 de Abril e as suas lutas.

O fado novô deu também o braço a este espectáculo, cantado por muitos amadores, um fado que falou das



A alegria (e porque não a arte?) das crianças que passaram no palco montado no Pavilhão dos Desportos, o rancho folclórico que podemos ver na foto, esteve de braço dado com o entusiasmo dos espectadores que os aplaudiram

conquistas revolucionárias do povo.

«De Braço Dado» trouxe consigo a Poesia — Amândio Rodrigues, Manuel da Fonseca e José Gomes Ferreira, que dispensam apresentação. Na sexta-feira, Mário Castrim apresentou outros poetas. Foram eles Eufrásio Filipe, José Vultos Sequeira e Luís Marçano, três novos poetas que recebiam dos veteranos um abraço de incentivo e o aplauso do público.

Mas de «Braço Dado» foi ainda mais. Foi a homenagem comovida a Alves Redo, recordado por todos os que se achavam presentes no Pavilhão, a homenagem a um grande vulto da literatura portuguesa que descreveu a dura vida das gentes do

Proveitoso debate com Carlos Brito

A Célula do Partido Comunista Português na UTIC convidou Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e presidente do Grupo Parlamentar comunista na Assembleia da República para uma sessão de esclarecimento e debate, que decorreu no refeitório de Cabo Ruivo, na última quarta-feira, depois de cumprido o programa da visita que incluiu um encontro com o Conselho de Gerência, apresentação de cumprimentos à Comissão de Trabalhadores e ao Conselho Geral de Delegados Sindicais, uma visita às oficinas de montagem de chassis e de carroçarias e um convívio com as estruturas representativas dos 1600 trabalhadores que a UTIC emprega nos Olivais, em Lisboa.

Cerca de 250 trabalhadores (participação que é de destacar depois de um dia de trabalho e tendo em conta o longo percurso que muitos teriam ainda de fazer para chegar a casa) ouviram uma exposição inicial de Carlos Brito e participaram depois num debate que se prolongou até um pouco antes das 21 horas com numerosas perguntas de trabalhadores comunistas e não comunistas, pois a sessão contou com um número de participantes que excedeu largamente o total dos membros da Célula.

A visita, rica de informações, inscreveu-se nos esforços do PCP

e designadamente do seu grupo de deputados para se documentar cada vez melhor sobre as realidades económicas nacionais, com elas tomando contacto directo junto das estruturas mais adequadas, e sobretudo com os trabalhadores e os organismos que os representam nas empresas. «Dominar bem as situações concretas é uma boa forma de argumentar em toda a actuação política e designadamente na Assembleia da República contra os deputados que aí defendem interesses contrários aos dos trabalhadores», afirmou Carlos Brito num momento da visita.

Ferrovieiros comunistas de Lisboa reunidos em Assembleia de Célula apontam soluções para a empresa

A II Assembleia de Organização da Célula dos Ferrovieiros — Zona de Lisboa — reunida no passado dia 18 no Clube dos Ferrovieiros, elegeu um novo Secretariado e aprovou por unanimidade e aclamação o relatório de actividades apresentado pelo Secretariado cessante.

Durante os trabalhos, que encerrariam com uma intervenção política do camarada Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, os 99 delegados presentes analisaram e debateram os problemas constantes do relatório e definiram os objectivos daquele organismo do PCP para o trabalho futuro.

Intervenções dos muitos núcleos marcaram também o decorrer dos trabalhos, além das intervenções que focaram a actividade das várias frentes de trabalho em que a célula se tem empenhado.

O Relatório de actividades começa por caracterizar a empresa e, especialmente, a zona compreendida pela célula — a de Lisboa — em que laboram mais de 6 milhares de trabalhadores.

Não deixa o documento de referir a tradição revolucionária dos ferroviários e, reportando-se aos tempos mais recentes, de assinalar as grandes lutas levadas a cabo no final dos anos sessenta e as que se verificaram depois do 25 de Abril, sublinhando as vitórias obtidas principalmente no plano sindical.

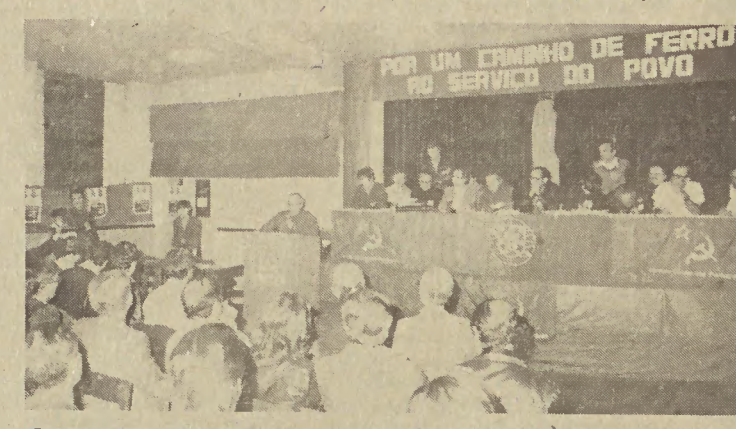
As grandes questões da empresa — para a resolução das quais os comunistas têm avançado propostas, são depois tratadas. Entre as propostas apontadas destacam-se: a urgência do saneamento económico-financeiro; a necessidade de definir objectivos de verdadeira eficiência de gestão e meios de os alcançar; descentralizar

o poder de decisão do Conselho de Gerência, responsabilizando as hierarquias perante as metas a atingir; inversão do desequilíbrio existente nas estruturas de salários de passageiros e mercadorias; regularização e melhoria de horários, circulações e rotação do material circulante; realização de simples investimentos com efeitos imediatos no impedimento da fuga de receitas e maior eficiência da exploração do material circulante; actualização da regulamentação e segurança do pessoal e das circulações; uma mais adequada política de

formação de pessoal aos objectivos alcançados, melhoria da eficiência dos estabelecimentos industriais da empresa; uma adequada política de abastecimentos.

Por outro lado indica o Relatório que a solução dos problemas ferroviários passa em primeiro lugar por uma correcta definição da política global de transportes, a qual assenta precisamente nas empresas nacionalizadas, e na qual se deve integrar correctamente cada uma delas, na procura de optimização da sua eficiência e serviço da economia nacional.

Outro dos capítulos analisados a organização da célula, apontando-lhe, quer os aspectos positivos, quer as insuficiências e propondo, para estas, as soluções mais adequadas. Os Fundos, a Informação e Propaganda, o Trabalho Unitário, são outros dos pontos deste extenso documento que recordamos, foi aprovado por unanimidade e aclamação. Várias saudações, de apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária, aos trabalhadores em geral que lutam pelas suas legítimas reivindicações, à CGTP-IN, aos ferroviários reformados e convidando-os à participação na luta contra o aumento do custo de vida, e ainda uma moção condenando a acção dos comunistas dos paralelos, foram aprovadas durante os trabalhos.

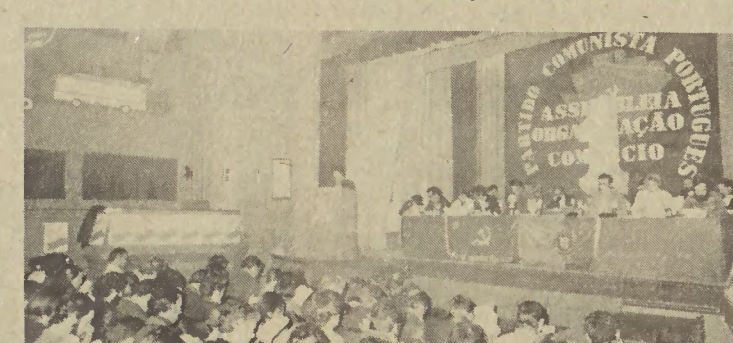


O camarada Carlos Brito, num momento da intervenção que proferiu durante a Assembleia de Organização da Célula da CP, durante a qual os ferroviários comunistas analisaram os problemas da empresa e propuseram soluções

1ª Assembleia da Organização do Comércio

Os trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização do Comércio do Comité Local de Lisboa do PCP

principiaram cerca das 10 horas da manhã do passado domingo, nas instalações da Academia de Santo



Muitas intervenções, cujo conteúdo visou contribuir para melhorar o trabalho futuro, caracterizavam a 1.ª Assembleia da Organização do Comércio do CLL. O Relatório de Actividades apresentado viria a ser aprovado por unanimidade e aclamação

Amaro, com a aprovação, por unanimidade, da composição da mesa que iria presidir.

Da parte da manhã, dirigiu os trabalhos o camarada Reis, que tomou o lugar na mesa com os camaradas Maurício, Lurdes, Manuela, Marinho, Labaredas, Élio, Obediúlia, Torrado, Calhaz, Josefina, Helena, Gina, Grainha, Rodrigues, Seténio, Franco, Trindade e Matos. De tarde seria o camarada Rodrigues a presidir, encontrando-se ainda presentes Rogério Meneses e Paula Henriques, do CLL, Jerónimo de Sousa, do Comité Central e Carlos Brito, da Comissão Política do CC, que viria a encerrar a Assembleia com uma intervenção sobre a situação política actual.

Aprovada, também por unanimidade, a Ordem de

Trabalhos, estes iniciaram-se com a leitura e discussão do Relatório das Actividades do Orçamento da Direcção do Comércio, registando-se depois 19 intervenções, algumas delas com conteúdo críticas susceptíveis de contribuir para o melhoramento do trabalho naquele sector.

O Relatório e bem assim as novas perspectivas de trabalho viriam a ser aprovados por uma unanimidade que se verificou na aprovação de todos os documentos e moções apresentados à votação. Unanimidade que à tarde se repetiu na eleição do novo organismo dirigente.

Encerrada a Assembleia, cerca das 18 horas, iniciou-se um convívio, animado com Carlos

Actividades do Partido

● **Esclarecimento e Festa em Alcácer** — Uma sessão de esclarecimento, com a participação do camarada Manuel Sobral, membro do CC, realizou-se no passado dia 4 no Centro de Trabalho de Alcácer do Sal. Meia centena de camaradas e amigos juntaram-se ainda num jantar de confraternização. No mesmo dia, no Bairro do Laranjeiro, ainda em Alcácer, promovida pela organização local do Partido, teve lugar uma grande festa de Pioneiros, seguida de um baile. Os Pioneiros apresentaram o seu vasto repertório de canções, música e teatro.

● **Sessão em Valhascos** — Mais de 80 pessoas participaram na sessão de esclarecimento realizada em Valhascos, Sardão, onde esteve presente o camarada Raimundo Cabral, do Comité Central. A sessão, que se desenrolou na Casa do Povo de Valhascos, foi complementada com a projecção do filme "Festa do Avante!" 77", seguindo uma viva sucessão de perguntas e respostas, durante a qual se verificou a grande preocupação dos presentes pela política seguida pelo Governo na zona da Reforma Agrária.

● **Um Dia de Salário para o Partido** — A Comissão Concelhia de Setúbal promove uma Campanha de Fundos entre os camaradas e amigos do PCP. No documento que distribuiu, pode ler-se:

Não fosse a grande militância dos camaradas, a colaboração dos nossos amigos e o apoio das mais amplas massas da população, a voz dos explorados e a força do Partido não seriam o que hoje são: a realidade de que nada de positivo se pode fazer no nosso país sem a participação dos comunistas!

Por isso, camaradas e amigos, neste período de fim de ano em que muitos de nós iremos receber o subsídio de Natal, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP lança-vos a palavra de ordem: Pela Defesa e Consolidação das Conquistas de Abril — Um Dia de Salário para o Partido!

● **Em Marcha!** — "Em Marcha!" é o título sob o qual aparece agora o boletim da Célula do PCP/Barreiro, do PCP, publicado no passado dia 14. Na introdução pode ler-se: "Em Marcha!", como os nossos combates, significa também a nossa vontade inabalável de não parar no caminho para o socialismo e na defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

O Boletim informa sobre a Campanha de Fundos para a edificação do novo Centro de Trabalho do Partido no Barreiro, sobre a manifestação de 11 de Novembro e contém extractos de "O Militante".

Balanço de uma Batalha

Foi uma batalha que findou há já algum tempo, mas cujos objectivos não se esgotaram. Chamou-se "Batalha do Livro" e difundir o livro, seja na zona da Organização Regional de Lisboa, onde aconteceu esta iniciativa, seja em qualquer outra zona do país, não é coisa que acabe com um balanço de resultados. Acabou-se esta batalha, mas ficou o empenhamento dos comunistas em continuar, através dos meios ao seu alcance, a difusão do livro e a promoção do gosto pela leitura.

Uma última reunião dos responsáveis, por concelho e por sector na Região de Lisboa, pelo decurso daquela campanha, fez, na passada semana, o balanço final dos resultados obtidos. Nada mais nada menos que cerca de 35 milhares de livros vendidos!

Embora não se possa dizer que foram alcançadas por toda a parte as metas que os camaradas se propunham, concluiu-se que, lá onde as submetas foram distribuídas e a organização se dedicou às tarefas delas decorrentes e ao controlo das mesmas, verificou-se o êxito. Alguns concelhos e sectores registaram mesmo, em certas empresas ou bairros, onde a tarefa foi agarrada com continuidade, resultados que não se verificaram noutros sectores, simplesmente porque, nestes, as tarefas que os ocupavam não permitiram uma atenção mais dedicada à batalha que era preciso vencer.

Como factores negativos que pesaram na campanha contaram-se:

— O facto de esta ter surgido muito tarde — em cheio no Verão e no período de férias, coincidindo com a preparação, um pouco por toda a parte, da Festa do "Avante!"

— O facto de ter sido apenas a ORL a avançar nesta batalha, não tendo, como de certo modo se esperava, as outras Organizações Regionais participado e criado, assim, uma emulação que poderia ter sido vantajosa e estimulante.

— O facto de, em alguns sectores, se ter procedido à mudança de responsáveis por esta tarefa, o que veio dificultar o seu controlo e dinamização.

Apesar de tudo houve um esforço e uma resposta às dificuldades que se detectaram e casos houve que são de salientar: por exemplo o do Sector Sindical da ORL, o do Organismo dos Transportes, o dos Conselhos do Norte do distrito de Lisboa, que não só atingiram as metas que se tinham proposto como as ultrapassaram em alguns casos.

A reunião que fez o balanço a que nos referimos, e que era orientada pelo camarada Manuel Pedro, do Comité Central e da DORL, concluiu ainda ser necessário que as organizações onde se verificam atrasos na prestação de contas referentes à campanha, procedam com urgência à sua regularização.

Encontro do PCP sobre o desporto

Prossigue, em certos sectores com grande dinamismo, a actividade preparatória do Encontro Nacional das Organizações do Partido sobre cultura física e desporto, que se realizará no próximo mês de Março, em Lisboa.

A primeira fase preparatória da iniciativa está quase a terminar. Os trabalhos têm como objectivo principal, por agora, desenvolver a participação dos grandes sectores de organização do Partido, orientando o debate por temas e assuntos que estão directamente ligados à sua experiência e campo de acção. Esta primeira fase de preparação — na qual estão empenhados os sectores ligados ao trabalho sindical, das autarquias, professores, colectividades, saúde, mulheres, juventude e pioneiros — visa proporcionar um levantamento geral da situação, ao mesmo tempo que impulsionará o debate de assuntos e problemas, apontará soluções e relatará experiências concretas ao nível de cada sector de organização.

A recolha do trabalho realizado nesta primeira fase terá de ser concluída até 15 de Dezembro próximo, embora devam chegar regularmente ao Executivo da Comissão Organizadora Nacional os resultados, mesmo parciais, que se forem obtendo. Após esta fase inicial, a actividade preparatória do Encontro prosseguirá

com outras orientações e tarefas específicas, devendo os camaradas manter as estruturas e grupos de trabalho.

O debate preparatório desta primeira fase tem sido caracterizado pela viva participação de muitos camaradas e amigos, sendo de salientar, também, a importância dos textos de apoio distribuídos às organizações na primeira Reunião da Comissão Organizadora Nacional. Esses textos, que contêm notas para discussão, abordam as questões do desporto e da cultura física como direito do povo, dividindo-se pelos seguintes temas: A Infância, Os Trabalhadores, O Ensino, O Associativismo, As Autarquias, A Saúde, A Mulher e A Juventude.

A discussão dos diversos assuntos, a análise objectiva dos problemas e o primeiro esboço de propostas concretas têm sido, de facto, notas salientes das numerosas reuniões e encontros já promovidos pelas organizações do Partido, da UJC e da UEC em diversas zonas do país.

Entretanto, continuam a formar-se comissões regionais e distritais de dinamização. Uma das primeiras a constituir-se foi a de Santarém.

Para os próximos dias estão marcadas várias reuniões preparatórias do Encontro, nomeadamente Lisboa.

«Portugal-Checoslováquia»

A Associação Portugal-Checoslováquia inicia hoje um ciclo subordinado ao tema «Viagens através do Cinema», exibindo um filme sobre a cidade de Praga, capital da República Socialista da Checoslováquia, «mãe das cidades», como é designada por poetas e escritores.

Em complemento, será projectado um filme feito por amigos da Associação durante a festa comemorativa do 60.º aniversário da independência da Checoslováquia.

A sessão começa às 21 e 30, e a entrada é livre.

COM O PCP PARA DEFENDER ABRIL

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO COM ÁLVARO CUNHAL

5ª Fª 23 NOV. ÀS 21H.

CLUBE ATLÉTICO DE CAMPO DE OURIQUE

COMITÉ LOCAL DE LISBOA

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CAMARADAS FALECIDOS

ROGÉRIO LUÍS FIGUEIRA — Acometido de doença súbita no passado dia 14 de Novembro, faleceu o camarada Rogério Luís Figueira, que foi delegado do Sindicato da Actividade Cinematográfica na firma Filmes Castello Lopes e activista destacado na

célula do Bairro Janeiro, do PCP, na Amadora.

JOSÉ MARQUES RICARDO — Militante do Partido no núcleo DEF da Célula da Quimigal do PCP, no Barreiro, faleceu no passado dia 20 de Outubro o camarada José Marques Ricardo.

Álvaro Cunhal na Marinha Grande

Mais de duas mil e quinhentas pessoas, entre as quais se destacava a presença de muitas mulheres e jovens, assistiram na passada sexta-feira à sessão de esclarecimento organizada na Marinha Grande pela Comissão Concelhia local do Partido Comunista Português, e durante a qual o camarada Álvaro Cunhal proferiu uma intervenção abordando vários

aspectos da situação política actual, nomeadamente a formação do novo Governo de Mota Pinto.

Na mesa, além do secretário-geral do PCP, encontrava-se o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, Rodrigo Henriques, Alda de Jesus Sousa e Vítor Hugo, membros da Comissão Concelhia da Marinha Grande e José

Manuel Galo, operário da "Manuel Pereira Roldão".

A sessão caracterizou-se pelo grande interesse manifestado pelos presentes através de muitas perguntas colocadas, entre as quais se salientaram as de maior actualidade, respeitantes ao custo de vida, ao desemprego e às perspectivas que a formação do Governo oferece para a difícil e complexa situação social e política do País.



É possível evitar um governo de direita até 1980

O que o povo português pergunta é se a formação de um tal governo é inevitável, se haverá ou não possibilidade, no quadro das instituições, de alcançar uma solução democrática.

A isso respondemos com toda a clareza. **A formação e actuação de um governo reaccionário não são inevitáveis. Ainda hoje, apesar de se ter deixado avançar demasiado a formação de um governo reaccionário, é possível uma solução democrática, no quadro das instituições.**

Mas para isso não bastam os esforços, as diligências e actuação do PCP. Seriam também necessários os esforços, as diligências e a actuação do PS.

Nos lembramos que desde o início da crise governamental, em Agosto de 1977, insistentes incansavelmente junto do PS para considerar conjuntamente com o nosso Partido toda a situação, todos os problemas, e todas as possibilidades duma acção conjunta, ou coordenada, ou paralela, ou coincidente, para cortar o passo à reacção e conduzir à formação de um governo democrático.

A direcção do PS não o quis. Não quis um entendimento com o PCP, e preferiu a coligação com o CDS. Depois do último do

CDS e da nova crise daí resultante, de novo se tem sistematicamente recusado a considerar em profundidade com o PCP as formas e métodos para impedir o avanço da reacção e alcançar uma solução democrática do governo.

Agora, demitido o governo Nobre da Costa, a atitude do PS causa justas apreensões.

A sua partida para o Canadá em 26 de Outubro, na altura em que acabava de ser indigitado Mota Pinto para Primeiro-Ministro, o secretário-geral do PS fez quatro afirmações que interessa lembrar. Declarou-se "satisfeito com a designação de Mota Pinto". Informou que "houve consenso entre o Presidente da República e os partidos, principalmente o nosso partido (o PS)" em relação a essa designação. Anunciou que "em princípio o PS não vê que possa vir a hostilizar o governo Mota Pinto". E finalmente anunciou que "o futuro governo tem todas as condições para durar até 1980".

O secretário-geral do PS não informou quais os fundamentos de tais opiniões. Mas causam profunda estranheza aos democratas opiniões tão optimistas e confiantes. Sabia o secretário-geral do PS qual viria a ser a composição

e o programa do governo Mota Pinto? Ou passou um cheque em branco à direita?

E agora qual vai ser a atitude do PS?

O PS deixa passar a Assembleia da República um governo ainda mais reaccionário do que o governo Nobre da Costa, quando apresentou uma moção de rejeição ao governo Nobre da Costa?

Nas vésperas da tentativa de formação de um Governo reaccionário, o PS chama a si grave responsabilidade se não toma a necessária atitude para agora cortar o passo à reacção.

O PCP e o PS em conjunto, dispendo como dispõem de maioria na Assembleia da República, estão em condições de impedir que se concretize a formação de um governo reaccionário e o prolongamento por muito tempo de uma situação de facto anticonstitucional.

Estamos certos de que apesar das diferenças de opinião que os separam dos comunistas, os membros do PS e os seus eleitores estarão de acordo connosco em que é necessário evitar uma tal perspectiva.

A Assembleia e o Presidente

Precisamente porque estão em minoria na Assembleia da República, os partidos reaccionários procuram desautorizar, desacreditar, diminuir e contestar na prática as competências da Assembleia.

As forças reaccionárias estão interessadas em criar um impasse das instituições democráticas, em impedir o seu funcionamento regular e normal, em, ao sabor das conveniências, ampliar ou reduzir as competências dos órgãos de soberania e em semear conflitos entre eles.

Alguns daqueles que, em determinado momento, quiseram negar ao Presidente em benefício da Assembleia da República a competência que realmente pertenciam ao Presidente, pretendem agora negar à Assembleia, em benefício do Presidente, competências que realmente pertencem à Assembleia.

Alguns daqueles mesmos que em determinado momento quiseram lançar a Assembleia contra o Presidente da República, pretendem agora que o Presidente da República se lance contra a Assembleia.

Alguns daqueles que procuraram desautorizar e fizeram guerra ao Presidente hoje procuram incensá-lo. E outros que hipertrofiaram o poder e a responsabilidade da Assembleia da República procuram hoje tirar-lhe a capacidade de intervenção.

Quando o Conselho Nacional do PPD — esse mesmo PPD/Sá

Carneiro que ainda não há muito enaltecia os poderes da Assembleia e fazia campanha contra o Presidente da República — reclama em 5 de Novembro que terminem os "conflitos entre a liderança política nacional do Presidente da República e a política partidária parlamentar"; ou quando o sr. Amaro da Costa proclama que os partidos "não estão em condições de dar uma resposta de tipo parlamentar aos problemas" e exige uma maior intervenção do Presidente da República; — o que pretendem não é uma solução constitucional para a crise, mas alcançar a sobreposição institucional de um órgão de soberania a outro órgão de soberania a fim de possibilitar a solução não constitucional da crise governativa com a formação de um governo reaccionário.

O PCP tal como se opôs às tentativas de opor a Assembleia da República ao Presidente da República assim se opõe hoje também às tentativas de opor o Presidente à Assembleia.

O PCP tal como se pronunciou firmemente contra a desestabilização e a tentativa de diminuir a autoridade do órgão de soberania Presidente da República e recusar-lhe competências expressamente consignadas na Constituição, assim se pronuncia hoje também contra a tentativa de diminuir a autoridade da Assembleia da República e recusar-lhe competências expressamente consignadas na Constituição.

Eleições antecipadas — solução constitucional

O PCP foi o primeiro, em 31/7/77, a indicar a necessidade de encerrar a realização de eleições gerais antecipadas como solução constitucional para a crise. Foi também o primeiro um ano mais tarde, a referir os inconvenientes da realização de repetidas eleições num período curto de tempo. Em consequência, quando da queda do governo PS-CDS, procurámos contribuir, com a melhor boa vontade, espírito de diálogo e de abertura para a formação de um governo democrático, na base de uma plataforma negociada.

Agora porém, se se chega à conclusão de que, na base da actual Assembleia da República, não é possível a formação de um governo democrático, com participação e apoio duma maioria partidária, se se chega a uma situação em que se coloca o perigo iminente de um governo de direita e da reacção, que agravará em todos os domínios a situação nacional, que enveredará inevitavelmente por uma política antidemocrática e repressiva, que instalará um esquema governativo fora dos moldes constitucionais — então é necessário encerrar a saída constitucional possível: a realização de eleições gerais antecipadas.

Apesar de toda a sua farranica, a reacção tem medo das eleições.

O sr. Carlos Macedo tem tanto medo que já admite que o PCP possa "alcançar uma percentagem de votação muito superior" ao que este senhor afirma ser "a sua realidade eleitoral". Ora o que é a "realidade eleitoral"? Não é outra coisa que o número de votos que cada partido recebe. E o que é a percentagem? Não é outra

coisa que a quota parte dos votos dum partido comparado com os outros, isto é, o correspondente ao número de votos, à "realidade eleitoral".

Mas quando em futuras eleições, a reacção ficar com 30 a 40% de votos virá dizer que a "realidade eleitoral" para eles não é minoria e que, embora ficando em minoria, são realmente maioritários...

Que mostra isto? Mostra que preparam o terreno, não para uma vitória, mas para uma derrota.

Compreende-se também que o PS tenha medo do veredicto do eleitorado à política antipopular, à política de recuperação capitalista, latifundista, e imperialista que realizou no governo.

É um perigo para a democracia e para o próprio PS, que o PS, com medo das eleições antecipadas, apoie com demagogia de esquerda um governo da direita, com a esperança de reconquistar até 1980 o eleitorado perdido.

É de facto previsível que o PS perca votos. Mas nem todas as perdas do PS irão para a reacção.

É mau cálculo do PS pensar que nas eleições de 1980 poderá ter mais votos que em eleições antecipadas que se realizem na Primavera de 1979. A verdade é que, se se formasse um governo de direita, um governo reaccionário até 1980, o PS seria cada vez mais marginalizado, perderia posições atrás de posições e a própria democracia portuguesa correria o risco de que as eleições de 1980 não fossem eleições verdadeiramente democráticas.

A reacção procura confrontação com a democracia

Ninguém de boa fé poderia negar que as propostas do PCP para a solução dos problemas nacionais e para a saída da crise de governo são rigorosamente conformes com as instituições democráticas e com a legalidade democrática.

É esta firme fidelidade do PCP à democracia e a crescente audiência popular que dela resulta que enraíça as forças reaccionárias.

A reacção já concluiu que, no quadro das instituições e do regime democrático, não conseguirá liquidar as conquistas revolucionárias do nosso povo.

Para os fascistas e todos os reaccionários, para os homens do antipovo, para os grandes capitalistas e agrários sequeiros de reconquistarem o poder económico e se tornarem de novo os senhores onipotentes de Portugal, para o imperialismo ávido de transformar de novo Portugal numa semicólonia —, o PCP é um obstáculo real, porque o PCP se mantém inteiramente fiel aos seus objectivos democráticos, inteiramente fiel ao povo trabalhador e às conquistas da revolução, inteiramente fiel aos ideais de liberdade pelo qual sofreram e deram a vida gerações de portugueses, gerações de comunistas, ao longo de quase meio século de ditadura fascista.

E é por isso que a reacção relança com histerismo uma nova campanha anticomunista, cuja mais recente versão é a campanha para o "confronto com o PCP".

A reacção descobriu que o grande problema nacional não é a produção deficiente, não são os défices, não é o agravamento do custo de vida, não é a inflação, não é a crise, não é o endividamento externo. Isso são insignificâncias sem projecção. A reacção quer fazer crer que o grande problema é o PCP e que o confronto com o PCP vai resolver tudo.

Isto diz o sr. Amaro da Costa, dirigente do CDS, que uma vez mais traz da RFA a inspiração ou a ordem de grandes manobras políticas.

Isto desenvolvem os sr.s. Sá Carneiro e Carlos Macedo. Isto explicita o Almirante Pinheiro de Azevedo (agora fustivamente arrumado no PDC), que reclama "a confrontação do Presidente da República com as cúpulas do PCP".

Isto desenvolve até ao extremo o sr. Sanches Osório, do mesmo PDC, que repetindo o sonho do fascismo desde o 25 de Abril reclama em comum com pasquins como a "Rua" e o "Diabo" reclama a ilegalização do PCP.

Enganar-se-iam aqueles democratas que pensassem que a "confrontação política global com o PCP" diria apenas respeito ao PCP. Medidas discriminatórias e repressivas contra o PCP seriam golpes directos na democracia portuguesa e o caminho directo para uma nova ditadura.

Aquilo que a reacção pretende ativar da "confrontação global com o PCP" é a confrontação global com todos os

democratas, é a confrontação global com as liberdades e as outras grandes conquistas da revolução, é a confrontação global com a democracia portuguesa.

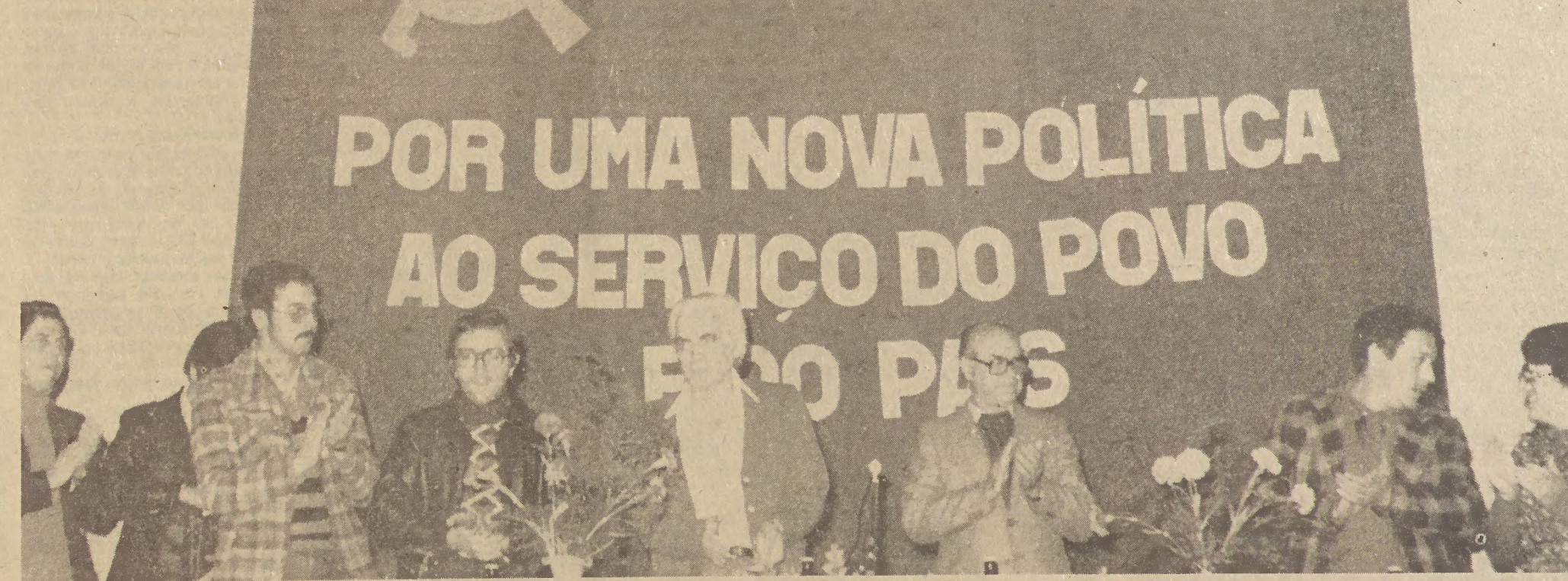
Nós, os comunistas, tal como o povo português, queremos a solução dos problemas nacionais e não confrontações que os agravem.

Mas, se se fala em "confrontação", a "confrontação" que nós comunistas queremos não é a "confrontação" entre portugueses mas a "confrontação" com as dificuldades e com os problemas nacionais, a confrontação com a inflação, com os altos preços e a carestia de vida, com a falta e as taxas de crédito, a "confrontação" com o desemprego e os despedimentos e com a vida de miséria de reformados e deficientes, a "confrontação" afinal com as injustiças, as desigualdades, os arbitrios e ilegalidades.

A nossa batalha é em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas, da reforma agrária, das nacionalizações e das outras conquistas revolucionárias do nosso povo, do regime democrático consagrado na Constituição e da verdadeira independência de Portugal.

A nossa causa é justa, e a vitória será nossa.

(Extratos da intervenção de Álvaro Cunhal na sessão de esclarecimento na Marinha Grande)



Um momento do encontro de quadros dos concelhos do Norte, da DORL, para o trabalho nas Autarquias Locais, de que vemos a mesa que presidiu, constituída por uma comissão de análise dos problemas que se colocam aos concelhos do Partido empenhados naquela frente de trabalho.

Na Casa do Povo de Runa, no passado domingo, realizou-se o II Encontro de Quadros dos Concelhos do Norte da DORL, para o trabalho nas Autarquias Locais, de que vemos a mesa que presidiu, constituída por uma comissão de análise dos problemas que se colocam aos concelhos do Partido empenhados naquela frente de trabalho.

Na Casa do Povo de Runa, no passado domingo, realizou-se o II Encontro de Quadros dos Concelhos do Norte da DORL, para o trabalho nas Autarquias Locais, de que vemos a mesa que presidiu, constituída por uma comissão de análise dos problemas que se colocam aos concelhos do Partido empenhados naquela frente de trabalho.

Na Casa do Povo de Runa, no passado domingo, realizou-se o II Encontro de Quadros dos Concelhos do Norte da DORL, para o trabalho nas Autarquias Locais, de que vemos a mesa que presidiu, constituída por uma comissão de análise dos problemas que se colocam aos concelhos do Partido empenhados naquela frente de trabalho.

Para o PPD/PSD, cujo entusiasmo atingiu o rubro (melhor

A UDP aliada do PPD!

Apesar de ter perdido mais de metade do eleitorado, a UDP desviou o número suficiente de votos para oferecer ao partido de Sá Carneiro mais um vereador. Prosseguindo a sua acção de divisão, os esquerdistas insistem agora numa ignóbil política de mentira.

Durante a campanha eleitoral da UDP, em Évora, Acácio Barreiros "prometeu" alto e bom som que aquela organização elegeria um vereador.

Conhecidos os resultados, é caso para dizer que Acácio Barreiros prometeu e cumpriu — a UDP elegeu o segundo vereador... do PPD/PSD!

A situação não é nova. Já nas primeiras eleições para as autarquias locais, em 1976, foram os votos perdidos nos então GDUP's que permitiram ao PPD ter um representante na Câmara Municipal.

O descaramento e a mentira, mesmo depois dos resultados eleitorais apurados, chegaram ao ponto de levar um dirigente UDP — conforme referimos noutra local — a declarar que o "voto útil" não fora suficiente para eleger mais um vereador para a APU, mas chegara para não eleger nenhum vereador pela UDP! Trata-se de uma grosseira mistificação, de uma maneira imbecil que em todo o caso necessita ser desmascarada. E, aproveitando os votos que a UDP levou ao partido de Sá Carneiro em Évora, debruçamo-nos sobre a forma de apuramento dos resultados eleitorais que demonstram o real papel daquele grupelho esquerdista.

O método de Hondt

Conforme se sabe, a transformação dos números de votos obtidos por cada partido nas eleições portuguesas no número de lugares conquistados faz-se através do método de Hondt. Ora, como funciona o método de Hondt?



Sem entrarmos em grandes pormenores digamos que o método assenta na divisão sucessiva do total de votos obtidos por cada partido concorrente por um número de factores igual ao de lugares em disputa. Assim, no caso da Câmara de Évora, onde deviam ser eleitos sete vereadores, a primeira operação a realizar é a da divisão dos resultados de cada um dos partidos concorrentes primeiro por 1, depois por 2, por 3 e assim sucessivamente até 7. Realizada esta operação, atribuem-se os lugares aos resultados mais elevados obtidos no conjunto daquelas divisões.

No caso de Évora, vamos proceder à primeira operação relativamente a todos os partidos concorrentes:

APU

Total de votos: 12 635

12 635 : 1 = 12 635
12 635 : 2 = 6 317
12 635 : 3 = 4 211
12 635 : 4 = 3 159
12 635 : 5 = 2 527
12 635 : 6 = 2 106
12 635 : 7 = 1 805

PPD/PSD

Total de votos: 5 115

5 115 : 1 = 5 115
5 115 : 2 = 2 557
5 115 : 3 = 1 705
5 115 : 4 = 1 278
5 115 : 5 = 1 023
5 115 : 6 = 852
5 115 : 7 = 730

PS

Total de votos: 4 041

4 041 : 1 = 4 041
4 041 : 2 = 2 020
4 041 : 3 = 1 347
4 041 : 4 = 1 010
4 041 : 5 = 808
4 041 : 6 = 673
4 041 : 7 = 577

CDS

Total de votos: 1 280

1 280 : 1 = 1 280
1 280 : 2 = 640
1 280 : 3 = 426
1 280 : 4 = 320
1 280 : 5 = 256
1 280 : 6 = 213
1 280 : 7 = 183

UDP

Total de votos: 534

534 : 1 = 534
534 : 2 = 267
534 : 3 = 178
534 : 4 = 133
534 : 5 = 106
534 : 6 = 89
534 : 7 = 76

Passemos agora à segunda operação, isto é, verificarmos de todos os resultados quais os sete maiores:

1.º 12 635 (1.ª operação da APU)
2.º 6 317 (2.ª operação da APU)
3.º 5 115 (1.ª operação do PPD)
4.º 4 211 (3.ª operação da APU)
5.º 4 041 (1.ª operação do PS)
6.º 3 159 (4.ª operação da APU)
7.º 2 557 (2.ª operação do PPD)

O que nos dá os resultados obtidos: 4 vereadores para a APU, 2 para o PPD e 1 para o PS.

Os votos da UDP para o PPD

Como se poderá verificar, entre o resultado obtido pelo PPD/PSD no seu segundo factor (2 557) que determinou a eleição do seu segundo vereador e o quinto resultado da APU (2 527) medeia uma pequena diferença, concretamente, 30 pontos o que, considerando que corresponde à divisão pelo quinto factor nos resultados do Povo Unido, é fruto de uma falta de 150 votos.

Postas as coisas neste pé, admitamos a hipótese de que a UDP não havia concorrido e que o seu eleitorado votava à esquerda — ou seja, na APU. Admitamos mesmo que nem todos os votos UDP iam para a APU e que alguns iriam reforçar as abstenções (a não ser que a UDP ache que os seus eleitores preferem votar no CDS ou no PPD a votarem na esquerda...). Assim sendo, dizíamos, admitamos que a UDP não concorria, que metade dos seus votantes se abstinham e outra metade votava APU que subiria então mais ou menos 265 votos, o que perfaria um total de 12 900 votos.

Vamos então repetir a divisão pelos sete factores para esta hipótese:

12 900 : 1 = 12 900
12 900 : 2 = 6 450
12 900 : 3 = 4 300
12 900 : 4 = 3 225
12 900 : 5 = 2 580
12 900 : 6 = 2 150
12 900 : 7 = 1 842

Se repetirmos agora o apuramento dos sete resultados mais elevados que se obtém?

1.º 12 900 (APU)
2.º 6 450 (APU)
3.º 5 115 (PPD/PSD)
4.º 4 300 (APU)
5.º 4 041 (PS)
6.º 3 225 (APU)
7.º 2 580 (APU)

Isto é: aquelas duas centenas e meia de votos eram

mais que suficientes (em rigor, bastavam 150) para que a APU obtivesse um quinto factor mais elevado do que o segundo do PPD e o partido do "chefe" levasse apenas um vereador à Câmara de Évora!

Poder-se-á contudo dizer que a UDP não estaria interessada em fazer melhorar os resultados da APU, mas sim em obter resultados para si própria. Como é evidente, estes resultados em concreto seriam a eleição de um vereador UDP — coisa que os propagandistas esquerdistas prometeram! E, como vimos, disseram, mesmo depois, que só não o meteram porque a campanha do voto útil na APU lhes retirou as possibilidades.

Ora, vejamos. Nas eleições anteriormente disputadas em Évora a UDP obteve 984 votos (o que já significava uma perda de quase 250 votos em relação às eleições para a Assembleia da República). Admitamos que a UDP partia do princípio que não perdia nenhum voto e que mantinha todo este seu escasso eleitorado. Ora o que acontece é que, mesmo que os resultados da UDP tivessem sido aqueles, o seu factor mais elevado (984 : 1 = 984) seria o 23.º na ordem dos factores de todos os partidos, o que equivale a dizer que mesmo se perder votos a UDP só conseguiria meter um vereador se fosse de 23 o número de lugares em disputa nas eleições para a Câmara de Évora!!!!

Qualquer pessoa verifica à primeira vista que, portanto, a UDP não tinha a mais pequena possibilidade de fazer eleger fosse quem fosse e os dirigentes do grupelho preferiam claramente roubar votos à esquerda com possibilidades de vitória e beneficiar assim as forças de direita.

Não é admissível que os responsáveis UDP ignorem estes factores, donde igualmente se conclui que da forma mais torpe mentem quando falam ao seu escasso eleitorado e quando agora vêm dizer disparates para justificar a sua derrota como grupelho e o seu papel de real apoio dos partidos da direita.

O que, aliás, não é novidade. Por desperdícios de votos provocados pela acção esquerdista, a APU perdeu nas anteriores eleições para as autarquias à presidência das Câmaras Municipais de Loures, Oeiras, Marinha Grande, Alcochete, Montijo e Setúbal em favor do PS: os então "GDUP's" elegeram um vereador apenas em Setúbal, mas nas outras localidades os votos perdidos nas suas candidaturas permitiram ao PS obter aquela vantagem em detrimento das listas unitárias Povo Unido.

Também neste aspecto Évora é uma lição a reter.

Os trabalhadores respondem em unidade e firmeza à violenta ofensiva do MAP

Centralizada no distrito de Portalegre, a ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária assumiu nos últimos dias graves proporções que uma vez mais testemunham claramente o objectivo principal da equipa que continua a chefiar aquele Ministério: **destruir a mais importante conquista da Revolução de Abril, recorrendo aos meios (mesmo os mais violentos) que para tal sejam necessários.**

A este atentado contra o regime democrático e constitucional, têm os trabalhadores das Cooperativas e UCPs dado a devida resposta em unidade, firmeza e determinação.

Na passada semana, o MAP desencadeou um ataque contra três UCPs do concelho de Portalegre, numa operação que envolveu centenas de soldados da GNR.

Na «Unidade Trabalhadores» — uma das UCPs atingidas — os fundadores do MAP pretendiam entregar a herdeza das Rôças de Baixo a um agrário. Segundo a notificação anteriormente entregue aos trabalhadores, a reserva correspondia apenas a uma parte da herdeza. No entanto, os técnicos optaram pela ocupação total... Mas não ficaram por aqui. Aproveitaram a situação para marcar outra reserva, destinada a dois primos (Luís Pereira e Carlos Corado Pereira).

Entretanto, foram marcadas três reservas na UCP «Popular de Ouguela» e duas na UCP «Vasco Gonçalves». Numa vibrante acção de protesto pelo ataque do MAP a estas UCPs, mais de três mil agricultores manifestaram-se em Campo Maior, percorrendo as principais ruas da vila.

Ainda durante a última semana, seis UCPs do concelho de Ponte de Sor receberam notificações para a entrega de reservas: «Resistência», «12 de Maio», «Amante da Ribeira de Longomel», «Grana», «2 de Outubro» e «19 de Maio». Três UCPs do concelho de Alter do Chão já foram também «avisadas». São as UCPs «Alterense», «Resistência 1.º de Janeiro» e «2 de Janeiro».

No passado sábado estiveram em Aronches 150 soldados da GNR para acompanhar técnicos do CRRA, que queriam entregar 60 hectares de terra integradas na UCP «Companheiro Vasco» a um agrário que já no dia anterior, em Campo Maior, tinha sido contemplado. (Raul Corado Alves). Estes 60 hectares fazem parte de uma série de reservas já pedidas naquela UCP que, a concretizarem-se, destruirão por completo a Unidade Colectiva de Produção.

No início desta semana, foram tirados à UCP «12 de Maio», de Montargil, cerca de 1200 hectares que constituíam as herdades Fonte Esteves, Courelas, Padão, Buão, Cortiço e Vale de Estacas. O ataque bñtra a «12 de Maio» mobilizou um grande contingente da GNR como já é hábito. Ao fim da tarde, os trabalhadores de Montargil e das terras vizinhas incorporaram-se numa grande manifestação de repúdio que percorreu as ruas da vila.

Recentemente, a UCP «12 de Setembro», situada na freguesia da Luz, concelho de Marvão, foi assaltada por um grupo de agrários e marginais. Foi agredido Francisco Gonçalves, que se encontrava na UCP, e roubados diversos equipamentos agrícolas e gado. Até agora as autoridades nada fizeram, embora os trabalhadores tenham identificado alguns dos assaltantes: Mário Leitão, Mortelinho Paula, Celso Lopes, Rinaldo Baptista e um outro indivíduo conhecido por Drago.

Entretanto, a UCP «Terra de Justiça», de Faro do Alentejo, concelho de Cuba, foi visitada por dois elementos do CRRA de Beja que deixaram uma notificação para entrega da herdeza das Sesmarias. O MAP quer contemplar o agrário José da Silva Pacheco.

Casos (mais) insólitos também não têm faltado. UCP «Custum das Foz», «Flor da Rosa», concelho do Crato: o MAP quer oferecer as terras a um candidato a agrário; os trabalhadores poderiam ficar com mais de 400 ovelhas, além de outros animais e diversas máquinas, mas sem um único milímetro de terra...

Um trabalhador da UCP «Salvador Joaquim do Pomar», de Santiago do Escoural, concelho de Montemor-o-Novo, foi interrogado durante hora e meia no posto local da GNR. Motivo: juntamente com outros trabalhadores da UCP estava a apanhar azeitona na herdeza da Carvoeira (que o MAP tentou entregar ao agrário Ferreira de Almeida). Quando os trabalhadores se encontravam em suas

casas, foram obrigados a dirigir-se ao posto da GNR para interrogatório...

Solidariedade activa com a Reforma Agrária

A resposta à ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária tem mobilizado milhares de trabalhadores de diferentes ramos, homens, mulheres e jovens de todas as regiões do país. A recente vitória da Aliança Povo Unido (APU) nas eleições municipais de Évora, um dos distritos da Reforma Agrária, veio confirmar o apoio do povo alentejano a esta conquista da Revolução, e constituiu, também, uma parte da resposta que em todo o país, as massas trabalhadoras estão a dar aos ataques do MAP contra as UCPs e Cooperativas, contra os trabalhadores agrícolas, contra os pequenos agricultores, contra o desenvolvimento agrícola do país.

Através de abaixo-assinados com milhares de assinaturas, manifestações que mobilizam centenas de milhares de pessoas em numerosas cidades e vilas, moções aprovadas nos mais variados locais de actividade (empresas, escolas, autarquias, oficinas, fábricas, etc.), sessões e outras iniciativas, os democratas portugueses reafirmam em unidade o seu total apoio e solidariedade aos obreiros da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que protestam energicamente contra a ofensiva do Ministério dos srs. Vaz Portugal e Ferreira do Amaral.

Nun abaixo-assinado enviado recentemente ao Presidente da República, um grupo de portugueses residentes na República Popular de Angola dá conta da profunda inquietação sentida pela comunidade portuguesa daquele país devido à **onda repressiva desencadeada pelo MAP sobre as terras da Reforma Agrária.** O documento, depois de

considerar que a escalada de violência e as cenas de ferocidade conhecidas lembram um passado tenebroso, exige que cessem as acções repressivas contra os heróicos trabalhadores do Ribatejo e Alentejo e que se cumpra a Constituição.

Um grupo de personalidades que promoveu um abaixo-assinado pelo fim da violência contra a Reforma Agrária, levou a efeito na passada segunda-feira, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, uma sessão pública em que foram definidas algumas acções integradas no movimento de solidariedade e apoio à Reforma Agrária. Visitas a UCPs, exposições documentais e outras iniciativas para divulgação da realidade nas zonas de intervenção da Reforma Agrária, foram anunciadas como futuras realizações a promover em Lisboa e arredores. Presentes na mesa da sessão: Martins Mendes, Augusto Abela, Rigo Calado, Gualter Basílio, Aquilino Ribeiro Machado, Oliveira Baptista, Luso Soares, Blasco Hugo Fernandes, Goucha Soares, Custódio Ginhão, Piteira Santos, Vítor Louro, Moura Carvalho, Ramon La Féria e Carlos do Carmo.

Entretanto, o documento da última reunião do Comité Central do nosso Partido, ao analisar a ofensiva contra a Reforma Agrária, que viola grossamente a Constituição e preceitos da própria lei que o Governo diz querer aplicar, sublinha que as declarações ilegais e arbitrárias do Governo, aplicadas pela violência, como espancamentos brutais de homens, mulheres e crianças, constituem um verdadeiro crime contra os trabalhadores, contra a economia nacional e contra o regime democrático. O Comité Central do Partido sublinha também o grande movimento de opinião que se desenvolve em apoio à Reforma Agrária.

Encontro de Rendeiros domingo, no Porto

O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN), leva a efeito no próximo domingo, na Faculdade de Economia do Porto, um Grande Encontro que tem como principal objectivo denunciar as graves injustiças e arbitrariedades a que os rendeiros continuam sujeitos devido à Lei de Arrendamento do PPD.

Entre as reivindicações que serão analisadas e debatidas no Encontro — o quinto desde a constituição do MARN — contam-se a **garantia do pão**

e da terra, o fim dos despejos, a revogação dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da lei em vigor e a possibilidade de os rendeiros continuarem nas terras que trabalham.

O programa do Encontro é o seguinte: 10 horas — missa de acção de graças do terceiro aniversário do MARN; na igreja de Paranhos; 10 e 30 — projecção do filme «O Rendeiro», seguindo-se a actuação de um conjunto de música popular, cântigas ao desafio e ranchos; 12 e 30 — período de confraternização;

14 e 30 — início de debate. Serão oradores todos os rendeiros que queiram, além de alguns dirigentes do MARN.

Foram convidados para assistir ao Encontro representantes da Comissão de Agricultura da Assembleia da República; dos serviços regionais do MAP; Conselho da Revolução; CNA, MARN, Beiras, CRARA, Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Torres Vedras, MAPA de Leiria e ainda o deputado independente Lopes Cardoso.

Campanha de Fundos da UJC: Festa Juvenil na Marinha Grande no próximo sábado

A Campanha Nacional de Fundos da União da Juventude Comunista (UJC) continua a mobilizar os principais esforços das suas organizações e militantes. Em todas as regiões do país multiplicam-se as iniciativas e acções para recolha de fundos. No terceiro controlo quinzenal — a que já nos referimos na última edição do «Avante!» — a Campanha registava 708 144\$50 (47 por cento da meta nacional).

Brevemente, decorrerão grandes iniciativas locais de apoio à Campanha dos 1500 contos. «Dá mais força à juventude, apoia a UJC» é o lema das Festas Juvenis que terão lugar na Marinha Grande, Seixal, Porto e Lisboa.

A Festa da Marinha Grande é já no sábado, às 21 e 30, na sede da ORDEM. Está prevista a participação de conhecidos artistas, como Carlos Paredes e Samuel. O fado estará representado por Fernando Farinha e Esmeralda Azeiteiro. A festa-convívio da Marinha contará também com a participação de conhecidos

artistas e grupos musicais da região, como Mário Godinho, irmãos Domingos, Vanguarda de Leiria e «De Pé na Revolução».

Mas não são só as grandes festas que expressam o entusiasmo na Campanha. No distrito de Setúbal vão realizar-se recolhas de fundos nas ruas do Monte da Caparica (Almada), Amora e Cruz de Pau (Seixal), Barreiro, Alhos Vedros (Moita) e na zona da Camarinha (Setúbal).

Entretanto, no sábado haverá Canto Livre em Ferreira do Alentejo e em Montargil, baile em Mora e em Campo Maior, e magusto em Aegueda. No domingo decorrerá uma sessão de Canto Livre em Mora e um portá-a-porta no Couço.

Muitos camaradas e amigos têm contribuído através de depósitos na conta bancária da Campanha, especialmente os dos locais onde ainda não chegou a organização da UJC. Aqui fica uma vez mais o número da conta: UJC-07-023-00-08146-Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa — Av. da Liberdade.

Aproximam-se os Festivais da Canção Juvenil

Integrado no Movimento Nacional dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ), realiza-se no próximo sábado, às 21 e 30, na Sociedade «Os Penicheiros», o Festival da Canção Juvenil do Barreiro. Na primeira parte serão interpretadas e votadas as canções concorrentes e na segunda actuarão José Barata Moura, Júlia Babo, José Manuel Osório e Shila.

No dia 2 de Dezembro, às 21 e 30, terá lugar na «Incrível Almadense» o Festival da Canção Juvenil de Almada.

Delegação do Komsomol em Portugal

Chega no sábado a Lisboa uma delegação da União da Juventude Comunista Leninista da URSS (Komsomol), para uma visita ao nosso país a convite das organizações da juventude

comunista portuguesa — UJC e UEC.

A delegação será composta por Alentina Fedaleva, membro do Secretariado e do Bureau do CC do Komsomol e Presidente da Organização dos Pioneiros da União Soviética e ainda por Yuri Denischenkov, do Comité das Organizações Juvenis da URSS (KMO).

A delegação soviética, dentro do vasto programa a cumprir, efectuará visitas às regiões da Cintura Industrial de Lisboa e Setúbal, do Norte e do Alentejo.

Estão igualmente previstos encontros com organizações juvenis locais, com organizações de crianças e ainda com as direcções dos Pioneiros de Portugal, da UJC, da UEC e do PCP.

No próximo dia 29, a delegação participará num comité-festa a realizar pelas 21 horas, na Voz do Operário, em Lisboa.

A delegação do Komsomol regressará ao seu país a 2 de Dezembro.

Pelo progresso de Penhascoso vota Povo Unido

A população da freguesia de Penhascoso vai eleger, no próximo domingo, os seus órgãos autárquicos.

Nestas eleições antecipadas, provocadas pela demissão dos eleitos do PS na Assembleia e Junta de Freguesia, concorrem apenas duas listas, apresentadas pelo PPD e pela APU.

Após uma experiência de dois anos em que o órgão deliberativo nunca reuniu, em que os problemas que afectam a população nunca foram sequer discutidos, quanto mais resolvidos, o eleitorado de Penhascoso tem agora nas suas mãos a possibilidade de, aproveitando a lição colhida, escolher para a sua autarquia os homens honestos, dedicados e dispostos a trabalhar que a APU apresenta como candidatos.

Representando as mais variadas tendências democráticas, os candidatos do Povo Unido têm o projecto comum, unitário de servir desinteressadamente o povo de Penhascoso e de lutar pela satisfação das carências mais sentidas na freguesia.

Eis os seus nomes:

António José Milheiro Fernandes — Mecânico; José Manuel da Luz Clarinha — Funcionário Público; José Manuel Serra

Ferreira — Funcionário CTT; Henrique da Conceição Rodrigues — Padeiro; Armando Rodrigues Mora Clarinho — Estudante; António João Simões Marques — Desempregado; Fernando Belo Martins — Operário agrícola; António Gomes da Silva — Operário têxtil; Abílio da Conceição Salvador — Operário têxtil; José Maria Lourenço — Padeiro; Manuel da Silva Fernandes — Canalizador; Alberto Lopes Alves Maia — Pintor; Manuel Alves Andrade — Mecânico; José Dias Alves — Funcionário público; Ramiro Belo Martins — Padeiro; Norberto Agostinho Alves Timóteo — Licenciado em Direito; Constantino Ferreira — Reformado; Abílio Matos Diogo — Professor primário.

Como se afirma num documento da APU, sem promessas falsas, sem demagogia, os candidatos da lista Povo Unido declaram-se, desde já, dispostos a contribuírem com a sua acção para unir todos os democratas e homens honestos de Penhascoso, no seu progresso e bem estar comuns.

Votar na APU é o voto certo no caminho de um futuro melhor.

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams



O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição

do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético

edições Avante!



No decorrer de 1979, o MDM participará em diversas jornadas comemorativas: 8 de Março (Dia Internacional da Mulher), 2 de Abril (aniversário da Constituição da República), 25 de Abril, 1.º de Maio, 19 de Maio (aniversário do assassinio de Catarina Eufémia) e 1 de Junho (Dia Internacional da Criança), pelo que o MDM organizará e colaborará em numerosas iniciativas destinadas às crianças.

A organização distrital de Lisboa do MDM assinalará no próximo mês de Dezembro mais um aniversário da fundação do Movimento.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE Ler Lénine (2)

Nas obras incluídas no II tomo, expressa-se a gigantesca actividade de V. I. Lénine no que respeita à construção do primeiro Estado socialista soviético do mundo, à consolidação da ditadura do proletariado, à sua luta pela unidade das fileiras do Partido Comunista.

A República Soviética não podia considerar sólida a sua situação enquanto o país estivesse em estado de guerra. Inglaterra, França e os EUA recusavam-se a negociar a paz. O Governo soviético viu-se obrigado a realizar negociações de paz separadas com a Alemanha. Os imperialistas alemães estiveram de acordo em realizar negociações de paz, mas apresentaram condições de paz espaladoras. Nas obras *Para a História da Questão da Paz Infeliz, Projecto de Radiograma ao Governo do Império Alemão, Posição do CC do POSDR (bolchevique) na Questão da Paz Separada e Anexionista, Uma Lição Dura mas Necessária, Estranho e Monstruoso, nos Discursos sobre a Guerra e a Paz na Reunião do CC do POSDR (b) — 11 (24) de Janeiro de 1918*, no relatório político do Comité Central ao VII Congresso do PCR (b), foi fundamentada em todos os seus aspectos a tese de que a saída da Rússia soviética da guerra e a obtenção de uma trégua eram vitais para o seu futuro.

Os documentos incluídos neste tomo reflectem a luta consequente e implacável travada por Lénine contra Trótski e o grupo dos «comunistas de esquerda» (Bukharine, Búbnov, Lómov, Ossinski e outros) os quais se pronunciavam contra a conclusão da paz e punham dessa maneira em perigo a própria existência da República socialista.

O VII Congresso do Partido, realizado de 6 a 8 de Março de 1918, em Petrogrado, confirmou a justeza da linha leninista na questão da paz e reconheceu a necessidade de ratificar o tratado de paz com a Alemanha assinado pelo Governo soviético.

O presente tomo inclui as obras nas quais Lénine elabora as teses fundamentais do plano científico da construção do socialismo na Rússia, traça as medidas práticas da construção socialista

— a organização do registo e do controlo à escala nacional, a elevação da produtividade do trabalho, o desenvolvimento da emulação socialista, a formação de uma nova disciplina, a disciplina proletária — e elabora os princípios da gestão económica soviética. Entre estas obras figuram o famoso livro *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*, os artigos *Tarefa Principal dos Nossos Dias, Como Organizar a Emulação?*, *Esboço do Plano de Trabalhos Científico-Técnicos, Acerca do Infantilismo «de esquerda» e do Espírito Pequeno-Burguês, o Discurso no Congresso de Toda a Rússia dos Conselhos da Economia Nacional, Observações acerca do Projecto do «Regulamento sobre a Gestão das Empresas Nacionalizadas».*

Os «comunistas de esquerda» conduziram uma luta contra o plano leninista de construção do socialismo. A posição tomada por eles conduziu de facto à defesa do elemento pequeno-burguês e ao desleixo anarquista. Criticando enérgicamente os «comunistas de esquerda», Lénine mostrou que eles exprimiam os interesses da pequena burguesia.

Nas *Teses sobre a Situação Política Actual*, escritas em Maio de 1918, e na carta aos operários de Petrogrado *Sobre a fome*, Lénine colocou a tarefa de organizar uma campanha de massas dos operários avançados no sentido de ir para o campo prestar ajuda ao campesinato pobre na sua luta contra os kulaks.

Muitos milhares de operários responderam ao apelo do Partido. Em Julho de 1918 foram criados os comités de camponeses pobres, os quais realizaram um grande trabalho para combater os kulaks, para abastecer de cereais a população das cidades e o exército. A sua organização teve uma grande importância para o desenvolvimento da revolução socialista e a consolidação do Poder Soviético no campo.

Incluem-se neste tomo as obras *Discurso na Reunião Conjunta do CEC de Toda a Rússia, do Soviete de Moscovo, dos Comités de Fábrica e dos Sindicatos de Moscovo — 29 de Julho de 1918, Camaradas Operários! Marchemos para o Combate* *Utilismo e Desilusão*, a resolução aprovada na reunião conjunta de 22 de Outubro de 1918 do CEC de

toda a Rússia, do Soviete de Moscovo, dos comités de fábrica e dos sindicatos. Nestas obras, Lénine analisa a situação que se formara e caracteriza a situação militar do país. No começo do Verão de 1918, a República Soviética encontrou-se dentro do cerco de fogo das frentes. Os imperialistas americanos, ingleses franceses e japoneses lançaram uma guerra contra a República dos Soviéticos. Agindo em aliança com as classes exploradoras derrubadas, os latifundiários e capitalistas, gozando do apoio dos mencheviques e socialistas-revolucionários, procuravam restabelecer na Rússia a velha ordem e escravizar os seus povos. Um dos organizadores principais e participantes activos na intervenção anti-soviética foram os Estados Unidos da América. Na *Carta aos Operários Americanos*, Lénine revelou a verdadeira face dos Imperialistas dos EUA, que acumularam centenas de milhares de milhões de dólares à custa da desgraça e das calamidades sofridas pelos povos. Sublinhou que o imperialismo anglo-americano se desmascarou a si próprio perante as massas trabalhadoras de todos os países como opressor dos povos e carrasco do movimento revolucionário. Na carta, Lénine exprimiu uma confiança profunda na vitória da República Soviética e apontou as fontes da sua força e invencibilidade.

Inspirado pelas grandes ideias de Lénine, o povo soviético, sob a direcção do Partido Comunista, construiu a sociedade socialista desenvolvida e cumpre hoje com êxito a grande tarefa histórica que é a construção do comunismo na União Soviética.

As ideias de Lénine iluminaram o caminho vitorioso da luta pela construção do socialismo e do comunismo pelos trabalhadores dos países socialistas, dirigidos pelos partidos comunistas e operários. Elas constituem um grandioso farol para os povos de todo o mundo na sua luta pela paz, pela democracia, pela libertação nacional, pelo socialismo e comunismo.

Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS Editora de Literatura Política (Prefácio ao segundo Tomo das «Obras Escolhidas» de V.I. Lénine em Português)

Temas vários

URSS: 61 vezes o grande Outubro (2)

Um homem novo que vive em serenidade e confiança tomando real o futuro sonhado

Há uma cena que, por muito cinema que qualquer cidadão do mundo veja, jamais se apaga da memória: a célebre cena do massacre na escadaria, no filme de Eisenstein *«O Couraçado Potemkine»*. De tal modo que, pode dizer-se, nunca a Sétima Arte conseguiu condensar nuns escassos minutos a recriação de um tumulto telúrico visando uma vida nova, afogado em sangue.

Qualquer visitante que hoje percorra as cidades da União Soviética tem a oportunidade de viver minuto a minuto momentos que são a imagem oposta dessa cena de cinema. Pelas ruas de Moscovo e das outras cidades da URSS, o visitante estrangeiro respira um ambiente de segurança e de serenidade que não pode deixar de causar uma impressão fortemente positiva a quem diariamente, nas capitais do ocidente, nas cidades do capital, sobrevive ao pulsar de uma vida feita de

e pelo povo os seus cidadãos encontram-se solidariamente ligados por laços novos — os laços do respeito pelo colectivo.

É um homem novo que vemos circular nas ruas das cidades da URSS, um homem criador possuindo qualidades verdadeiramente humanas, culturalmente rico, politicamente esclarecido, activo.

Vejam alguns exemplos. Leninegrado é a segunda mais importante cidade da República Socialista Federativa Soviética da

fundamental aos grandes êxitos do quotidiano.

Dissemos no passado número que mais de 400 mil moscovitas ultrapassaram, nas vésperas do 61.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, as metas para os três primeiros anos do actual plano quinquenal.

Tal aconteceu precisamente no decorrer do 1.º aniversário da entrada em vigor da Constituição. Em Leninegrado, o número dos trabalhadores que, em 7 de Outubro deste ano já tinham atingido as metas no que respeita aos planos de produção para os três anos foi de 380 mil, enquanto que 400 trabalhadores de vanguarda tinham, já nessa altura, atingido as metas propostas para os cinco anos!

Em consequência de toda esta actividade de emulação socialista, nos dez primeiros meses do ano em curso o volume da produção industrial em Leninegrado aumentou de 4,7 por cento, enquanto que a produtividade de trabalho aumentou 4,5 por cento.

Todos estes resultados conseguem-se, não à custa do aumento do tempo de trabalho ou da intensidade de trabalho mas pela aplicação do poder criador dos trabalhadores, utilizando as experiências inovadoras dos

operários de vanguarda, as propostas de racionalização, a cada vez mais aperfeiçoada e intensa mecanização da produção.

Dentro deste contexto, assume particular importância a racionalização da produção: em Leninegrado, um exemplo tem sido bastas vezes apontado: na fábrica *«Electroclia»*, que produz geradores para centrais eléctricas, os seus trabalhadores assumiram a obrigação de, com as matérias-primas economizadas, fabricarem para além dos planos uma unidade geradora de 320 mil quilovátos e 12 motores para a indústria eléctrica.

Um país de todo o povo

Esta atitude do homem novo perante o trabalho é o fruto das grandes conquistas do socialismo, consagradas na nova Constituição.

Nova Constituição que estabelece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a igualdade de todas as nações e etnias, a igualdade das mulheres; que garante o trabalho para todos e a escolha da profissão, o direito ao repouso, a protecção da saúde, o direito à habitação, o livre acesso

à cultura, a liberdade de criação, a participação na gestão, o direito de crítica, as liberdades políticas, o direito de associação, o direito de professar uma religião ou de ser ateu, a protecção e ajuda à família, a inviolabilidade do domicílio a protecção da vida privada e a defesa dos direitos dos cidadãos.

Não se trata apenas de um extenso enunciado de direitos e garantias, mas de realidades concretas desde há muito vividas pelos cidadãos da União Soviética, por mais campanhas que as centrais internacionais da difamação e da calúnia lancem.

É que basta lá ir ver: nas ruas das cidades soviéticas, nas mais variadas e numerosas lojas dessas ruas sempre cheias de cidadãos a comprar o que lhes agrada, nas casas de espectáculos, nos museus, nos transportes existe um homem novo que constantemente desenvolve e aperfeiçoa os laços que o unem solidariamente ao seu vizinho. É esta realidade indelével que constrói o ambiente de serenidade e de segurança que sente um visitante quando se desloca por qualquer das cidades da URSS.

Serenidade e segurança que, embora a mais de setenta anos da célebre cena do massacre da escadaria do filme de Eisenstein, não deixa de ser sempre construída na recordação viva de todos os revolucionários que deram a sua vida para que o poder dos soviets lograsse ser implantado em 1917, para que o socialismo fosse defendido contra o invasor nazi. E em nome desses antepassados heróicos que a Constituição da URSS consagra hoje a pátria do socialismo como a pátria de todo o povo soviético.

Do nosso enviado especial JOSÉ MARTINS

sobressaltos, de preocupações, de medos. E logo a pergunta se impõe: porque é que nas ruas de Moscovo e de outras cidades soviéticas a vida decorre sem sobressaltos?

A 7 de Outubro de 1977, entrou em vigor a nova Constituição da URSS, a quarta desde a Revolução Socialista de Outubro, após um período de discussão pública na qual participaram quatro quintos da população adulta da URSS, ou seja, cerca de 140 milhões de pessoas.

O aprofundamento da democracia socialista e o melhoramento constante do nível de vida de todo o povo são, seguramente, as duas mais importantes realidades acolhidas na nova Constituição da URSS e constantemente constatadas por todo o lado.

O povo soviético, cada cidadão em particular, sente-se dono do seu próprio país — tal facto é uma das principais disposições da Constituição da URSS, ao afirmar a propriedade social da terra, do subsolo, dos principais meios de produção.

A Constituição da URSS aprovada há cerca de um ano acolhe as grandes conquistas materiais e culturais de mais de 50 anos de Socialismo e cria as condições para a instauração da etapa mais desenvolvida deste caminho de meio século: o Comunismo.

Uma participação activa viva e criadora

A intensa e activa participação do povo soviético em todos os aspectos da vida do seu país é um dos aspectos que desde a Revolução de Outubro e durante estes 61 anos mais tem sido aperfeiçoado. De tal modo que não surpreende ninguém o facto de constantemente os grandes órgãos de comunicação social noticiarem o cumprimento de tarefas antes dos prazos estabelecidos.

A emulação socialista presente-se em cada acto da vida colectiva: é que na sociedade socialista erguida pelo partido

Rússia. Berço de Outubro, cidade-heróica que suportou 900 dias de cerco no decorrer da Grande Guerra Pátria contra os invasores nazis, a vida política é, como em todos os outros locais deste imenso País dos Soviéticos, intensa.

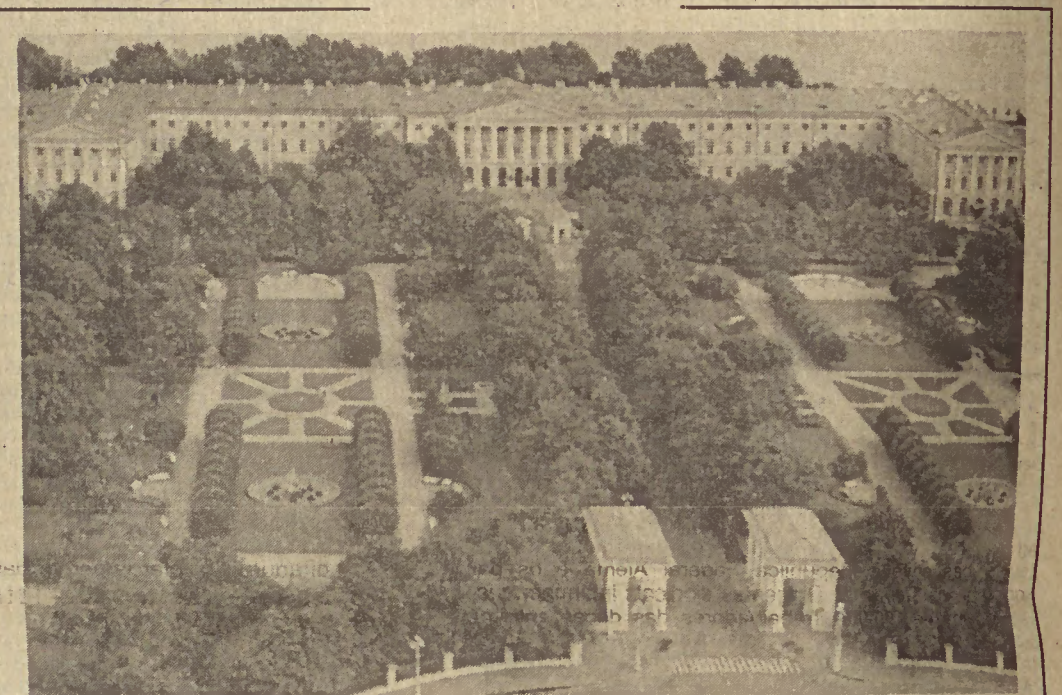
Na cidade, mais de 3 milhões de pessoas participaram activamente na discussão do projecto da nova Constituição, durante a qual os leninegradenses fizeram 305 mil propostas. Muitas delas diziam respeito ao texto constitucional; outras, porém, relacionavam-se com aspectos concretos e práticos da vida quotidiana, como o desenvolvimento da indústria, o funcionamento dos transportes, a actividade da milícia, a protecção da saúde, abordando clara e directamente os seus aspectos positivos e negativos.

O Soviete Municipal de Leninegrado, após ter analisado cada uma das 305 mil propostas, dividiu-as em dois grupos: as que se relacionavam directamente com a discussão da nova Constituição, que foram encaminhadas para a Comissão Constitucional do Presidium do Soviete Supremo da URSS; as outras foram directamente encaminhadas para os organismos a que diziam respeito.

O resultado de toda esta intensa e gigantesca actividade de discussão da nova Constituição da URSS calou definitivamente a propaganda burguesa: depois de todas as centenas de milhares de propostas terem sido analisadas e agrupadas, a Comissão para a Constituição acolheu 105 emendas (alterações, acrescentamentos), do que resultou o texto definitivo agora em vigor, com 174 artigos, 21 capítulos e nove partes.

Em nome da nova Constituição

A Constituição da URSS, ao fixar o presente, define os rumos do futuro. Tal certeza, dia-a-dia confirmada neste primeiro ano de vigência da nova Constituição, fez nascer por todo o lado campanhas de emulação socialista para comemorar o primeiro aniversário da Constituição, ligando assim ainda mais, se possível, a nova lei



4 Constituições fixam o passado e apontam o futuro

Leninegrado, Praça da Ditadura do Proletariado. Este é o célebre Smolny. Mandado construir pelo czar Nicolau II para nele serem educadas as filhas da nobreza de Petrogrado, este edifício encontrava-se desocupado em Outubro de 1917, altura em que o Soviete de Petrogrado de Deputados Operários e Soldados o ocupou, estabelecendo aí o Estado-Maior da Revolução.

Em 17 de Outubro de 1917, Vladimir Lénine saiu do quarto na cidade onde vivia na clandestinidade e atravessando toda a cidade, num percurso de vários quilómetros, veio viver para o Smolny, num pequeno quarto que ainda hoje se mantém tal como estava na altura.

Foi neste edifício que na noite de 7 para 8 de Novembro se reuniu o II Congresso dos Soviéticos de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia, que proclamou o poder dos operários e camponeses e aprovou os dois primeiros decretos de Outubro: o Decreto da Paz e o Decreto da Terra.

Na sala onde se reuniu o II Congresso está hoje afixada numa das paredes a 1.ª Constituição da Rússia Soviética, aprovada no ano de 1918.

Entre essa Constituição que se encontra gravada em duas grandes placas de mármore e a que se encontra actualmente em vigor, a URSS teve mais duas Constituições: a de 1924 (data de fundação da URSS) e a de 1936.

A actual Constituição corresponde à presente fase de desenvolvimento da sociedade socialista rumo ao comunismo, herdando portanto todo o património ideológico e real das anteriores.

O 60.º Aniversário do Partido Comunista da Hungria

No dia 24 de Novembro de 1918, num pequeno apartamento de Budapeste, numa reunião com 40 participantes, foi formado o Partido Comunista da Hungria. Alguns dias mais tarde, o Partido surgiu perante o povo húngaro, numa sessão pública do Conselho Operário de Budapeste, realizada a 29 de Novembro. A 30 de Novembro, na sua reunião constitutiva, a União Nacional das Juventudes Operárias aprovava uma resolução segundo o princípio da ditadura do proletariado. Em 4 de Dezembro, o secretário-geral do Partido Comunista da Hungria apareceu publicamente, numa assembleia operária, numa conferência sobre a Revolução Russa. No dia 7 de Dezembro, apareceu o primeiro número do «Vörös Újság» (Jornal Vermelho), órgão central do Partido.

Os movimentos de massas que alastraram na Hungria nos últimos anos da I Guerra Mundial mostraram à evidência que o Partido Social-Democrata da Hungria — o único Partido da classe operária do país dos operários,

camponeses e outras classes laboriosas no caminho da revolução, pois a sua direcção, reformista, opunha-se obstinadamente às aspirações das massas, principalmente interessadas na assinatura imediata da paz e, sobretudo após a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, em seguir o exemplo russo.

É aqui que passam à acção os representantes da esquerda socialista, anteriores à I Guerra Mundial e que haviam lutado ao lado de Ervin Szabo e Gyula Alpár, de 1905 a 1910, pugnando por uma linha mais revolucionária do Partido. Entretanto um importante grupo de oposição formava-se também no seio da nova federação da indústria e das comunicações, sendo a organização profissional dirigida por uma comissão interempresas, que tinha à frente Gyula Hevesi.

Por outro lado muitos prisioneiros de guerra húngaros na terra dos soviéticos assistiram

e participaram activamente na grande Revolução Russa, adquirindo uma experiência revolucionária fundamental. Destas organizações de prisioneiros de guerra revolucionários nasce, a 24 de Março de 1918, o grupo húngaro do Partido Bolchevique da Rússia, a primeira organização comunista húngara. É este grupo de revolucionários experimentados que regressa à Hungria, vindo da Rússia soviética, após a revolução democrática-burguesa de 1918 e, tendo à frente Béla Kun, apresenta à esquerda húngara um programa e concepções de organização bem determinados: ruptura com a social-democracia, formação dum novo Partido operário revolucionário, fixando como objectivo directo a criação do poder dos conselhos e a transformação da revolução democrática-burguesa em Revolução Socialista. Projecto que avança e culmina, em 24 de Novembro de 1918, com a formação do Partido Comunista da Hungria, hoje Partido Operário Socialista Húngaro.

TEMPOS NOVOS

agora em Português

uma revista nova sobre o homem novo

TEMPOS NOVOS

TEMPOS NOVOS

Venda e assinaturas:
Livraria Bertrand, SARL
Livrarias C.D.L.

Assinatura anual — 400\$00
Número avulso — 12\$50

TEMPOS NOVOS TOMANDO O PULSO AOS POVOS

OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

2.º Volume em português

Tradução Rigorosa

Este volume contém obras de Lénine escritas entre Março de 1917 e Novembro de 1918.

PRINCIPAIS OBRAS CONTIDAS NO TOMO 2

- TESES DE ABRIL
- A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA
- O ESTADO E A REVOLUÇÃO
- OS BOLCHEVIQUES DEVEM TOMAR O PODER
- CONSERVADO OS BOLCHEVIQUES O PODER DE ESTADO?
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO
- AS TAREFAS IMEDIATAS DO PODER SOVIÉTICO
- CARTA AOS OPERÁRIOS AMERICANOS

A venda 800 págs. 250\$00

Nome _____ Morada _____ Localidade _____

Despacho receber o Volume(s) 1-2-3-4 da Obra Escolhida de Lénine. Para respectivo pagamento enviar em Cheque/Vale de Correio nº _____ Cede volume 250\$00

Receite e envie para C.D.L. Dinheiro em venda directa. A. Sentido. Dinheiro. 1-2-3-4. US\$0-1

Orquestra de Câmara de Moscovo em Portugal

Encontra-se em Portugal a Orquestra de Música de Câmara de Moscovo, que prossegue a série de concertos programados para o nosso país, tendo já actuado, com grande êxito no Norte.

A Orquestra integra 22 elementos e é dirigida pelo maestro Mikhail Teryan. São solistas Vera Borisova, viola; Tatiana Dejtan e Julia Strshnikova, violoncelos; e Natália Gvodetskaya, violino.

Este grupo de música clássica foi fundado em 1961 para participar no Festival Mundial da Juventude de Helsínquia. No entanto, após o Festival, vários dos seus componentes, que se tinham acabado de diplomar no Conservatório, resolveram continuar o trabalho do grupo.

Constituída por professores do Conservatório e da Escola de Música Central da capital soviética, a Orquestra de Câmara de Moscovo reúne exclusivamente instrumentistas de cordas, o que determina a particularidade do seu repertório, baseado em obras de autores como Corelli, Vivaldi, Mozart, Bach, Tchaikowsky, Bocherini, Honeger, Hindemith, entre outros. Muitas obras de compositores soviéticos da actualidade foram especialmente criadas para o conjunto que agora nos visita, como por exemplo a Sinfonia a Oito Peças sobre temas arménios de

Balasanian, a Sinfonia de Rauchberger, a Suite de Vlasov e a Elegia de Kallosch.

A Orquestra de Câmara de Moscovo goza de grande popularidade tanto na União Soviética como no estrangeiro. Em 1970 obteve o primeiro prémio e a medalha de ouro do Festival de Orquestras Juvenis que decorreu em Berlim Ocidental. Presentemente, a actividade da Orquestra é muito variada; apresentação em salas de concertos, participação em espectáculos para a Rádio e Televisão, gravações em disco e numerosas digressões na URSS, RDA, Checoslováquia, Polónia, Hungria, Jugoslávia, Alemanha Federal e em vários países da América Latina.

Gisela May

Entretanto, também se encontra entre nós Gisela May, mundialmente conhecida como a grande intérprete das canções de Brecht. A sua visita a Portugal deve-se a uma iniciativa da Associação Portugal-RDA.

Gisela May chegou ao nosso país no passado sábado, tendo actuado, com grande êxito, em dois recitais no Teatro Nacional D. Maria II — Casa de Garrett, realizados no domingo e na segunda-feira. Ainda neste último dia orientou um colóquio sobre a obra de Bertolt Brecht na Sociedade

Portuguesa de Autores (SPA) em Lisboa.

Anteontem à noite deu mais um recital em Évora no Teatro Garcia de Rezende. Ontem foi a vez da cidade de Beja assistir a um grande recital das canções de Brecht.

Hoje, à noite, Gisela May estará em Torres Novas.

Cultura polaca na Gulbenkian

Está patente na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, uma exposição subordinada ao tema *«Panorama da Cultura Polaca Contemporânea»*.

A iniciativa pertence à Embaixada da República Popular da Polónia em Portugal, que contou com a colaboração da Secretaria de Estado da Cultura.

Os trabalhos (mais de uma centena) que constituem o certame dão uma retrospectiva histórica da música, teatro, artes plásticas, literatura, folclore e cinema naquele país socialista. Particularmente ilustradas são as épocas da história polaca que deram características muito especiais às suas manifestações artísticas e culturais: Idade Média, Renascimento, século XVIII, fins do século XIX até 1918, o período entre as duas grandes guerras e após a libertação do jugo nazi.

Semana

15

Quarta-feira

1917 — O Governo Soviético aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos da Rússia.

O governo da Tanzânia afirma que a retirada ugandesa dos territórios tanzanianos ocupados é uma mentira do ditador Idi Amin. ■ Xuan Thuy, secretário do Partido Comunista do Vietname, declara que o seu país continuará a lutar pela independência do seu povo e a contribuir para o reforço da solidariedade internacional. ■ A pedido dos Estados Africanos, a Assembleia Geral das Nações Unidas adia para depois do próximo dia 27 de Novembro o debate sobre a independência da Namíbia. ■ O jornal norte-americano "The New York Times" informa que o ministro dos NE do governo fascista do Chile, Hernan Cubillos, foi apontado como importante agente da CIA numa sessão judicial secreta realizada em Washington, há duas semanas. ■ O Parlamento belga determina a sua dissolução após ter aprovado a lista dos artigos da Constituição sujeitos a revisão e a lei relativa às eleições europeias de Junho de 1979. ■ O IRA desencadeia uma vaga de atentados na Irlanda atingindo oito cidades e causando 37 feridos, ao mesmo tempo que anuncia uma vasta ofensiva de Inverno. ■ Em Nova York um Comité especial das Nações Unidas contra o "apartheid" acusa os racistas da África do Sul de se prepararem para invadir a República Popular de Angola, pedindo a todos os países membros da ONU para darem toda a assistência possível à RPA. ■ O presidente Sadat, do Egipto, cede face aos sionistas a fim de retomar as "negociações de paz" sobre o Médio-Oriente, abandonando as exigências que fazia em relação à Cisjordânia. ■ O dirigente opositorista do Irão, o exílio, o "ayatollah" Khomeini, sugere que os seus partidários poderão pensar numa paralisação da produção de petróleo se os EUA continuarem a apoiar a ditadura e o Xá Reza Pahlevi.

1950 — II Congresso Mundial dos Defensores da Paz, que decorreu em Varsóvia de 16 a 22 e de que saiu o Conselho Mundial da Paz.

16

Quinta-feira

Um juiz espanhol é abatido a tiro quando saía da sua residência, no centro de Madrid. ■ Tropas sírias e falangistas cristãos voltam a envolver-se em luta, no Líbano, travando os mais violentos combates desde o início do cessar-fogo, em meados de Outubro último. ■ O dirigente soviético Boris Ponomarev acusa os EUA de não terem correspondido devidamente às propostas construtivas da União Soviética sobre o novo acordo SALT. ■ É comemorado na Guiné-Bissau o dia nacional das Forças Armadas Revolucionárias Populares (FARP). ■ O diário mexicano "Excelsior" denuncia a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), organização norte-americana estreitamente ligada à CIA, acusando-a de realizar um amplo programa para reprimir as actividades que considera "subversivas" nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. ■ Os primeiros resultados das eleições brasileiras para o Senado e a Câmara dos Deputados, provenientes das principais cidades do país, dão uma esmagadora vantagem do MDB sobre a ARENA, o partido da ditadura. ■ O chefe de Estado etíope, Mengistu Haile Mariam, chega a Moscovo para conversações com dirigentes soviéticos. ■ Fontes governamentais em Washington informam que os EUA reconheceram voos de espionagem sobre Cuba para "descobrir" se os capos soviéticos "Mig", alegadamente enviados para aquele país socialista, podem ou não transportar armas nucleares.

17

Sexta-feira

1939 — Invasão pelos nazis da Universidade de Praga.

Fontes oficiais em Bona, capital da RFA, confirmam que agentes oeste-alemães controlam o correio e as conversações telefónicas entre a República Federal Alemã e os países socialistas da Europa. ■ Dirigentes sindicais informam que, na Índia, cerca de 100 000 trabalhadores das docas entram em greve, paralisando os portos de Bombaim, Calcutá e Madrastra, os principais do país. ■ A SWAPO, o principal movimento nacionalista da Namíbia, anuncia ter provas conclusivas de que a África do Sul está a preparar importantes ataques contra a República Popular de Angola nas próximas semanas. ■ Cerca de dois mil fascistas manifestam-se em Madrid, capital da Espanha, reclamando um golpe de Estado e gritando "O Exército ao poder!" ■ O general Juan Atares Pena, chefe da terceira zona da Guarda Civil espanhola, recebe ordem de prisão do ministro da Defesa, Gutierrez Mellado, após um incidente registado numa reunião de oficiais dos três ramos das Forças Armadas.

1962 — Morre em Copenhaga, com 77 anos, o Professor Niels Bohr, considerado o pai da energia nuclear, por ter sido o primeiro a desvendar, há meio século, o segredo da estrutura atómica.

18

Sábado

A Organização dos Estados Americanos (OEA) publica um relatório sobre a Nicarágua, acusando a Guarda Nacional e o ditador Somoza de ter agido com um desprezo manifesto da vida humana e de ter assassinado numerosas pessoas, incluindo crianças, na guerra civil de Setembro passado. ■ O governo norte-americano declara-se contrário a impedir que Israel venda armas de fabrico próprio ao ditador Somoza da Nicarágua. ■ Um comunicado do Comissariado do Interior do governo da Guiné-Bissau informa que um grupo de indivíduos armados, composto principalmente por elementos do exército português, foi preso pelas autoridades quando se preparava para levar a cabo planos de sabotagem. ■ O presidente Leonidas Brejnev afirma que qualquer ingerência estrangeira na crise do Irão será considerada, pela União Soviética, como uma questão que afecta a sua segurança nacional.

1942 — Começa em todas as frentes a grande ofensiva soviética, com particular realce na Frente de Estalinegrado.

19

Domingo

Um comício fascista no centro da capital espanhola para assinalar o 3.º aniversário da morte do ditador Franco, volta a reclamar a tomada do poder pelos militares, acusando o governo de "traição". ■ Um avião das Forças Aéreas que nele viajavam, se no norte da Índia, vitimando as 82 pessoas que nele viajavam. ■ Na sequência das declarações do secretário de Estado norte-americano, assevera que os EUA não intervirão no Irão para manter o Xá no poder. ■ Um jornal de parede colado na avenida principal do Pequim acusa o falecido presidente Mao Tsé Tung de ter sido partidário do "Bando dos Quatro", o qual "se serviu do julgamento errado do presidente Mao sobre a luta de classes para desencadear uma ofensiva geral contra a causa revolucionária da China".

20

Segunda-feira

1945 — Começa em Nuremberga o julgamento dos grandes criminosos de guerra.

A Frente Sandinista Nacional recomeça os combates contra as tropas do ditador Somoza, da Nicarágua, nas cidades de S. Carlos e Sabal, localizadas perto da fronteira com a Costa Rica. ■ A Oposição brasileira consegue maior número de votos nas eleições legislativas de 15 de Novembro mas a ditadura conseguirá salvaguardar a maioria no Congresso devido à maneira como o país foi dividido em circunscrições eleitorais. ■ Um quartel de Polícia no país basco é alvejado, tendo sido mortos dois polícias e ficado feridos onze.

1806 — Decreto de Berlim, em que Napoleão impõe o bloqueio continental à Inglaterra.

21

Terça-feira

Várias centenas de membros duma seita intitulada "Templo do Povo" praticam um misterioso "suicídio maciço" na Guiana, após o assassinio de cinco cidadãos norte-americanos, entre os quais um congressista, no passado sábado e perto do mesmo local, na Guiana. ■ O jornal "Nhan Dan", órgão do Partido Comunista do Vietname, denuncia pela primeira vez o conluio sino-norte-americano durante a guerra do Vietname. ■ É confirmado oficialmente em Argel que o presidente Boumediene se encontra gravemente doente.

Povo brasileiro vota pela democracia

Os números estão aí, números já esperados, mas nem por isso menos claros: com setenta por cento dos votos apurados, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única organização de oposição legalmente reconhecida no Brasil, está à frente nas eleições que renovarão as assembleias legislativas estaduais, a Câmara de Deputados (federal) e um terço do Senado, dominando zonas tão importantes como São Paulo e Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

A vontade do povo brasileiro — de rejeição da ditadura, de empenhamento na luta pela democracia — é mais uma vez expressa de forma irrefutável. Não se traduzirá, entretanto, na correspondente alteração da política do país. O sistema eleitoral fascista defende-se da "ameaça" da rejeição popular da ditadura: 22 dos 66 membros do Senado são escolhidos pelo governo, enquanto um sistema proporcional profundamente antidemocrático impõe que os votos nas zonas onde imperam ainda os caciques tenham força decisiva.

Significa isto que as limitações impostas pela ditadura reduzam a nada a vontade popular também expressa nos números dos votos? O povo brasileiro não o pensa assim. Também a ditadura não considera de forma alguma estes resultados inócuos, antes se esforça por rapidamente enfrentar as suas consequências, nomeadamente através da já falada dissolução dos partidos oficiais, tendente a uma desarticulação da unidade da oposição. Já antes das eleições, e temendo o consenso nacional que se está a formar em torno da democratização do país, o regime recorreu abundantemente ao agitar do espantinho da radicalização, tentando recompor a comprometida coesão da base política e militar em torno de Geisel e de Figueiredo.

Os resultados eleitorais agora obtidos — resultados adulterados pelo regime, resultados obtidos em condições abertamente antidemocráticas — traduzem uma crescente mobilização das forças populares pela democracia, o isolamento da ditadura, o alargamento das bases sociais da luta antifascista.

No documento saído da reunião do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro, realizada este mês, afirma-se: "O que há de novo na actual realidade brasileira é a ampliação das acções de massa e o desenvolvimento — ainda que insuficiente — do seu nível de organização e consciência, assim como o desgaste acentuado do regime e o avanço do movimento de oposição".

Este aspecto novo da realidade social e política brasileira, radica num longo processo de resistência à ditadura: 1972 é o marco da retomada progressiva das lutas fabris; as eleições de 74 constituem uma clara manifestação de repúdio ao regime por parte das massas trabalhadoras; a partir de 76, agudizam-se as lutas de trabalhadores. Mais recentemente sucederam-se as greves dos trabalhadores do petróleo em São Paulo, dos metalúrgicos da Belgo-Mineira, dos professores secundários de São Paulo e do Paraná. Estas greves, que puseram em causa, na prática, a lei antigreve, constituíram um importantíssimo factor de amadurecimento do movimento operário e sindical. Ao crescente movimento reivindicativo dos trabalhadores, soma-se o debate institucional por sectores populares da frente oposicionista, que já levou à aprovação em Setembro de uma Carta de Princípios que alia, numa mesma ordem de preocupações, reivindicações específicas dos trabalhadores e exigências democráticas compartilhadas por amplas forças sociais. Soma-se-lhe ainda o aprofundamento do debate político nas Forças Armadas, a definição de um sector de oposição ao regime actual.



Brasil: a repressão já não consegue abafar a vontade de libertação do povo

A situação de instabilidade política que se vive no Brasil — num momento em que os alicerces da ditadura estão seriamente abalados, quando mesmo classes médias antes atraídas pelo "milagre económico" se sentem hoje, desiludidas, ao movimento antifascista — não é isenta de perigos. A "pressão" aventureirista, aliada-se as propostas de acordos de "cúpula", na sua desconfiança comum pela acção das massas populares. A miragem do "golpe" reaparece na vida política nacional.

Mas não são estes os factores dominantes. Como destaca o CC do PCB, "sem subestimar, em nenhum momento, a força do regime, nem descartar eventuais reacções autoritárias ou fascistas de parte das forças defensoras dos interesses oligárquicos estabelecidos, pode-se afirmar que a tendência principal hoje é o aguçamento das lutas políticas e de classes e de expansão progressiva dos movimentos pela redemocratização do país, o que levanta um desgaste cada

vez mais acentuado da ditadura".

A actual vitória eleitoral do MDB, traduz e insere-se nesta tendência, abre novas perspectivas ao movimento popular de massas contra a ditadura. Afirma o CC do PCB: "É nossa convicção que uma grande votação para o MDB abre o caminho para um bloco parlamentar suficientemente poderoso que, com o rescaldo de uma intensa pressão popular, poderá desempenhar um grande papel na luta antiditatorial".

O enfraquecimento da ditadura abre assim uma nova brecha que alarga as possibilidades de acção das forças democráticas. O golpe decisivo não é ainda para hoje. Exigirá a mobilização do mais amplo conjunto das forças sociais, a unidade de todas as forças antifascistas, um papel de destaque da classe operária, que já hoje se acentua. Mas a ditadura já não conta com a liberdade de acção de outrora. A palavra de ordem de democratização tem o apoio inequívoco da maioria do povo brasileiro. E não é possível silêncio.

Espanha: terrorismo alimenta o fascismo

As vozes que promoveram Espanha a exemplo de democratização da vida política, já se silenciaram há tempos. As tentativas de golpes de extrema direita e as manifestações fascistas, alternam com os actos de terrorismo. É difícil falar de estabilidade, de caminho pacífico para a democracia. Espanha é antes, hoje, um exemplo prático de como terrorismo e política de direita se entrelaçam, de como o terrorismo favorece a direita e é arma sua, um exemplo da resistência encarnada das forças de direita, a sua hostilidade, o seu temor, face a quaisquer passos para a democracia, mesmo quando tímidos.

No panorama político espanhol, resalta um elemento perigoso: o fascismo está vivo, e arrogante. Exige. Tem direito a manifestar-se (em nome da "liberdade"?). Trabalha para impor uma política governamental completamente isenta de "velocidades democráticas". Agrupou há pouco tempo centenas de milhares de pessoas numa manifestação antiterroirista. Organizou no aniversário da morte de Franco, com autorização oficial e protecção da polícia, um comício no centro de Madrid, que reuniu também centenas de milhares de pessoas na praça Ourora preferencialmente usada por Franco. Bragadeiras nazis, jornais fascistas, autocarros aconselhando significativamente um não no referendo do próximo mês sobre a primeira Constituição democrática de Espanha nos últimos quarenta anos proliferavam no comício, que contou com a presença de representantes do fascismo de vários países europeus, nomeadamente de Portugal.

A tentativa gorada de golpe de estado fascista, conhecida pelo nome de "Operação Galáxia", insere-se num contexto de demonstração de força por parte da extrema direita. As prisões efectuadas, deixam claro que há forças no Exército — que se diz defensor da ordem e da legalidade — empenhadas na reinstauração de um regime de arbitrio, contra a vontade popular. Não conseguiram impor o seu governo de "Salvação Nacional". O regime diz-se desencanado quanto à possibilidade de futuros golpes promovidos pelas Forças Armadas. Os partidos políticos afirmam a sua confiança nos militares. Mas o golpe não poderia contar só com o punhado de elementos presos. E o fascismo, que está na sua base, não esperou muitos dias para reafirmar a sua força e as suas exigências.

Raramente é tão evidente — como no caso de Espanha — a íntima ligação entre a direita e o terrorismo. Podemos afirmar sem risco de errar que o fascismo espanhol está-se a alimentar do

terrorismo, mesmo quando — numa aparente contradição — este surge com uma face de esquerda, muito mais favorável, como é óbvio, aos desígnios da extrema-direita. Imediatamente a seguir à manifestação fascista — a maior desde a morte do "caudillo" — mais um atentado terrorista, neste caso contra um quartel da polícia no País Basco, resoundeu o clima de golpe de Estado. Depois da manifestação fascista convocada para "protestar" contra o terrorismo, três ex-ministros de Franco anunciaram uma coligação de extrema-direita para disputar as próximas eleições municipais. O terrorismo, que atingiu uma frequência tão elevada que se pode dizer faz parte da vida quotidiana do povo espanhol, está a empurrar as classes médias, que ontem também reclamaram a democratização da vida política nacional, para as posições da direita, restringindo perigosamente as bases sociais de apoio das forças antifascistas.

A ofensiva da direita em Espanha não tem só a ver com o seu reforço, com o terrorismo. Insere-se em toda a complexa vida de um país, onde os problemas sociais e económicos não estão a ser resolvidos. O governo esforça-se por resolver a crise através dos recursos vulgarmente utilizados pela burguesia, ou seja, à custa dos trabalhadores. As principais centrais sindicais espanholas já se pronunciaram

contra um eventual "pacto social", que assentaria numa prometida redução do nível da inflação, a troco de uma pequena margem de possibilidades de aumentos salariais, deixando de parte o combate contra o desemprego, que os trabalhadores consideram prioritário, e que atinge actualmente os 8,44 por cento a nível nacional, ascendendo a 19 por cento na Andaluzia. A ofensiva da direita reflecte também o temor pelas consequências, na vida política nacional, da aprovação da nova Constituição, demonstrando uma vez mais que a acção de direita é incompatível com aberturas democráticas, com a vontade popular.

O fim do franquismo, a afirmação de um regime que abre algumas possibilidades de acção democrática ao povo espanhol, não lhe foi oferecido de bandeja. Radica numa movimentação popular de claro repúdio da ditadura fascista. Da consciência da burguesia espanhola de que — face à envergadura da expressão da vontade popular — não era possível continuar a governar da mesma maneira. As manifestações populares recentemente realizadas em 140 cidades espanholas contra o terrorismo são uma prova do empenhamento do povo espanhol na luta pela democracia. O reforço do movimento popular em Espanha é a resposta necessária e possível à ofensiva da direita.

Reduz-se campo de manobra do imperialismo

QUANDO, de acordo com um plano criteriosamente estudado pelas centrais da provocação, o presidente Carter se lançou na cena política internacional como paladino dos "direitos humanos", esboçou-se uma preocupação, por parte da Casa Branca, de demarcação dos regimes fascistas e mais abertamente reaccionários, conhecidos como apadrinhados por Washington e até impostos através de golpes promovidos pela CIA ou por uma descarada intervenção militar directa dos EUA. Diga-se de passagem que essa necessidade de "lavar" o rosto do imperialismo causou mesmo alguns atritos com governos menos "compreensivos" das necessidades diplomáticas de Washington.

HOJE, como esmoreceu o clássico "sorriso" de Carter, também foi ficando pelo caminho a "respetável" máscara humanitária. A "teoria" de defesa dos "direitos humanos", reduz-se à sua real dimensão: a de uma manobra provocatória contra o socialismo, tendente a desviar atenções das taras e da grave crise do capitalismo, factor de tensão a nível internacional e de sabotagem dos esforços para a paz e o desanuviamento mundial. O apoio descarado do imperialismo aos mais reaccionários regimes, suportando-os quando a vontade popular desfere golpes profundos na sua periclitante solidez, é um facto indementível, para que se torna impossível conseguir máscara satisfatória.

O Irão é um exemplo claro dessa realidade: Um regime contestado generalizadamente por todo o povo, sem qualquer base de apoio social séria, que vive e sobrevive através da mais violenta repressão, é formalmente apoiado por Carter, que se desdobra em afirmações de solidariedade, no envio de armas e de provocadores. A que se somam as recentes ameaças, apoiadas em planos muito concretos, de intervenção militar directa. O Irão é um exemplo a que se juntam muitos outros. A luta popular de massas nos mais diversos pontos do mundo obriga o imperialismo a apoiar de forma clara os regimes mais reaccionários. Seja em África, como sustentáculo dos últimos redutos do racismo como política de Estado, seja no Médio Oriente, seja na América Latina onde armas norte-americanas massacraram os povos da Nicarágua ou da Guatemala, planos estudados pela CIA sustentam ainda governos claramente contestados nas ruas pela heroica determinação popular.

Se o Irão é um bom exemplo de que hoje o imperialismo se vê obrigado a apoiar de forma clara regimes fascistas, demonstra também outra coisa: actualmente isso não constitui prova da força de quem pretende comandar os destinos internacionais. É impossível ocultar que a política do imperialismo é oposta aos interesses e à vontade dos povos. Bastou entretanto que a União Soviética aviasse que uma intervenção militar norte-americana no Irão seria considerada uma ameaça à segurança do povo soviético, para que a Casa Branca se apressasse a negar a evidência da sua ingerência nos problemas internos de Teerão. Entre o ascenso da luta popular e o peso da comunidade socialista, reduz-se o campo de manobra do imperialismo.

Xá do Irão: que apoios?

Porque o regime do Irão é "um amigo leal do Ocidente", o presidente Carter declarou, numa conferência de imprensa, que "ter um Irão forte e independente" é um factor muito estabilizador e odiaríamos ver esse país arruinado por vilões e o governo cair". Por outro lado, de acordo com o que foi anunciado das conclusões da reunião do Conselho Nacional de Segurança, presidido por Brzezinski, estavam já elaborados "planos de contingência" para intervir no Irão. A revista norte-americana "U.S. News" acrescenta igualmente que o Pentágono está a estudar planos possíveis de aplicar, incluindo a utilização de forças de "reação rápida" em crises políticas na zona. O jornal norte-americano "Washington Post", assim como a cadeia de televisão CBS noticiam o aperfeiçoamento do "plano de contingência" para o Irão. A Casa Branca emite sucessivos comunicados de apoio ao Xá, garantindo-lhe auxílio para se manter no poder. Tudo isto a somar ao facto incontroverso de que o regime do Irão conta com o maior e mais bem armado Exército de toda a Ásia, graças ao apoio permanente de Washington, onde ultimamente se tinham levantado algumas dúvidas quanto ao fornecimento de mais armas, no temor de que o movimento popular contra o Xá — com uma eventual vitória, dada a sua crescente envergadura — fizesse transitar para as mãos de um regime anti-imperialista, tão poderosa capacidade militar.

Tudo isto são factos. Factos divulgados pelas próprias fontes de informação do imperialismo. E que não só traduzem o empenhamento da Casa Branca na sobrevivência de um regime condenado, mas a sua acção directa, de ingerência nos problemas internos do Irão, para evitar uma alteração da situação que possa significar não só a perda de fabulosos lucros como o petróleo, não só a perda de um submisso aliado que vai à OPEP defender os interesses das multinacionais petrolíferas com sede em

Washington, mas um poderoso aparelho político-militar que pode agir como garante dos interesses políticos do imperialismo na zona! Agora ficamos, a saber, pela boca do secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, que, "como o presidente Carter indicou, os EUA não tencionam interferir nos assuntos internos de qualquer outro país, e notícias em contrário não têm o mínimo fundamento". O que significa então, para a Casa Branca, interferência?

O "esclarecimento" da presidência dos EUA vem na sequência das declarações de Brejnev, numa entrevista ao "Pravda", sobre os acontecimentos no Irão, onde se reafirma a posição de princípio da União Soviética de que os problemas internos de um país devem ser resolvidos pelo povo do próprio país, sem ingerências externas, alertando para o perigo de uma ingerência militar norte-americana, que seria considerada pela União Soviética como lesiva da sua segurança nacional.

A tomada de posição do presidente soviético, a cínica resposta de defesa da administração Carter, destacam uma realidade que o imperialismo não pode ignorar. O actual panorama político mundial impõe limitações à prática corrente das forças do capital de intervenção nos problemas internos dos Estados em que os seus interesses se encontram ameaçados. Intervenção que não é segredo para ninguém, e para a qual Washington conta com os "serviços" especializados das suas centrais de provocação.

A força crescente da comunidade socialista, o peso das forças progressistas a nível mundial, surge assim como um factor de paz, ao constituir obstáculo às intervenções militares directas. Surge igualmente como elemento favorável ao desenvolvimento e acção das massas populares contra os regimes reaccionários e fascistas, na luta pela democracia, pela liberdade, pelo fim da exploração.

Breves notícias

● Os EUA dificultam o SALT II — O novo Tratado de Limitação de Armas Estratégicas — o SALT II — entre a União Soviética e os EUA, anda a ser negociado por estes dois países há já muitos meses, tendo-se verificado na parte final deste ano um razoável avanço nas conversações, o que indicava para breve a assinatura final do acordo. Este novo acordo SALT é de crucial importância para o desanuviamento internacional e a causa da paz no mundo, o que tem sido reconhecido e afirmado pelos dois países, no decurso das negociações. Todavia, nos últimos tempos — exactamente quando parecia eminente a materialização — o SALT II — o SALT II — o governo dos EUA e círculos belicistas da NATO comprometeram seriamente

o bom prosseguimento das conversações ao desencadear uma campanha anti-soviética aparentemente intempestiva mas que clarificou os objectivos belicistas do imperialismo, nada interessado na assinatura dum novo acordo SALT, que lhe limitará os lucros e lhe estreitará o campo de manobra.

Este boicote dos EUA foi recordado recentemente a uma delegação de senadores norte-americanos, em visita



à URSS, pelo dirigente soviético, camarada Boris Ponomarev, que sublinhou terem as relações URSS-EUA uma importância crucial para o destino de toda a Humanidade, exortando os senadores a enviar esforços para conseguir a assinatura e ratificação do novo acordo sobre limitação de armas estratégicas.

● Dirigentes vietnamitas em contactos internacionais — O vice-presidente da República Socialista do Vietname, Nguyen Hu Tho, que se deslocou recentemente a vários países africanos numa viagem que muito contribuiu para um melhor conhecimento, nesses países, da política externa e interna do Vietname, considerou que a viagem permitiu consolidar a solidariedade e compreensão

mútuas e lançar as bases duma verdadeira cooperação recíproca vantajosa entre o Vietname e os países africanos.

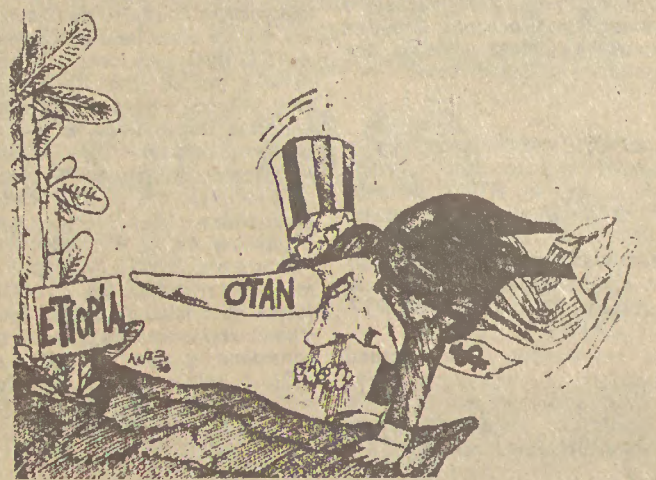
Também o secretário do Partido Comunista do Vietname, Xuan Thuy, em visita a Cuba, declarou que o seu país continuará a lutar pela independência do seu povo e a contribuir para o reforço da solidariedade internacional, acrescentando que o Vietname jamais gravitará na órbita da política maquista de hegemomismo.

● Reforçados os laços entre a Etiópia e a URSS — Mengistu Haile Mariam, presidente do Conselho Administrativo Provisório da Etiópia, chegou a Moscovo no passado dia 16, à frente duma importante delegação, na

segunda visita deste dirigente da Etiópia Revolucionária à URSS, no decurso deste ano.

Durante esta visita foi assinado um importante tratado de amizade

e cooperação entre os dois países, subscrito por Haile Mariam e o camarada Leonidas Brejnev, secretário-geral do PCUS e chefe do Estado soviético.



As tácticas da reacção para destruir Abril

A «ofensiva psicológica» na campanha reacccionária

O ultimato do CDS ao PS e a queda do governo que ambos partilhavam abriu na vida política nacional uma crise que, até hoje, permanece por resolver. A crise caracteriza-se essencialmente por uma violenta ofensiva reacccionária contra as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril, ofensiva essa que, ao nível do poder, tem encontrado a cobertura, o incentivo e a cumplicidade que a actuação do governo Nobre da Costa claramente traduz.

No terreno da propaganda, a ofensiva reacccionária deita mão a diversas armas, que incluem, naturalmente, o renascimento do arsenal nas campanhas anticomunistas, mas também a utilização de processos mais sofisticados, perante os quais é preciso estar alerta, desmontando-os, combatendo-os e anulando-os.

Entre estes processos, destaca-se a "ofensiva psicológica" para a qual recentemente Álvaro Cunhal chamava a atenção, e cujo objectivo central "é criar a ideia de que inevitavelmente as conquistas da Revolução e o regime democrático português não conseguirão vingar e de que será inevitável a sua destruição".

Objectivos bem claros

Através da propaganda insinuada ou claramente expressa em certos órgãos de comunicação, procura-se a instilar a ideia da inevitabilidade do avanço da reacção, da destruição da Reforma Agrária e das nacionalizações, do agravamento das condições de vida do povo trabalhador e da situação financeira do país, do aumento da dependência perante o imperialismo. Tudo isto seria inevitável na opinião destes projectos da desgraça. Repor nos seus antigos lugares os grandes agrários e patrões sabotadores, aumentar os preços e diminuir os salários reais, contrair sucessivos empréstimos gigantes, facilitar os investimentos



O "Diário de Notícias" remete para a pág. 9 (I) a notícia da manifestação do dia 11, enquanto dá honras de 1.ª pág. a um concurso de beleza.

estrangeiros para lucro do capitalismo internacional — eis medidas apresentadas como soluções únicas para a saída das dificuldades actuais.

Vai-se mais longe: procura-se criar a ideia de que a Constituição não serve, não corresponde às realidades, e que é inevitável a sua revisão, extirpando-a de tudo o que nela há de progressista.

Uma tal "ofensiva psicológica" assenta em bases totalmente falsas. Visa apresentar como soluções nacionais aquelas que comprovadamente têm demonstrado não o ser; visa esconder deliberadamente que existem soluções alternativas, uma outra política que, essa sim, tem em conta os interesses nacionais e seria capaz de resolver os problemas do país; visa fazer crer que o caminho certo e inevitável é para um lado, quando o é precisamente para o outro.

O objectivo em vista é bem claro. Trata-se de alimentar a descrença nas massas populares, minar a sua confiança e firmeza, desmobilizá-las da sua determinação na defesa das conquistas alcançadas, do regime democrático e da Constituição.

Trata-se de, com maior ou menor subtilidade, contaminar as consciências, tentando criar as condições subjectivas que facilitem a inversão do processo democrático.

No sábado à noite, dia 11, a RTP-1 transmitiu um comentário sobre o gigantesco acto de massas dessa tarde defendendo a ideia de que a manifestação, por muito impressionante que tivesse sido, não traria nenhuns efeitos práticos e a nada conduziria. Eis aqui um exemplo elucidativo da "ofensiva psicológica" e dos seus objectivos: insinuar o desânimo nos trabalhadores, fazê-los acreditar na "inevitabilidade" da destruição da Reforma Agrária, na "inevitabilidade" das desintervensões, na "inevitabilidade" dos aumentos do custo de vida. Mais ainda: fazê-los crer que a unidade, a participação e a disposição de luta são coisas sem importância perante a pretensa "inevitabilidade" de uma política de direita.

Na 2.ª feira seguinte à manifestação, o "Diário de Notícias" — numa atitude intolerável para um jornal estatizado, obrigado a um mínimo de objectividade perante a envergadura e grandiosidade do desfile de centenas de milhares de pessoas — remeteu o relato dos acontecimentos para a pág. 9, sem qualquer referência na 1.ª pág. Eis outro exemplo da "ofensiva psicológica": roubar impacto à mobilização popular, veicular a ideia de que "não teve significado", insinuar o sentimento de que "não vale a pena".

Manobra convergente

A "ofensiva psicológica" surge paralelamente e como complemento às tomadas de posição antidemocráticas, anticonstitucionais e cada vez mais contrárias ao regime saído do 25 de Abril por parte dos dirigentes da direita.

Para Sá Carneiro o país atravessa uma "crise nacional profunda" e "o problema português fundamental é essencialmente um problema cultural. É o problema de pensar um país que se viu, mercê da Revolução e da desnecessária descolonização, atirado para o seu contexto territorial do séc. XIV".

Quanto a Freitas do Amaral — que se refere à "crise moral que atravessamos" — são dele estas palavras recentes: em 1975, os outros partidos, todos no Governo juntamente com o PCP, ficaram "dizendo amen ao que ia acontecendo. Veio a descolonização e ficaram, veio o 28 de Setembro, veio o 2 de Março e ficaram. Vieram as nacionalizações, a Reforma Agrária e foram dizendo que sim, enquanto o CDS, sozinho, lá dizendo que não e que o que se estava a passar era uma loucura e não era útil ao país".

Retenhamos: a descolonização foi "desnecessária", as nacionalizações e a Reforma Agrária foram uma "loucura". São estes conceitos que fundamentam a política da direita. Chegámos ao ponto de, sem a mínima subtilidade, a direita pôr em causa frontalmente o próprio 25 de Abril, propondo com toda a clareza o regresso ao passado. Neste contexto, a "ofensiva psicológica", ao tentar desmobilizar a luta popular, aparece como uma manobra convergente dirigida no mesmo sentido das propostas dos dirigentes da direita: o regresso ao 24 de Abril, a destruição da democracia, da Constituição, das conquistas dos trabalhadores.

O que é e o que não é "inevitável"

A "ofensiva psicológica" visa valorizar e incentivar o desencanto e a indiferença, tirando partido do facto real que é a consciência generalizada de que a crise persiste e os graves problemas nacionais não se resolvem. Mas, habilmente, procura distorcer as realidades e desviar a direcção dos sentimentos populares. O povo português está desencantado, é certo, mas com a política de direita; o povo português está indiferente, é certo, mas à demagogia dos que apontam caminhos que já provaram não servir. A propaganda reacccionária pretende substituir o justo repúdio popular perante as medidas governamentais contrárias aos interesses dos trabalhadores e aos interesses nacionais, pela submissão livremente aceite e consentida do povo português à paulatina destruição do 25 de Abril.

É por isso que a "ofensiva psicológica" procura apresentar como "inevitável" precisamente aquilo que o não é, ao mesmo tempo que esconde deliberadamente a "inevitabilidade" daquilo que a reacção a todo o custo pretende... evitar!

Ou seja: o avanço da reacção é evitável, a política de direita é evitável — mas o que jamais poderá ser evitado é a luta e a mobilização dos trabalhadores contra a ofensiva reacccionária, por uma nova política, em defesa dos interesses populares, da Constituição e do regime democrático.

As diversas formas de luta desenvolvidas pelos trabalhadores nas últimas semanas de norte a sul do país, os resultados eleitorais de Évora, o acentuar das divisões e das contradições internas nos partidos da direita, são diversas expressões de uma mesma realidade, caracterizada simultaneamente pela perda de terreno por parte da reacção (que as suas farroncas mal encobrem) e o reforço da determinação popular na defesa dos caminhos de Abril.

Os factos, a própria vida, apontam o que é e o que não é inevitável na democracia portuguesa.

Os salários dos funcionários do PCP e as reivindicações dos trabalhadores

Uma afirmação feita por Álvaro Cunhal, no dia 15 no Programa "Directíssimo" da RTP/2, relativa aos salários de funcionários do Partido, está a ser utilizada pelas forças reacccionárias contra as justas reivindicações dos trabalhadores.

Discursando numa sessão de esclarecimento realizada na Marinha Grande no dia 17, Álvaro Cunhal esclareceu a sua afirmação com as palavras que a seguir transcrevemos:

"Gostaria de começar pelo esclarecimento de uma questão que está a fazer correr muita tinta, muita palavra e muita especulação. Respeita a um programa de televisão que teve antenamente lugar e no qual participei. Em resposta a um telespectador acerca dos descontos para a Previdência informei que o salário de um funcionário do Partido é de Esc. 7533\$00, ao qual se deduzem os descontos.

"Tive ocasião de informar também que os funcionários do Partido recebem o mesmo salário, sejam quais forem as suas tarefas, trate-se de um

quadro técnico, de um quadro político, de um encarregado de limpeza, de uma dactilógrafa, de um porteiro, de um membro do CC, ou do secretário-geral do Partido. O entrevistador comentou que era um pouco mais do que o salário mínimo. E eu confirmei que sim e disse que "dá para viver", que com ele "se vive".

"Esta afirmação tem sido muito comentada e o seu sentido tem sido gravemente deturpado pelos inimigos do nosso Partido.

"Por isso, reafirmando a veracidade da informação então dada, penso ser útil aqui acrescentar alguma coisa mais.

"Primeiro: Quando disse que "dá para viver", queria dizer que os funcionários do Partido, e no concreto eu próprio que era interrogado, vivemos com esse salário, que sem dúvida é baixo, sem dúvida obriga a privações e por vezes a sérias privações, mas que, como revolucionários que somos, habituados a privações e absorvidos nas tarefas do Partido e contando com certas facilidades relativas

a transportes e com auxílios indirectos aos filhos, não exigimos mais ao Partido, cujos fundos resultam das contribuições e sacrifícios dos trabalhadores e afirmamos que «se vive» com aquilo que recebemos.

"Segundo: Isto não significa de forma alguma que, conforme calcula a propaganda reacccionária, defendamos que salários semelhantes «cheguem» para os trabalhadores nem que defendamos, para as diversas categorias profissionais, a igualdade de salários, que só por espírito revolucionário e para educação constante do nosso colectivo adoptamos no quadro de funcionários do Partido.

"Os trabalhadores não são funcionários do Partido, têm a vida organizada de outra forma e têm até outras necessidades.

"Por isso, o PCP apola firmemente as justas reivindicações dos trabalhadores relativas a salários e ao custo de vida, apola firmemente as suas lutas, exige que seja desbloqueado o conge-

mento da contratação colectiva, que sejam contidos os preços, que seja posto fim aos despedimentos e que sejam assegurados os benefícios sociais.

"A grandiosa manifestação de Lisboa no dia 11, que o PCP inteiramente apoiou assim como muitas outras poderosas manifestações e greves que se têm realizado em todo o País, confirmam a determinação dos trabalhadores lutarem pelos seus interesses e direitos vitais, confirmam que os trabalhadores não se sujeitarão à política de exploração e repressão de governos ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo e que continuam infatigavelmente a luta até que a sua voz seja ouvida e as suas reivindicações alcançadas.

"Nessa luta, os trabalhadores contam inteiramente com o apoio, a actividade, a combatividade e a dedicação da sua vanguarda revolucionária — O Partido Comunista Português".

Um róseo aperto sobre fundo negro

A UGT promete referendo e congresso para "legitimar" a sua acção divisionista. Entretanto procede, segundo o "Diário de Notícias", no âmbito das "acções de sensibilização", a uma colagem de cartazes donde consta um róseo aperto de mão sobre fundo negro.

Apertar as mãos pode ser símbolo de fraternidade. Mas pode ser também uma coisa oca e sem sentido nenhum. O que porém conta para a "sensibilização" dos divisionistas não é a fraternidade, nem o vazio. É o comprovado efeito demagógico e alienante do cartaz. É o efeito da falsa harmonia de interesses antagónicos em prejuízo dos trabalhadores.

Não há neste caso razões de esperar para ver. O que se viu é suficiente. A UGT surge no enquadramento fiel das teses gonelhistas do pluralismo sindical, dos "sindicatos democráticos"

e dos paralelos, na linha do documento Gonelha agora ratificado pelos "sectores sindicais" do PS e do PSD.

E o seu símbolo demagógico é decalcado a papel vegetal do símbolo da AFL-CIO, a central imperialista dos Estados Unidos, ligada à CIA e à exportação do pluralismo contra a unidade dos trabalhadores.

É caso para dizer que os divisionistas apertam a mão uns aos outros selando um pacto que cabe aos trabalhadores destruir.

Neste momento de luta e de reforço da unidade na acção concreta e diária por objectivos comuns, não caberá na consciência das massas trabalhadoras um símbolo falso, importado para ajudar à conciliação de classes ao serviço da direita e da sua política de recuperação do grande capital monopolista e explorador.



AMERICAN FEDERATION OF LABOR AND CONGRESS OF INDUSTRIA ORGANIZATIONS



Escândalosa discriminação anticomunista

1. O PCP teve ocasião de denunciar recentemente, através dos seus representantes no Conselho de Informação para a RTP-EP, o sentido geral da informação que vem sendo praticada naquele órgão de comunicação social do Estado.

O PCP decide-se a denunciar agora publicamente o gravíssimo desvio aos preceitos constitucionais que constitui a actuação dos serviços informativos da RTP/1, por considerar que o comportamento da RTP neste campo tem reforçado em cada dia as razões de queixa já existentes.

A informação da RTP/1, pelas formas como trata inicialmente dos vários partidos políticos, constitui a mais completa negação dos princípios do pluralismo.

2. A SIP do PCP procedeu a um estudo atento dos serviços informativos da RTP/1, tomando como amostragem os «jornais» transmitidos nos quatro fins-de-semana desde a entrada em vigor do novo mapa-tipo e das novas estruturas organizativas da RTP.

As conclusões desse estudo confirmam a opinião generalizada de que a informação da RTP/1 é controlada e manipulada pela direita, mais concretamente pelo

PPD/PSD, que aí impõe com toda a evidência as marcas da manipulação e da discriminação ideológica, que favorece escandalosamente aquele partido em relação a todos os outros, que ignora iniciativas e posições dos demais partidos, em particular do PCP e das organizações da juventude comunista, que hostiliza as iniciativas dos trabalhadores, que estimula o divisionismo e promove figuras e grupos sem a mínima representatividade.

3. A objectividade dos números fala por si.

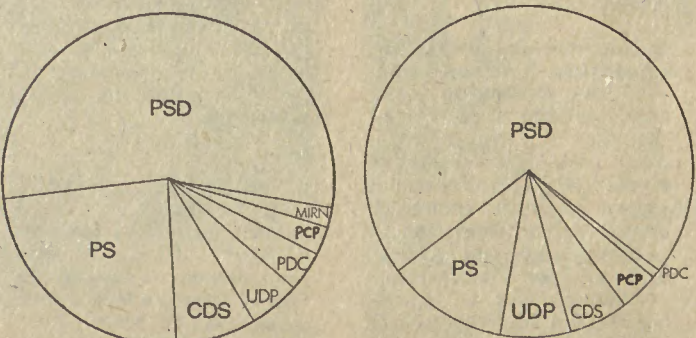
Durante o período em referência — «jornais» da RTP/1 das 14, 20,30 e 24 horas dos sábados e domingos desde 16 de Outubro — a RTP/1 concedeu mais tempo ao PPD/PSD que a todos os outros partidos em conjunto. Do tempo total atribuído à imagem relativas a todos os partidos, a RTP/1 concedeu 54% ao PPD/PSD (mais de 20 minutos), 24% ao PS (cerca de 9 minutos), 8% ao CDS (cerca de 3 minutos), 5% à UDP (cerca de 2 minutos), 4% ao PDC (cerca de 1 minuto) e 2% ao MIRN (cerca de 1 minuto). Tal situação é particularmente mais grave se se considerar apenas o «jornal» das 20.30 h, precisamente o de maior audição: PPD/PSD — 70%, PS — 12%, UDP — 7%, CDS — 6% e PCP — 4%.

A escassez do tempo concedido pela RTP/1 ao PCP não resulta, como é óbvio, de qualquer diminuição da actividade pública do PCP mas à atitude discrimi-

natória da informação da RTP/1 em relação ao PCP. Durante o período em referência, a RTP/1 não apresentou imagens filmadas de nenhuma das iniciativas do PCP

«Jornais» da RTP/1
Das 21, 22, 28 e 29 de Outubro, 4, 5, 11 e 12 de Novembro
Tempos de imagens (filmes, vídeo-tape, slides)

«Jornais» das 14, 20,30 e 24 horas				★			
				«Jornais» das 20.30			
PPD	20,03	54%		PSD	12,51	70%	
PS	9,11	24%		PS	2,14	12%	
CDS	3,03	8%		UDP	1,20	7%	
UDP	1,49	5%		CDS	1,06	6%	
PDC	1,19	4%		PCP	0,49	4%	
PCP	1,07	3%		PDC	0,08	1%	
MIRN	0,41	2%					



cuja realização lhe foi regularmente comunicada, designadamente dos comícios com a presença do secretário-geral do PCP realizados em Évora (22 de Outubro) e na Amadora (28 de Outubro). Bem contrária foi a actuação da RTP/1 em relação ao PPD/PSD, correndo servilmente atrás dos seus dirigentes e iniciativas. Mas como se demonstra pelos dados revelados a discriminação não atinge apenas o PCP.

4. O controlo da direita, e concretamente do PPD/PSD, sobre a informação da RTP/1 revela-se também no tratamento discriminatório e manipulado dado às iniciativas e posições dos trabalhadores. A título de exemplo refere-se que a RTP/1 concedeu mais tempo de imagem a um «Encontro de trabalhadores sociais-democratas», iniciativa partidária e restrita do PPD/PSD, que à grande manifestação de massas realizada no passado dia 11 em Lisboa e que reuniu centenas de milhares de trabalhadores, para além do facto de se ter permitido, em relação a esta iniciativa, substituir a informação objectiva por um comentário tendencioso e manipulador.

A subordinação do conteúdo da informação da RTP/1 aos objectivos políticos da direita é igualmente evidente na

promoção que faz de projectos políticos que não foram submetidos ao voto do Povo português e de grupos, igualmente sem qualquer representatividade, que procuram lançar a divisão no Movimento Sindical. A informação da RTP/1 promoveu figuras e grupos sem qualquer representatividade política ou partidária na vida nacional, como os participantes no colóquio da «Casa de Mateus», dando-lhes mais atenção que às iniciativas de partidos como o PCP e concedeu mais tempo de imagem a um projecto de criação de uma central amarela que às iniciativas da CGTP-Intersindical Nacional.

5. As críticas do PCP ao sentido da programação e informação da RTP ficam geralmente sem resposta ou recebem a resposta, inaceitável, de que não estão em vigor leis que regulem a actividade da televisão em Portugal. O PCP, considerando embora a urgência da publicação de leis que regulem a actividade da RTP e que regulamentem o direito constitucional dos tempos de antena, considera que a RTP — órgão de comunicação social estatizado — deve, em obediência aos preceitos constitucionais, respeitar o pluralismo ideológico e não pode em caso algum, de acordo com os mesmos princípios, estar ao serviço de quaisquer forças partidárias.

Não é essa a situação actual no que respeita à informação da RTP/1, facto que o PCP denuncia, alertando os trabalhadores e a opinião pública em geral. A informação da RTP/1 está sob controlo da direita, concretamente do PPD/PSD, serve os seus objectivos e utiliza para

tanto os seus métodos: a manipulação e a discriminação.

Lisboa, 17 de Novembro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Principais iniciativas do PCP durante o período em referência e tratamento dado pela RTP/1

DATA	INICIATIVA	TRATAMENTO PELA RTP/1
21 de Outubro	Sessão de esclarecimento em Sacavém com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP	nada
22 de Outubro	Comício em Évora com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP	slide de 8"
28 de Outubro	Comício da Amadora com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP	slide de 5"
29 de Outubro	Comício em S. João do Estoril com Octávio Pato, da Comissão Política do Secretariado do CC do PCP	slide de 13"
3 de Novembro	Comício no Barreiro com Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP e presidente do Grupo Parlamentar comunista	nada
4 de Novembro	Comício em Belas com Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP	nada
10 de Novembro	Sessão de esclarecimento em Fafe com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP	nada
11 de Novembro	Comício em Guimarães com Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP	nada